

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF n.º 02.558.124/0001-12

NIRE 3330026237-7

Companhia Aberta

Registro CVM n.º 01764-7

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convidados os senhores acionistas da EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A. a comparecer às Assembleias Gerais que se realizarão na sede social da Companhia, na Rua Regente Feijó n° 166, sala 1687-B, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, no dia 26 de abril de 2010, às 1h:30min, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

I. Em Assembléia Geral Ordinária:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2009;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2009 e sobre a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício financeiro de 2010;
- (iii) Fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2010;
- (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração; e
- (v) Eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar a respectiva remuneração individual para o exercício de 2010.

II. Em Assembléia Geral Extraordinária:

- (i) Aprovar a alteração da redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, uma vez aprovado e homologado o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, conforme Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de outubro de 2009: “Art. 5º - O capital social subscrito, totalmente integralizado, é de R\$5.618.698.960,73 (cinco bilhões, seiscentos e dezoito milhões, seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta Reais e setenta e três centavos), representado por 1.050.508.959.049 (um trilhão e cinquenta bilhões, quinhentas e oito milhões, novecentas e cinquenta e nove mil, quarenta e nove) ações, sendo 544.485.934.660 (quinhentas e quarenta e quatro bilhões, quatrocentas e oitenta e cinco milhões, novecentas e trinta e quatro mil, seiscentas e sessenta) ordinárias nominativas e 506.023.024.389 (quinhentas e seis bilhões, vinte e três milhões, vinte e quatro mil, trezentas e oitenta e nove) preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.”
- (ii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

INSTRUÇÕES GERAIS:

- (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 22.04.2010, até às 17h:30min, tendo em vista o feriado Municipal previsto para o dia 23.04.2010 na Cidade do Rio de Janeiro.
- (b) Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejarem participar destas Assembleias deverão apresentar extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, até 02 (dois) dias antes da realização das Assembleias.
- (c) Os documentos e propostas relativos aos itens da ordem do dia estão à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2010.

Carlos Henrique Moreira
Presidente do Conselho de Administração.

Relatório da Administração Embratel Participações S.A.

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Embratel Participações S.A. ("Embrapar" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Empresa, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

1 - Introdução

A Embrapar é uma holding controladora, cujos principais investimentos são as participações, diretas e indiretas, em:

- Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – Embratel ("Embratel") – empresa referência nacional em telecomunicações, prestando serviços de voz, dados, multimídia e redes corporativas.
- Primesys Soluções Empresariais S.A. ("Primesys") - empresa de terceirização de serviços de telecomunicações, que atende a clientes de grande porte como os grandes bancos de varejo.
- Star One S.A. ("Star One") - maior operadora de satélites de comunicações da América Latina, fornecendo capacidade satelital para diversas aplicações, tais como, transmissão de televisão, dados, voz e banda larga.
- Embratel Tvsat Telecomunicações Ltda. ("Via Embratel") – empresa de televisão por assinatura via satélite Direct To Home (DTH).
- BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter") - operadora de call center que faz o atendimento a clientes Embratel.

A Embrapar tem participação minoritária, direta e indireta, através da Embratel e da GB Empreendimentos e Participações S.A. – ("GB"), na Net Serviços de Comunicação S.A. ("NET"), operadora de TV por assinatura e banda larga.

Histórico

A força da marca Embratel foi construída em 44 anos de atuação entre os brasileiros. Criada em 1965, a empresa incorporou o satélite às comunicações do País em 1969, provendo a base tecnológica para a formação de redes nacionais de televisão. Lançou o Discagem Direta à Distância (DDD) e uma sucessão de inovações indispensáveis ao desenvolvimento, como a Rede Nacional de Telex, a Discagem Direta Internacional (DDI) e a Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes (Renpac) – um salto para o mercado corporativo. Nos anos 90, introduziu a Internet no Brasil.

Ao vencer o desafio de dotar o Brasil de uma infraestrutura de telecomunicações, a Companhia tornou-se presente em todo o território nacional. Graças à sofisticada rede de satélites, transporte terrestre de sinais (rádio e fibra óptica) e serviços, a empresa é reconhecida pela tecnologia de ponta, qualidade dos produtos e capacidade de relacionamento com os clientes. Esses atributos reforçam a sua competitividade ante as transformações profundas no setor, motivadas por um novo modelo de telecomunicações, pela privatização e pela internacionalização do mercado.

Nesse cenário concorrencial, a Embratel avança na convergência de serviços e na adoção da tecnologia IP (Internet Protocol), fiel à sua trajetória de inovação contínua. Para os clientes corporativos, desenvolve soluções convergentes de telefonia e dados em redes IP; para os residenciais, oferece a alternativa Triple Play – telefonia, Internet banda larga e televisão por assinatura. O avanço da empresa no mundo IP vai ao encontro de um fator-chave no futuro das comunicações: a oferta de banda para a convergência de voz, dados, vídeo e outros serviços multimídia.

Ingresso da Telmex e investimentos no País

Em 2004 a Teléfonos de México S.A. de C.V. (“Telmex”) adquiriu o controle da Embrapar, já tendo investido desde então mais de R\$6,3 bilhões como parte de amplo programa de reestruturação operacional e financeira, dando às empresas do grupo condições de crescer e maior capacidade de competição no mercado.

A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços e o desenvolvimento do Brasil, investindo em média R\$1,5 bilhão ao ano em infra-estrutura necessária ao crescimento de serviços de telefonia local, transmissão de dados, Internet banda larga, via satélite e TV por assinatura.

Aquisições

A estratégia de fazer da Embratel o seu veículo de expansão no País levou a Telmex a incorporar, no fim de 2005, outros ativos brasileiros à Embrapar. Um deles foi a participação de 37,1% na NET (atualmente em 35,4%), além da aquisição da Telmex do Brasil Ltda. como subsidiária integral da Embrapar. Também foi adquirida a Primesys, líder nacional na operação de redes administradas.

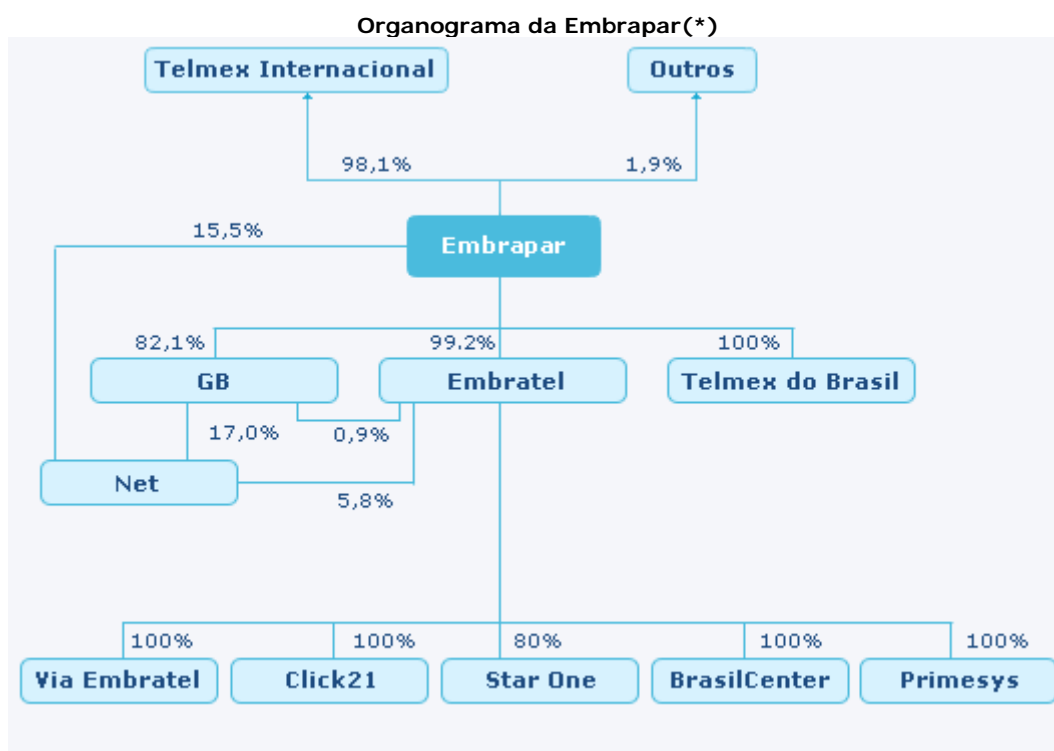
Universalização

Em nome da integração de todos os brasileiros, a empresa cumpre com fidelidade e pontualidade o compromisso de facilitar o acesso à telefonia fixa, seja qual for a localização ou a condição sócio-econômica dos usuários. A Embratel foi a primeira a ter metas de universalização certificadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em janeiro de 2007. Ao final de 2009, eram 1.662 os telefones de uso público (TUPs) instalados pela empresa, conforme prevê o contrato de concessão e o Plano Geral de Metas para Universalização (PGMU) da telefonia.

Estrutura Acionária e Destaques 2009

A Embrapar é controlada da Telmex Internacional S. A. B. de C. V. ("Telmex Internacional"), empresa mexicana oriunda de cisão da Telmex ocorrida em 2008, que detém atualmente 98,1% do capital total e votante da Embrapar.

Em 2009, a Telmex Internacional realizou um aumento de capital, efetuado mediante a capitalização de créditos de dividendos. O capital social foi aumentado em R\$302.038.939,71 mediante a emissão de 14.714.524.206 ações ordinárias e 13.675.078.762 ações preferenciais.



(*) Compreende as principais empresas do grupo.

Crise Econômica Mundial

A despeito da crise econômica mundial e da retração da economia brasileira no final de 2008 e início de 2009, o ano de 2009 foi um ano de bons resultados para a Embrapar. A empresa foi capaz de aumentar suas receitas, gerir os custos e investimentos com eficiência, de forma a contribuir para uma melhora de sua margem EBITDA.

A empresa manteve a estratégia de diversificação de receitas e menor dependência da linha de negócios Longa Distância, através de investimentos para o crescimento das linhas de negócios Serviços Locais e TV por Assinatura.

Serviços Locais

Um ponto importante a se destacar no desempenho da Embrapar foi o crescimento da participação da Embratel no mercado de serviços locais, principalmente devido ao NET Fone via Embratel e ao VipLine, ofertas de telefonia local para o mercado residencial e corporativo, respectivamente. Ao final de 2009, a Embratel atingiu 6,5 milhões de linhas locais, representando um crescimento de 20,5% sobre 2008.

A Portabilidade Numérica, cuja implantação no Brasil foi concluída em março de 2009, contribuiu para alavancar o crescimento da Embratel no mercado de serviços locais. A Embratel manteve-se na primeira posição no ranking de recepção de linhas entre as operadoras de telefonia fixa ao final de 2009.

Via Embratel

Outro ponto de destaque em 2009 foi a evolução da linha de negócios de TV por Assinatura Via Satélite (“Via Embratel”) lançada em 1º de dezembro de 2008. Em apenas pouco mais de 12 meses de operação, ao final de 2009, o Via Embratel contabilizava mais de 382 mil vendas e 316 mil clientes instalados.

Início da Construção do Satélite Star One C3

Em 18 de dezembro de 2009, a Star One assinou contrato com a Orbital Sciences Corporation dos Estados Unidos para construção e entrega em órbita do satélite Star One C3. O Star One C3 faz parte da terceira geração de satélites da Companhia, a série ‘C’, junto com o Star One C1 e C2, lançados e em operação desde novembro de 2007 e maio de 2008, respectivamente. O investimento do projeto está estimado em US\$270 milhões, e demonstra que a Star One mais uma vez renova seu compromisso de prover serviços de alta confiabilidade de telefonia, televisão, rádio, dados e Internet no Brasil.

Aquisição de Capacidade na Rede da NET

Em função da importância estratégica do NET Fone via Embratel (“NET Fone”) dentro de seu portfólio de produtos, a Embratel decidiu investir na aquisição de capacidade da rede HFC (hybrid fiber coaxial) da NET, de forma a lhe assegurar a garantia do direito de uso da rede da NET a longo prazo. Neste contexto, a Embratel celebrou, em dezembro de 2009, contrato de Direito Irrevogável de Uso de Capacidade (“Indefeasible Right of Use – IRU”), pelo valor de R\$874 milhões, o qual irá assegurar à Companhia, de forma irrevogável e irretratável, o direito de uso daquela rede.

Empréstimo Sindicalizado

Em março de 2009, apesar da crise financeira internacional, a Embratel contratou um empréstimo sindicalizado, pelo prazo de 5 anos, no montante de US\$200 milhões, ao custo de Libor de 6 meses mais 2,8% ao ano, junto ao Nordic Investment Bank (“NIB”), com a participação dos bancos Société Générale, Banco Santander S.A., Nordea Bank Finland Plc, Natixis, Calyon Bank e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A.. Esses recursos foram utilizados para suportar o programa de investimentos em infraestrutura de telecomunica es.

Impostos, Taxas e Contribui es

Em 2009, no consolidado, foram reconhecidas como despesas de impostos e contribuições cerca de R\$4,8 bilhões. Dentre esses tributos, destacam-se ICMS, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, além de outras contribuições federais, tais como: FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, FISTEL (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações) e Taxa de Renovação da Concessão ANATEL.

Governança Corporativa

- Governança corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a empresa, particularmente seus acionistas. Para isso, a Embratel dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Política de Divulgação, Política de Relações com Investidores, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente.
- Projeto Sarbanes Oxley (“SOX”) - a Companhia está dando continuidade ao cumprimento da Lei Sarbanes Oxley, visando manter um elevado nível dos controles internos e, na condição de investidor relevante da Telmex Internacional, suportar o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. Em 2009, encontravam-se levantados e revisados 74 processos relevantes, tendo sido processadas as melhorias e correções necessárias. A Administração da Embratel avalia que a aplicação das exigências da SOX acabou por trazer relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos.
- Conselho de Administração – É composto por sete membros, todos eleitos em Assembléia Geral. Para auxiliar o Conselho de Administração no âmbito de sua atribuição e competência foi constituído o Comitê de Auditoria.
- Conselho Fiscal – É composto por três membros, todos independentes e eleitos em Assembléia Geral. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal é monitorar as atividades da Administração, examinar as Demonstrações Financeiras e avaliar o trabalho dos auditores internos e externos. Em conformidade com os requisitos da Lei Sarbanes Oxley, o Conselho Fiscal exerce também as funções de Comitê de Auditoria, com pelo menos um especialista financeiro.
- Código de Ética – implantado em 2005, o Código reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Comitê de Ética se reúne periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas.

Em atendimento às disposições contidas na Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes

da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

2 – Setor de Telecomunicações

Regulatório

Entre as inovações da telefonia fixa que começaram a vigorar em 2009, destacam-se:

- Portabilidade Numérica: em março de 2007, a Anatel aprovou a Resolução nº 460/07 cujo anexo constitui o Regulamento Geral de Portabilidade. Por meio de tal instrumento foram definidas as regras e prazos da Portabilidade Numérica no Brasil. Na forma prevista na regulamentação, o processo total de implantação foi realizado entre setembro de 2008 e março de 2009.
- Revisão da Norma para cálculo do IST: em agosto de 2009 foi publicada pela Anatel a Resolução nº 532/09 por meio da qual foi aprovada a Revisão da Norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, aplicado no reajuste e atualização de valores associados à prestação dos serviços de telecomunicações.
- Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do STFC: em novembro de 2009 foi publicada pela Anatel a Resolução nº 536/09, cujo anexo aprovou o Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do STFC, por meio do qual foram estabelecidos, de forma mais detalhada, os critérios e procedimentos para acompanhamento e controle referentes ao cumprimento de obrigações de universalização do STFC.
- Nova licença de SCM: em novembro de 2009 foi concedida pela Anatel, por meio do Ato nº 6447/09, uma autorização para que a Via Embratel possa explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), por prazo indeterminado, em âmbito nacional e internacional, tendo como área de prestação todo o território nacional.
- Contratos de Concessão, PGMQ e PGMU: no ano de 2009 foi iniciado o processo de consultas públicas prévias à revisão dos termos dos Contratos de Concessão para a prestação do STFC, Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ) e Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU). O mencionado processo de revisão está previsto nos Contratos de Concessão firmados pela Companhia com o Governo Brasileiro.

Competências Tecnológicas - A Rede da Embratel

A Embratel está na linha de frente da convergência tecnológica. Operadora do maior Backbone IP do Brasil, graças ao pioneirismo na introdução da Internet entre os brasileiros, a empresa oferece serviços integrados para os clientes residenciais e corporativos, ocupando mais uma vez a posição de vanguarda em novas tecnologias. Os recursos do mundo IP proporcionam soluções convergentes de voz, Internet, televisão e outros serviços para residências e corporações – não só as grandes, mas também as médias e pequenas empresas.

Com cobertura nacional, a Embratel tem respostas integradas para todo o mercado. Sua atuação conta com a sinergia de pessoas e fatores tecnológicos – a maior equipe de engenheiros do Brasil na área de telecomunicações e uma infra-estrutura de fibras ópticas, rádio-comunicação e satélites construída em mais de quatro décadas. Presente em todo o território nacional com o mais destacado quadro de profissionais brasileiros em telecomunicações. A eles somam-se os especialistas da Star One, que operam os satélites e da Primesys que operam redes corporativas.

Rede terrestre da Embratel

| | |
|-------------------------------------|------------------|
| Cabos ópticos (Backbone) | 44,0 mil km |
| Capacidade de transporte | 7.100 Gbps |
| Fibras de acesso óptico | 300 mil km |
| Centrais telefônicas nacionais | 310 |
| Pontos de presença de interconexão | 1.958 |
| Rede de pares metálicos nas cidades | 1,2 milhão de km |

Soluções Residenciais

No mercado domiciliar, atendido pela solução Triple Play, a parceria com a NET tem sido decisiva. Graças à capilaridade da rede de cabos coaxiais da Net e da malha de fibras ópticas da Embratel, mais de 2,5 milhões de clientes residenciais e empresariais formavam a base do NET Fone ao fim de 2009. A aceitação do produto demonstra como a integração de serviços no mundo IP abre um novo caminho para as comunicações, impulsionada por fatores como os avanços em tecnologia e infra-estrutura, a diversificação de conteúdos e a demanda dos consumidores por praticidade e interatividade.

Marco recente do processo de inovação contínua da Embratel, a dianteira de mercado na tecnologia IP foi proporcionada pelo ingresso definitivo da empresa na telefonia local – um dos maiores desafios superados pela Embratel. Mesmo depois da privatização das telecomunicações, no fim dos anos 90, o acesso aos potenciais clientes da telefonia fixa permanecia fechado. As concessionárias detinham, com suas malhas de cabos, a exclusividade na oferta do serviço em todos os estados.

A Embratel abriu o próprio caminho à custa de tecnologia de ponta. Primeiro passo: levar a telefonia local a clientes corporativos que já utilizavam os serviços de transmissão de dados. Suas centrais PABXs foram conectadas às modernas centrais telefônicas New Generation Network (NGN), com tecnologia IP da empresa, antes restritas ao tráfego interurbano e internacional. O segundo passo foi para o mercado residencial com o Livre - telefone fixo da Embratel. Com o NET Fone em 2006, a empresa ingressou na era da convergência e firmou-se como alternativa real de concorrência na telefonia fixa.

Redes IP

As competências tecnológicas e a infra-estrutura da Embratel, potencializadas pelos recursos inteligentes do mundo IP, são vantagens competitivas no desenvolvimento de serviços integrados para o mercado empresarial. Com a convergência em redes IP, a empresa amplia a presença entre esses clientes, otimizando as possibilidades técnicas do tráfego de voz, dados e imagens em formato digitalizado num mesmo meio de transmissão.

Os serviços IP para o mercado corporativo proporcionam soluções diversificadas, de acordo com a necessidade do cliente. Entre elas, a formação de redes corporativas (Intranet) e comunidades de negócios (Extranet) para o tráfego nacional e internacional de voz, dados e videoconferência, conectando matrizes, filiais e parceiros em tempo real. Outros serviços interligam redes e realizam transmissão de dados e vídeo via satélite, utilizados por bancos, cadeias de postos de combustíveis e de varejo. A tecnologia IP também proporciona soluções de videoconferência em redes de duas ou mais empresas.

A Embratel recebeu a certificação de “Empresa Cisco Golden Partner”, concedida pela Cisco aos parceiros que comprovem a existência de profissionais especializados e processos internos que garantam qualidade na prestação de serviços IP, desde a etapa de pré-vendas até o suporte operacional.

Outras plataformas de rede

- Rede com tecnologia WIMAX cobrindo 203 cidades provendo serviços de voz e acesso banda larga para o mercado de pequenas e médias empresas.
- O core do Backbone IP utiliza *tera-routers* e tecnologia IP sobre Dense Wavelength Division Multiplexing (DWDM), proporcionando maior capacidade e disponibilidade.
- Presença em 81 novas cidades com o serviço Livre, totalizando 176 cidades e ativadas mais 91 Estações Rádio Base (ERB) para expansão da cobertura da rede CDMA, totalizando 1.222 ERBs, alcançando o total de 12,5 milhões de domicílios atendidos com o serviço LIVRE.

Rede Internacional

A Rede Internacional de transmissão da Embratel é composta por 13 dos principais sistemas de cabos submarinos internacionais, os quais interligam o Brasil com os principais parceiros de negócios ao redor do mundo, alcançando todos os continentes. Destacam-se o Atlantis 2, que conecta Brasil diretamente a Europa, a África e a Argentina, e o Americas II que disponibiliza um enlace de alta capacidade entre Brasil e Estados Unidos. Ampliando a diversidade da rede de transmissão, a Embratel também dispõe de capacidade em cabos privados e conexões diretas via enlaces terrestres de fronteira em fibra óptica com Argentina, Uruguai e Paraguai, garantindo assim uma rede de elevada disponibilidade.

Existem três centrais de comutação digitais para telefonia internacional em localizações estratégicas e plataformas de redes de dados (MPLS e IPL), todos com interconexão para as principais empresas de telecomunicações internacionais. Estas plataformas permitem o provimento de serviços de voz e dados com abrangência mundial. A rede internacional IP da Embratel cresceu substancialmente nos últimos anos, alcançando 130 Gbps em operação no final do ano 2009, com diversidade de provedores globais.

Terceirização de redes

No atendimento a clientes corporativos de médio e grande porte, a Embratel conta com a expertise da Primesys, líder nacional na operação de redes administradas. A Primesys oferece serviços de alto valor agregado e terceirização completa de telecomunicações, posicionando-se como parceira preferencial de companhias e instituições que têm nas comunicações um fator crítico para o crescimento dos negócios.

A Primesys desenvolve e gerencia soluções customizadas, adaptando a tecnologia de ponta a toda a cadeia de valor do cliente, incluindo terceirização de redes internas e externas, incorporação de recursos humanos e equipamentos e gestão de contratos. Com recursos avançados de redes convergentes, a empresa assegura alta qualidade e segurança no compartilhamento de voz, dados e vídeo, tendo por base acordos de nível de serviço firmados com cada cliente.

Reconhecida no mercado brasileiro pela excelência, a Primesys tem quatro diferenciais competitivos:

- nível de serviço;
- abrangência;
- inovação e parcerias;
- experiência e pioneirismo.

Novos satélites

Pioneira em comunicações via satélite no Brasil, com o lançamento em 1985 da primeira geração de satélites brasileiros para comunicações domésticas, o Brasilsat A1 e posteriormente o A2, a Companhia conta com os recursos dos artefatos espaciais da Star One.

Atualmente, a Star One opera, a partir do Teleporto de Guaratiba (RJ), o maior sistema de satélites da América Latina, com sete satélites em órbita, Brasilsat B1, B2, B3 e B4; Star One C1, C2 e C12. Estes satélites são capazes de receber e transmitir sinais de televisão, rádio, telefonia, Internet e dados para aplicações de entretenimento, telemedicina, teleducação e negócios, necessários para a interligação do país e essenciais para as comunidades mais distantes.

A Star One iniciou a operação da terceira geração de satélites de comunicação brasileiros com os lançamentos de sucesso, em novembro de 2007, do Star One C1, e, em abril de 2008, do Star One C2. Estes novos satélites ampliaram a capacidade de recepção e

transmissão e a abrangência das operações, e integram a estratégia de renovação da frota e de oferta de novos serviços, substituindo o Brasilsat B1 e B2, que se encontram ativos em órbita inclinada.

Com o compromisso renovado com o País e seus clientes para oferecimento de mais capacidade satelital e de serviços de telecomunicações de maior qualidade via satélite, a Companhia, através da Star One, assinou em dezembro de 2009, contrato de construção e entrega em órbita de mais um satélite da série C - o Star One C3.

O Star One C3 terá configuração de 28 transponders em Banda C, faixa destinada à comunicação em geral, e 16 em Banda Ku, faixa destinada à transmissão de sinais de vídeo, dados, Internet e voz diretamente para os usuários. Sua cobertura abrangerá toda a América do Sul, incluindo o mar territorial brasileiro até a região do pré-sal, disponibilizando, com isso, maior capacidade de comunicação para a indústria de petróleo.

Referência em Inovação

Antes de virar produtos e ganhar o Brasil, todas as novas soluções desenvolvidas pela Embratel têm endereço certo: o Centro de Referência Tecnológica (CRT), na Ilha do Fundão, Rio de Janeiro. A empresa é a única operadora de telecomunicações do País a ter um centro do gênero, criado em 2001 para colocar à prova a eficiência e a qualidade dos serviços de telefonia, redes e transmissão de dados.

O CRT é um laboratório de testes e simulações no qual a Embratel mantém um ambiente integrado com todas as tecnologias usadas em suas operações. Todos os equipamentos e redes que atendem aos clientes estão representados no centro. O local também integra fornecedores e clientes em torno de tecnologias de ponta que, depois, vão estar ao alcance de todos os brasileiros.

Para muitos fornecedores, o centro oferece oportunidade única para a adaptação de produtos ao sistema telefônico brasileiro. A telefonia nacional tem especificidades raras, como a discagem direta a cobrar. O CRT, com engenheiros e técnicos especializados, além de efetivo móvel de pesquisadores em diversas áreas da empresa, está certificado pela ISO 17025, o que atesta a qualidade da gestão do conhecimento que é marca na história da Embratel.

3 - Serviços

A Embratel oferece um portfólio completo de soluções de telecomunicação a todo o mercado brasileiro, incluindo telefonia local, longa distância nacional e internacional, transmissão de dados, vídeo e Internet, além de assegurar atendimento em qualquer ponto do território nacional por meio de soluções via satélite. Dentre esses serviços destacamos:

- **Redes Multiserviços, Redes Administradas e Outsourcing** - São soluções para formação de redes corporativas que utilizam diversas tecnologias (IP MPLS, Frame Relay, ATM e satélite). A Embratel pode assumir a gestão e a operação do ambiente de

telecomunicações ou a rede corporativa de uma empresa. Por meio da Primesys é possível agregar maior valor às soluções de redes administradas da Embratel.

- **Internet e Valor adicionado** – A Embratel oferece desde uma simples conexão à Internet (dedicada) até a formação de redes para empresas e provedores (ISP), passando por serviços de hospedagem de *software*, *hardware* e gerência de segurança.
- **Internet residencial** - Para o mercado residencial, a Embratel oferece o portal Click 21 e a Internet gratuita, que garante qualidade de conexão e serviços, através de chamada telefônica local.
- **Telefonia avançada** – São soluções de telefonia local, longa distância nacional e internacional, e de relacionamento (0800, 0300, 4004 e atendimento automático), com uso de Redes Inteligentes que proporcionam aos seus clientes corporativos economia, controle nos gastos além de facilidades que agregam valor aos seus respectivos negócios.
- **Telefonia básica de longa distância** – Como uma provedora de serviços de telefonia em todo território nacional, a Embratel oferece planos de tarifas para os mercados corporativo e residencial que são desenvolvidos de acordo com o perfil de consumo de cada cliente.
- **Telefonia local** – A Embratel oferece atualmente dois produtos de telefonia local residencial: o Livre e o NET Fone. Com o Livre, serviço oferecido sobre a rede fixa da Embratel, os clientes residenciais contam com planos, pós-pagos e pré-pagos, adequados às suas necessidades e ao seu perfil de uso, além de tarifas econômicas. O NET Fone é o serviço de voz local residencial da Embratel oferecido em parceria com a NET. Assim como o Livre, o valor da franquia mensal pode ser usado para fazer qualquer tipo de ligação local ou de longa distância pelo 21. Ambos oferecem serviços inteligentes: Identificador de chamadas e Chamada em Espera; sendo que o NET Fone também oferece Siga-me e Conferência a Três, e o Livre disponibiliza Secretária Eletrônica. Já para o mercado corporativo, a Embratel oferece telefonia local por meio dos serviços Vipline, Número Único e Embratel PME. Através da fatura detalhada, a empresa tarifa o serviço local por minuto permitindo ao usuário melhor controle de suas despesas com telecomunicações. O serviço de número único permite à empresa reunir as vantagens obtidas com a centralização e a eficiência de um serviço 0800, sem que ela própria ou o consumidor sejam onerados com o custo de ligações de longa distância. O Embratel PME é uma solução de telefonia e Internet destinada às pequenas e médias empresas, que reúne oferta simples e uma Central de Atendimento exclusiva e pessoal.
- **TV por Assinatura DTH** - A Via Embratel é a TV por Assinatura da Embratel. Distribui sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite. Este novo serviço disponibiliza uma grande variedade de canais com pacotes de diferentes preços. A proposta é oferecer mais diversão, conhecimento, cultura e educação, complementando a programação dos canais abertos.
- **Outros Serviços** – A Embratel oferece, também, serviços para comunicação de dados, voz e imagem, além de transmissão de sinais de televisão e rádio.

4 - Desempenho Econômico – Financeiro Consolidado

Receita Líquida - A Embrapar encerrou 2009 com uma receita líquida de R\$10,6 bilhões representando um crescimento de 8,4% em relação a 2008, devido principalmente ao crescimento de 24,4% (R\$417 milhões) na receita de serviços locais, 21,7% (R\$540 milhões) na receita de comunicação de dados, uma redução de 0,6% (R\$30 milhões) na receita de longa distância e redução de 32,3% (R\$200 milhões) em outros serviços. Além disso, no período acumulado de doze meses de 2009, a receita de serviços de DTH totalizou R\$98 milhões.

Atualmente, a receita de voz de longa distância representa 46,5% da receita total, comparado com 50,7% acumulado do ano anterior.

Receita Líquida por Serviços

| R\$ milhões | 2009 | 2008 | Var % Ano |
|------------------------|-----------------|----------------|--------------|
| LDN | 4.501,4 | 4.481,2 | 0,5% |
| LDI | 425,5 | 475,4 | -10,5% |
| Voz | 4.927,0 | 4.956,7 | -0,6% |
| Comunicação de Dados | 3.030,7 | 2.490,6 | 21,7% |
| Dados | 3.030,7 | 2.490,6 | 21,7% |
| Serviços Locais | 2.126,0 | 1.709,5 | 24,4% |
| DTH | 98,4 | - | na |
| Outros Serviços | 419,9 | 620,5 | -32,3% |
| Receita Líquida | 10.602,0 | 9.777,3 | 8,4% |

Serviços Locais - A receita de serviços locais totalizou R\$2.126 milhões apresentando um aumento de 24,4% (R\$417 milhões) sobre 2008. A participação do serviço local no total de receita aumentou em 2009 para 20,1% da receita líquida, comparada a 17,5% em 2008.

Receita de Dados - A receita de dados, incluindo Internet, subiu 21,7% em 2009 atingindo R\$3.031 milhões. Ao final de dezembro de 2009, a Embratel tinha 6.039 mil linhas equivalentes de 64 Kbps provendo serviços de dados para clientes corporativos. Na comparação com 2008, as linhas equivalentes de 64 Kbps em serviço cresceram 48,2%.

Longa Distância Nacional - A receita de longa distância nacional foi de R\$4.501 milhões, um crescimento de 0,5% (R\$20 milhões) sobre 2008, principalmente nas receitas vinculadas às chamadas de origem móvel e ao segmento corporativo, com iniciativas de fidelização destes clientes. No ano de 2009, o tráfego de longa distância nacional totalizou 15.729 milhões de minutos que, comparados com 2008, representa um crescimento de 1,2%.

Longa Distância Internacional - A receita de longa distância internacional sofreu uma queda de 10,5% em 2009, atingindo R\$426 milhões, representando 4,02% do total da receita líquida.

TV por Assinatura via Satélite – A nova linha de negócios TV por Assinatura Via Satélite (“Via Embratel”), cujo lançamento ocorreu em 1º de dezembro de 2008, encerrou o período de 12 meses em dezembro de 2009 com 382.321 vendas e 316.775 clientes instalados.

Ao final de 2009, a estrutura de vendas da Via Embratel está presente em 5.144 municípios e em todos os Estados do País.

No acumulado do ano, a receita líquida foi de R\$98 milhões.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e Participação Societária – Em 2009, a Embrapar apresentou um lucro operacional antes do resultado financeiro e participações societárias de R\$1.499 milhões, equivalente a 14,1% da receita líquida, e que comparado ao ano anterior, percebe-se um crescimento de 22,6%.

Lucro Líquido – Em 2009, a Embrapar apresentou um lucro líquido de R\$1.293 milhões, comparado a um lucro líquido de R\$613 milhões em 2008.

Situação Financeira – A Embrapar finalizou o ano com uma posição de caixa de R\$1.083 milhões. A dívida total ao final de dezembro de 2009 era de R\$2.048 milhões, sendo 64,8% a longo prazo. A dívida líquida ao final de 2009 era de R\$965 milhões, representando uma redução de 61,4% em comparação ao final de 2008, quando a dívida líquida era de R\$2.497 milhões.

5 – Atendimento à Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 14 de janeiro de 2003, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Instrução nº 381, a qual dispõe sobre a divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A Embrapar tem como procedimento envolver previamente os seus departamentos de Controladoria, Governança Corporativa e Jurídico na avaliação do objeto de serviços a serem prestados pelos auditores externos em adição ao exame das demonstrações financeiras, para concluir, à luz das legislações pertinentes, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes.

Além disso, todos os serviços de auditoria contratados passam pela aprovação prévia do Comitê de Auditoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, os auditores independentes que prestam serviço para a Embrapar e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

6 – Investimentos

Investimentos recorrentes

Em 2009, a Embrapar investiu R\$1.521 milhões. A maior parcela dos investimentos da Companhia foi direcionada para atender a Investimentos em Acessos, Infra-estrutura e Serviços Locais, representando 50,3% do total de investimentos no ano. Outra parcela importante representa 26,3% do total, direcionado para atender à Infra-estrutura de rede. Adicionalmente, 15,0% dos investimentos foram alocados aos Investimentos com Serviços de Dados e Internet, 4,1% direcionados para satélites (Star One) e 4,3% para outros itens, como por exemplo, Tecnologia da Informação e Call Center.

Em dezembro de 2009, a Star One investiu R\$52 milhões para início da construção e entrega em órbita de novo satélite, o Star One C3, que terá cobertura na América do Sul, e irá operar em Banda C e em Ku. O investimento total no projeto do Star One C3 está estimado em US\$270 milhões.

| Em R\$MM | 2009 | 2009 | 2008 | 2008 |
|---|--------------|---------------|--------------|---------------|
| Acesso, Infra-estrutura e Serviços Locais | 766 | 50,3% | 790 | 43,9% |
| Infra-estrutura de Rede | 400 | 26,3% | 575 | 31,9% |
| Serviços de Dados e Internet | 228 | 15,0% | 325 | 18,1% |
| Star One | 62 | 4,1% | 40 | 2,2% |
| Outros (Incluindo TI) | 65 | 4,3% | 71 | 3,9% |
| TOTAL | 1.521 | 100,0% | 1.801 | 100,0% |

Aquisição de capacidade de terceiros

Adicionalmente, em dezembro de 2009, dada a importância do NET Fone Via Embratel no portfólio de produtos e as perspectivas de crescimento deste produto, foi formalizada a aquisição, pelo valor de R\$874 milhões, de capacidade de transmissão da rede HFC da NET, o que assegura, pelo prazo de 5 anos, de forma irrevogável e irretratável, o direito de uso desta rede pela Embratel.

7 - Responsabilidade Social

Instituto Embratel e Responsabilidade Social Corporativa

Há mais de quatro décadas participando e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, a Embratel tornou-se sinônimo do jeito que o brasileiro se comunica. E essa identidade ajuda a fortalecer a rede de cidadania que sustenta a construção de um País menos desigual e mais justo.

Todo o aparato tecnológico utilizado para a prestação de um serviço de qualidade - fibras ópticas, fios de cobre, satélites, sistemas Wireless e WiMax – tem um objetivo maior: melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira.

Criado em 2001 e reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) desde 2003, o Instituto Embratel incorpora os compromissos socioambientais cultivados há quatro décadas pela Embratel.

As ações do Instituto Embratel, os apoios e patrocínios a projetos educativos, culturais e esportivos que são destacados neste relatório, a constante preocupação com a saúde, a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho dos funcionários, contribuem para que a Embratel assuma, cada vez mais, um caráter de empresa-cidadã, consciente e praticante de sua responsabilidade social.

Educação

- **Projeto Embratel Educação** - leva as novas tecnologias para as escolas públicas em regiões brasileiras que se encontram muito distantes dos centros urbanos, situadas em locais de difícil acesso do território brasileiro e, portanto, excluídas do mundo digital. Beneficia diretamente 106 escolas em 7 estados; 3.773 professores e 64.041 alunos da rede pública de ensino estadual e municipal.
- **Cooperação Socioeducacional – GESAC** - O Instituto Embratel e o Ministério das Comunicações firmaram o Termo de Cooperação para levar, online e em CD ROM, conteúdos socioeducacionais aos 12.000 Pontos de Presença do Programa GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão).
- **Projeto Faz Universitário** - Iniciativa das Secretarias de Fazenda e de Educação do Estado da Bahia consiste na seleção de alunos de baixa renda para receberem bolsa de estudos, por quatro anos, em universidade particular na Bahia. A Embratel vem patrocinando 50 estudantes de diversos cursos e universidades, visando a promover condições de igualdade social no mercado de trabalho daquele Estado.

Cultura

- **Restauração do Theatro Municipal e do Palácio Guanabara no Rio de Janeiro** - Para as comemorações do centenário do Theatro em 2009, a Embratel patrocinou a sua restauração e modernização, como Patrono Ouro. A Embratel é também um dos

patrocinadores do projeto aprovado pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro para a restauração do Palácio Guanabara.

- **Prêmio Imprensa Embratel** - Reconhece e estimula a produção de reportagens sobre os grandes temas nacionais. Considerado a mais importante homenagem à atividade jornalística no Brasil, o Prêmio Imprensa Embratel tem o patrocínio da Embratel e do Instituto Embratel.
- **Parceria com a Fundação Biblioteca Nacional - A mais importante biblioteca do País** - A parceria firmada com a Biblioteca Nacional possibilitou a digitalização de 263 videoconferências que integram o acervo da Biblioteca Digital do Instituto Embratel. Ainda em relação à Biblioteca Nacional, há os projetos Quarta às Quatro , Biblioteca Fazendo História e Literatura em Debate. Esses projetos têm a transmissão ao vivo da WebTv do Instituto Embratel.

Cidadania

- **Projeto Ponto Comunidade** - O Instituto Embratel busca contribuir significativamente para o desenvolvimento cultural, educacional, social e digital de comunidades localizadas em todo o Brasil. O Projeto Ponto Comunidade promove o acesso aos mais modernos meios de comunicação, levando a cultura digital como uma das formas de inclusão social.
- **123 Alô! – A voz da criança e do adolescente** - A Embratel, através do Instituto Embratel, está patrocinando e participando do Projeto 123 Alô! - A voz da criança e do adolescente que, representa, no Brasil, o Projeto Child Helpline International que atua em 160 países. O nome do projeto foi escolhido pelas crianças e adolescentes através de pesquisa em escolas e fundações.
- **Gente Capaz** - Acreditando no poder da força interior do universo do ser humano é que a Embratel e o Instituto Embratel resolveram instituir o Programa de Desenvolvimento e Empregabilidade para Pessoas com Necessidades Especiais – Gente Capaz.
- **Comitê dos empregados da Embratel** - O Comitê surgiu com a grande mobilização dos empregados da Embratel estimulados pelo movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com o total apoio da empresa e do Instituto.

Esporte e Lazer

- **Olimpíadas 2016** - A Embratel, com o patrocínio ao Comitê Olímpico Brasileiro, foi a primeira empresa a apoiar e incentivar a candidatura da cidade do Rio de Janeiro

para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. A Embratel apoiou esse importante projeto porque acredita e aposta no Brasil e porque a história da empresa está intimamente ligada ao Rio de Janeiro.

- **Projeto Cesta Cidadã** – A Embratel apóia o Projeto Cesta Cidadã, desenvolvido pela Associação de Basquetebol e Veteranos do Rio – ABVRJ, que oferece aulas de basquete, inglês e informática a crianças e jovens de 5 a 17 anos de idade. O Projeto inclui ainda tratamento médico e odontológico. São 250 crianças e jovens atendidos, gratuitamente, na sede da ABVRJ, na Praça da Bandeira, Rio de Janeiro. O objetivo é chegar a 500.

Meio Ambiente

- **Educação para o Desenvolvimento Sustentável** - O Instituto Embratel firmou parcerias para a execução das seguintes ações:
 - ✓ Projeto Educação nas Reservas Extrativistas - Desenvolvimento sustentável dos povos da floresta.
 - ✓ Projeto Embratel Educação no Semiárido de Pernambuco - Desenvolvimento sustentável local e agricultura familiar.
 - ✓ Parintins – Primeira Cidade Digital da Amazônia.
 - ✓ Tecnologia a serviço da Educação Ambiental na Ilha Grande - Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande – Rio de Janeiro.
- **Recertificação Ambiental da Estação de Fernando de Noronha** - Serviços de telecomunicações com melhoria contínua de gestão ambiental.
- **Integração da Amazônia** - Inserção da Amazônia na rede nacional de fibras ópticas.
- **Rede Sustentável** - Lançada a rede sustentável com o objetivo de conscientizar e capacitar os funcionários para vivenciarem e disseminarem as melhores práticas da sustentabilidade no dia a dia, aliando-as às estratégias de negócio da Empresa.

8 – Recursos Humanos

No exercício de 2009, o foco maior das atividades empreendidas pela Diretoria de Recursos Humanos foi dado à qualidade, comunicação, capacitação, desenvolvimento e sustentabilidade.

Os projetos desenvolvidos com a utilização da metodologia Lean Six Sigma pelos Green e Black Belts certificados trouxeram melhoria aos processos e eficiência operacional em diversas áreas e sólidos resultados financeiros para a Embratel.

A Embratel investiu fortemente em programas e projetos de comunicação, que cresceram em volume, amplitude e porte. Dentre os lançamentos, alguns se destacaram por sua complexidade, como a nova Intranet, mais colaborativa e participativa, desenhada com o objetivo de aumentar o desempenho e a produtividade dos funcionários no dia a dia.

Merece destaque a nova forma de aplicação da Pesquisa de Ambiente Organizacional, que apresentou resultados segmentados e inovou ao mapear os temas a serem trabalhados através de workshops promovidos em todas as diretorias executivas.

No âmbito de capacitação, vários programas foram lançados, entre eles o Trilhas do Conhecimento, de autodesenvolvimento para os funcionários, o Programa de Desenvolvimento dos Executivos (PDE), para os integrantes do Comitê Executivo, o Academia IP, para preparar funcionários para as transformações exigidas pelo mercado de soluções convergentes, o Programa de Vendas e o Programa de Ambientação. O Programa de Assessment mapeou as características de cada executivo visando o desenvolvimento das competências requeridas para os desafios estratégicos de negócios.

Foi editado o Portfolio de Educação, publicação destinada aos gestores para dar conhecimento às soluções educacionais programadas e disponibilizadas por RH para os anos de 2009 e 2010. Também em 2009 foi reinaugurado o Centro Avançado de Educação Permanente – CAEP, um centro de treinamento e oficinas de autodesenvolvimento com um acervo com dez mil itens.

No âmbito social, a Gerência de Sustentabilidade lançou um piloto para construção da Rede Sustentável, com o objetivo de disseminar as melhores práticas relativas ao tema às áreas da empresa, e realizou o primeiro ciclo de palestras com temas relativos ao meio-ambiente, segurança do trabalho e responsabilidade social.

Outro destaque foi a manutenção da certificação ISO 14001 da Operação e Manutenção de Sistemas de Telecomunicações da Estação Terrena de Fernando de Noronha através de auditoria externa feita pela Fundação Carlos Vanzolini.

Mais uma vez reconhecida pelo mercado, a Embratel recebeu o Prêmio IDHO 2009, como empresa Referência em Governança Corporativa.

9 - Agradecimentos

Finalizando, agradecemos aos acionistas, clientes, Governos, fornecedores e Instituições Financeiras pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos nossos funcionários pela dedicação e empenho apresentados.

A Administração

Demonstrações Financeiras

Embratel Participações S.A.

31 de dezembro de 2009 e 2008
com Parecer dos Auditores Independentes

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2009 e 2008

Índice

| | |
|---|---|
| Parecer dos auditores independentes | 1 |
| Balanços patrimoniais | 2 |
| Demonstração dos resultados | 4 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 5 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 6 |
| Demonstração dos valores adicionados | 7 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 8 |

Parecer dos auditores independentes

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Embratel Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos os balanços patrimoniais da Embratel Participações S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Embratel Participações S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Embratel Participações S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da Embratel Participações S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2010

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|------------------|-----------|-------------------|------------|
| | | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | 314.482 | 66.071 | 4.135.064 | 3.897.489 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 12 | 42.238 | 1.064 | 1.083.191 | 584.587 |
| Instrumentos financeiros | 21 | - | - | 1.288 | 68.504 |
| Contas a receber | 13 | - | - | 2.106.127 | 2.116.173 |
| Estoques | | - | - | 27.720 | 110.089 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | | 269.388 | 63.012 | - | - |
| Tributos a recuperar | 14 | 2.830 | 1.970 | 396.027 | 484.129 |
| Tributos diferidos | 14 | - | - | 342.563 | 376.019 |
| Despesas antecipadas | | - | - | 64.008 | 58.824 |
| Outros ativos circulantes | | 26 | 25 | 114.140 | 99.164 |
| Não circulante | | 9.644.565 | 8.601.161 | 12.343.868 | 11.287.770 |
| Realizável a longo prazo | | 279 | 225 | 847.440 | 1.177.444 |
| Tributos a recuperar | 14 | - | - | 215.761 | 249.664 |
| Tributos diferidos | 14 | - | - | 381.510 | 589.913 |
| Depósitos judiciais | | 279 | 225 | 101.125 | 100.987 |
| Instrumentos financeiros | 21 | - | - | - | 108.436 |
| Outros ativos | | - | - | 149.044 | 128.444 |
| Investimentos | 15 | 9.272.693 | 8.229.343 | 1.336.216 | 1.043.082 |
| Imobilizado | 16 | - | - | 8.192.232 | 8.102.282 |
| Intangível | 17 | 371.593 | 371.593 | 1.967.546 | 964.410 |
| Diferido | | - | - | 434 | 552 |
| Total do ativo | | 9.959.047 | 8.667.232 | 16.478.932 | 15.185.259 |

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|------------------|-----------|-------------------|------------|
| | | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | |
| Circulante | | 420.337 | 318.103 | 4.056.030 | 4.361.617 |
| Empréstimos e financiamentos | 20 | - | - | 720.246 | 1.466.003 |
| Instrumentos financeiros | 21 | - | - | 95.885 | - |
| Contas a pagar | 18 | 947 | 948 | 1.136.528 | 1.281.368 |
| Impostos, taxas e contribuições | 19 | 1.688 | 486 | 702.434 | 669.504 |
| Impostos diferidos | 19 | - | - | 58.815 | 37.664 |
| Dividendos | | 417.603 | 316.642 | 463.556 | 317.654 |
| Pessoal, encargos e benefícios sociais | | 12 | 12 | 92.368 | 98.667 |
| Participação dos empregados nos resultados | | - | - | 71.968 | 61.026 |
| Provisão para contingências | 22 | 72 | 15 | 263.977 | 276.183 |
| Passivo atuarial - Telos | 23 | - | - | 29.078 | 37.997 |
| Partes relacionadas | 25 | 6 | - | - | - |
| Receitas antecipadas | | - | - | 178.794 | - |
| Outras obrigações | | 9 | - | 242.381 | 115.551 |
| Não circulante | | 915 | 915 | 2.684.458 | 2.283.523 |
| Empréstimos e financiamentos | 20 | - | - | 1.327.968 | 1.615.946 |
| Instrumentos financeiros | 21 | - | - | 51.302 | - |
| Passivo atuarial - Telos | 23 | - | - | 480.599 | 454.930 |
| Impostos, taxas e contribuições | 19 | - | - | 2.588 | 2.681 |
| Impostos diferidos | 19 | - | - | 29.523 | 54.670 |
| Receitas antecipadas | | - | - | 791.537 | 142.658 |
| Recursos capitalizáveis e outras obrigações | | 915 | 915 | 941 | 12.638 |
| Participações minoritárias | | - | - | 200.649 | 191.905 |
| Patrimônio líquido | 24 | 9.537.795 | 8.348.214 | 9.537.795 | 8.348.214 |
| Capital social realizado | | 5.618.699 | 5.316.660 | 5.618.699 | 5.316.660 |
| Reservas de lucros | | 3.919.096 | 3.031.554 | 3.919.096 | 3.031.554 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 9.959.047 | 8.667.232 | 16.478.932 | 15.185.259 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração dos resultados

31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações em circulação)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------|----------------------|---------------|--------------------|-------------|
| | | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Receita operacional bruta | | - | - | 14.585.043 | 13.431.344 |
| Deduções da receita bruta | | - | - | (3.983.066) | (3.654.038) |
| Receita operacional líquida | 5 | - | - | 10.601.977 | 9.777.306 |
| Custo dos serviços prestados e produtos vendidos | 6 | - | - | (7.031.988) | (6.376.961) |
| Lucro bruto | | - | - | 3.569.989 | 3.400.345 |
| Despesas operacionais, líquidas | | (2.988) | (4.931) | (2.071.471) | (2.178.280) |
| Comercialização dos serviços | 7 | - | - | (1.286.463) | (1.295.936) |
| Gerais e administrativas | 8 | (2.923) | (6.562) | (719.809) | (782.264) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 9 | (65) | 1.631 | (65.199) | (100.080) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e resultado de participações societárias | | (2.988) | (4.931) | 1.498.518 | 1.222.065 |
| Resultado financeiro | 10 | 298 | (3.432) | 294.785 | (396.091) |
| Equivalência patrimonial e amortização de ágio | 15 | 1.296.416 | 609.282 | 272.275 | (152.988) |
| Outros ganhos de participações societárias, líquidos | | - | 11.784 | - | 4.066 |
| Lucro antes de impostos e participações minoritárias | | 1.293.726 | 612.703 | 2.065.578 | 677.052 |
| Imposto de renda e contribuição social | 11 | (1.017) | - | (718.172) | (57.112) |
| Participações minoritárias | | - | - | (54.697) | (7.237) |
| Lucro líquido do exercício | | 1.292.709 | 612.703 | 1.292.709 | 612.703 |
| Quantidade de ações em circulação (lotes de mil) | | 1.050.508.959 | 1.022.119.356 | | |
| Lucro líquido por lote de mil ações em circulação – em reais | | 1,23 | 0,60 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

| | Capital social realizado | Reservas de lucros | | | Lucros acumulados | Total |
|---|--------------------------|--------------------|------------------------------|----------------------------|-------------------|-----------|
| | | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | Reserva para investimentos | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2007 | 5.217.148 | 257.759 | 1.051.841 | 1.414.413 | - | 7.941.161 |
| Aumento de capital social (Nota 24.a.) | 99.512 | - | - | - | - | 99.512 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 612.703 | 612.703 |
| Realização reserva de lucros | - | - | (650.695) | - | 650.695 | - |
| Dividendos prescritos | - | - | - | - | 3.029 | 3.029 |
| Destinação do lucro líquido do exercício ajustado | | | | | | |
| Constituição da reserva legal | - | 30.635 | - | - | (30.635) | - |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | (308.191) | (308.191) |
| Constituição da reserva para investimentos | - | - | - | 927.601 | (927.601) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2008 | 5.316.660 | 288.394 | 401.146 | 2.342.014 | - | 8.348.214 |
| Aumento de capital social (Nota 24.a.) | 302.039 | - | - | - | - | 302.039 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 1.292.709 | 1.292.709 |
| Realização reserva de lucros | - | - | (401.146) | - | 401.146 | - |
| Dividendos prescritos | - | - | - | - | 2.138 | 2.138 |
| Destinação do lucro líquido do exercício ajustado | | | | | | |
| Constituição da reserva legal | - | 64.636 | - | - | (64.636) | - |
| Dividendos propostos (Nota 24.c.) | - | - | - | - | (407.305) | (407.305) |
| Constituição da reserva para investimentos | - | - | - | 1.224.052 | (1.224.052) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2009 | 5.618.699 | 353.030 | - | 3.566.066 | - | 9.537.795 |
| | | | 3.919.096 | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|-----------|--------------------|-------------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 1.292.709 | 612.703 | 1.292.709 | 612.703 |
| Depreciação e amortização | - | - | 1.311.425 | 1.213.458 |
| Perdas (ganhos) monetários e cambiais, líquidos | - | - | (618.753) | 682.402 |
| Efeitos de "swap" e "forward" | - | - | 238.855 | (451.013) |
| Participações minoritárias | - | - | 54.697 | 7.237 |
| Baixas de imobilizado | - | - | 12.657 | 46.030 |
| Ganho de participação, líquido | - | (11.784) | - | (4.066) |
| Equivalência patrimonial e amortização de ágio | (1.296.416) | (609.282) | (272.275) | 152.988 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | 213.582 | 54.133 |
| Outras atividades operacionais | - | - | - | (3.481) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos | 63.012 | 282.423 | - | - |
| Redução (aumento) de contas a receber | - | - | 117.133 | (423.824) |
| Aumento (redução) da provisão para devedores duvidosos | - | - | (107.087) | 8.036 |
| Redução de tributos diferidos e a recuperar circulante e não circulante | 150 | 771 | 122.005 | 349.746 |
| Aumento de juros provisionados | - | - | 119.777 | 150.143 |
| Aumento (redução) de contas a pagar e despesas provisionadas | (1) | (147) | (144.840) | 249.072 |
| Aumento (redução) de impostos taxas e contribuições circulante e não circulante | 1.202 | (186) | 50.282 | 122.587 |
| Aumento (redução) de contingências | 57 | 15 | (12.206) | (552.890) |
| Outras variações no capital circulante e não circulante, líquidas | - | (72.775) | 116.778 | (78.920) |
| | 60.713 | 201.738 | 2.494.739 | 2.134.341 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | | |
| Adições de investimento | (17.372) | - | (20.854) | (28.021) |
| Adições de ágio | - | - | - | (6.591) |
| Adições de imobilizado e intangível (exceto ágio) | - | - | (1.521.520) | (1.802.567) |
| | (17.372) | - | (1.542.374) | (1.837.179) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Empréstimos obtidos | - | - | 911.762 | 899.529 |
| Empréstimos pagos | - | - | (1.327.540) | (843.895) |
| Juros pagos | - | - | (118.981) | (152.448) |
| Liquidação de "swap" e "forward" | - | - | 83.985 | (87.442) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos | (2.167) | (216.954) | (2.987) | (245.380) |
| | (2.167) | (216.954) | (453.761) | (429.636) |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | 41.174 | (15.216) | 498.604 | (132.474) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1.064 | 16.280 | 584.587 | 717.061 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 42.238 | 1.064 | 1.083.191 | 584.587 |
| Divulgação suplementar de informação dos fluxos de caixa | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | - | (405.505) | (53.254) |
| Transações não caixa | | | | |
| Aquisição de capacidade (Nota 25.2.) | - | - | (873.539) | - |
| Venda de capacidade (Nota 25.2.) | - | - | 849.632 | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração dos valores adicionados
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-------------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Receitas | | | | |
| Vendas de serviços e handsets | - | - | 14.585.043 | 13.431.344 |
| Descontos, cancelamentos e devoluções | - | - | (235.733) | (206.874) |
| Devedores duvidosos | - | - | (389.211) | (358.439) |
| | - | - | 13.960.099 | 12.866.031 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Custos dos serviços prestados (incluindo venda de handsets) | - | - | (4.590.986) | (4.200.017) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (2.140) | (3.586) | (1.601.573) | (1.595.705) |
| | (2.140) | (3.586) | (6.192.559) | (5.795.722) |
| Valor adicionado bruto | (2.140) | (3.586) | 7.767.540 | 7.070.309 |
| Retenções | | | | |
| Depreciação e amortização | - | - | (1.311.425) | (1.213.458) |
| Valor adicionado líquido gerado | (2.140) | (3.586) | 6.456.115 | 5.856.851 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Equivalência patrimonial e amortização de ágio | 1.296.416 | 609.282 | 272.275 | (152.988) |
| Outros ganhos de participações societárias, líquidos | - | 11.784 | - | 4.066 |
| Receitas financeiras | 947 | 457 | 128.349 | 145.408 |
| | 1.297.363 | 621.523 | 400.624 | (3.514) |
| Valor adicionado total a distribuir | 1.295.223 | 617.937 | 6.856.739 | 5.853.337 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Pessoal e encargos | 829 | 863 | 845.792 | 825.328 |
| Remuneração | 829 | 863 | 629.618 | 626.694 |
| Benefícios | - | - | 146.077 | 133.478 |
| Encargos | - | - | 16.947 | 6.561 |
| FGTS | - | - | 53.150 | 58.595 |
| Impostos, taxas e contribuições | 1.036 | 482 | 4.829.977 | 3.866.570 |
| Federal | 1.017 | 463 | 1.637.146 | 926.907 |
| Estadual | - | - | 3.174.287 | 2.919.594 |
| Municipal | 19 | 19 | 18.544 | 20.069 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 649 | 3.889 | (166.436) | 541.499 |
| Resultado de operação de "hedge" | - | - | 238.855 | (451.013) |
| Juros sobre financiamentos | - | - | 119.777 | 150.143 |
| Variações cambiais e monetárias – passivas | - | (41) | (634.208) | 774.115 |
| Outras despesas financeiras | 649 | 3.930 | 109.140 | 68.254 |
| Remuneração de capitais próprios | 1.292.709 | 612.703 | 1.347.406 | 619.940 |
| Participações minoritárias | - | - | 54.697 | 7.237 |
| Dividendos prescritos | (2.138) | (3.029) | (2.138) | (3.029) |
| Realização reserva de lucros | (401.146) | (650.695) | (401.146) | (650.695) |
| Dividendos | 407.305 | 308.191 | 407.305 | 308.191 |
| Constituição da reserva de lucros | 1.288.688 | 958.236 | 1.288.688 | 958.236 |
| Valor adicionado distribuído | 1.295.223 | 617.937 | 6.856.739 | 5.853.337 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Histórico e contexto operacional

A Embratel Participações S.A. (“Embrapar” ou “Sociedade”), foi constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, e com base no Decreto nº 2.546, de 14 de abril de 1998, resultante da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, cujo protocolo foi aprovado em Assembléia de Acionistas realizada em 22 de maio de 1998.

A Sociedade é controlada pela Telmex Internacional, S.A.B. de C.V. (“Telmex Internacional”), organizada e existente de acordo com as leis do México, detendo 98,06% das ações em 31 de dezembro 2009 (98,01% em 31 de dezembro de 2008).

A Sociedade, através de suas controladas e coligadas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por satélite (DTH) e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

A Sociedade detém 99,20% do capital social da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel (“Embratel”), empresa prestadora de serviços de telecomunicações, principalmente de longa distância, dados e telefonia local.

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas à controlada Embratel pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso. Este ônus corresponde ao pagamento, a cada biênio, do correspondente a 2% de receita, do ano anterior ao do pagamento, associada à exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes. Da mesma forma, a licença para exploração dos serviços de satélites brasileiros outorgadas à controlada Star One S.A. (“Star One”), renovadas em 31 de dezembro de 2005 até 31 de dezembro de 2020, é a título oneroso, e pode ser renovada por mais 15 anos.

A Sociedade possui participação no capital social da controlada Primesys Soluções Empresariais S.A. (“PMS”), que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações, e da controlada Telmex do Brasil Ltda. (“TdB”), que presta serviços de comunicação de dados e internet.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Sociedade possui participação direta e indireta (através da controlada Embratel e coligada GB Empreendimentos e Participações S.A ("GB")) na Net Serviços de Comunicação S.A. ("NET"), cujo objetivo é atuar direta ou indiretamente na distribuição de sinais de televisão por assinatura, no provimento de acesso a serviços de valor adicionado, na prestação de outros serviços de telecomunicações, e em qualquer outra modalidade de distribuição de sinais de qualquer espécie, através de sua rede e na produção de seus próprios canais locais.

A Sociedade e sua controlada Embratel são acionistas minoritários da NET e não integram o seu grupo de controle, tendo pelo Acordo de Acionistas apenas a prerrogativa de aprovação em certas operações de natureza extraordinária ou ainda envolvendo partes relacionadas, sem direito a veto.

Em 1º de outubro de 2007, a controlada Embratel constituiu a controlada Embratel Tvsat Telecomunicações Ltda. ("Tvsat"), com o objetivo principal de prestar serviços de telecomunicações, incluindo, mas sem se limitar a, serviços de transmissão de TV paga, dentre os quais serviços de distribuição de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite - DTH. A autorização para prestação deste serviço foi publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2008, tendo o lançamento no mercado nacional ocorrido em 1º de dezembro de 2008.

Como parte de um processo de reestruturação, simplificação societária e otimização de custos operacionais e administrativos, em 29 de fevereiro de 2008 foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a incorporação das controladas Vésper S.A. ("VSA") e Vésper São Paulo S.A. ("VSP") pela controlada Embratel, que detinha o controle integral destas empresas e que, na condição de incorporadora, é sucessora dos direitos e obrigações das incorporadas. As antigas controladas VSA e VSP previamente à incorporação renunciaram às suas respectivas licenças para prestação de serviços de telecomunicações.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são de responsabilidade da Administração da Sociedade e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 com os novos dispositivos introduzidos, alterados ou revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009), normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, normas e procedimentos contábeis estabelecidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09 e com vista aos requerimentos estabelecidos pela Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, a Sociedade estabeleceu o exercício mais antigo apresentado como data de transição, ou seja, encerramento em 31 de dezembro de 2006. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Sociedade preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

Em 28 de janeiro de 2010 foi publicada a Deliberação CVM nº 624, a qual revisa os seguintes pronunciamentos:

- CPC 02 - Efeito das Mudanças de taxa de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis;
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- OCPC 01 - Entidades de Incorporação imobiliária; e
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Por se tratar de pronunciamentos vigentes, os três primeiros acima devem ser aplicados para o exercício findo em 31 de dezembro 2009.

A Sociedade não encontrou nenhum impacto significativo nos itens revisados por essa deliberação.

Continuando o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a Comissão de Valores Mobiliários aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos técnicos alinhados com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board. Esses pronunciamentos

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

deverão ser adotados no exercício de 2010, com aplicação retroativa a 2009 para fins de comparabilidade.

A aplicação antecipada dos pronunciamentos acima foi facultada às Companhias pela deliberação CVM nº 603 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários em 11 de novembro de 2009, desde que sua adoção fosse abrangente a todos os pronunciamentos emitidos, com aplicação retroativa ao exercício de 2008 para fins de comparabilidade. A Sociedade decidiu por não adotar esses pronunciamentos de forma antecipada.

A Administração está avaliando os potenciais efeitos com relação aos pronunciamentos técnicos e interpretações recentes, e entende que aqueles que poderão produzir efeitos em suas demonstrações financeiras são:

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Pronunciamentos:

- CPC 22 - Informação por Segmento.
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações Contábeis.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado.
- CPC 30 - Receitas.
- CPC 33 - Benefícios a Empregados.
- CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

Interpretações:

- ICPC 01 - Contratos de concessão.
- ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos.
- ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28.

As demonstrações financeiras na data de transição para a Lei nº 11.638/07, foram preparadas a partir da análise das isenções opcionais permitidas pelo pronunciamento técnico CPC 13, sendo elas:

a) Ativo diferido - despesas pré-operacionais e gastos com reestruturação

A Sociedade optou por manter os saldos reconhecidos no grupo do ativo diferido até sua completa amortização, e conforme requerido pelo CPC 13, e efetuou análise sobre a recuperação desses saldos, nos termos do CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, não identificando nenhum indicador de perda de seu valor recuperável.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b) Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08, posteriormente regulamentada pela Lei nº 11.941/09

A Sociedade optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 estão sendo registrados nas demonstrações financeiras da Sociedade, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371.

c) Exceção sobre amortização de ágios fundamentados por rentabilidade futura (*goodwill*)

Os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Sociedade foram amortizados linearmente até 31 de dezembro de 2008.

d) Primeira avaliação periódica da vida útil-econômica

A Sociedade está revisando as estimativas de vida-útil econômica e valor residual de seus ativos imobilizados, utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e do valor depreciável. A Sociedade vai concluir esse levantamento no curso de 2010 e eventuais mudanças na estimativa da vida-útil econômica dos ativos e nos seus respectivos valores residuais, decorrentes dessa revisão, se relevante, serão tratados como mudança de estimativa contábil a ser reconhecida de forma prospectiva.

A autorização para conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Sociedade em 11 de fevereiro de 2010.

3. Principais práticas contábeis

a) Disponibilidades, aplicações financeiras e investimentos de curto prazo

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas no equivalente de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 12.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada encerramento mensal de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- b. Recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ganhos não realizados em operações com derivativos e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem os derivativos. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.
- b. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos, empréstimos e financiamentos.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

A Sociedade detém instrumentos derivativos para proteção contra riscos relativos a moedas estrangeiras e taxas de juros.

c) Contas a receber

Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de telefonia local e de longa distância nacional e internacional, faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, bem como valores a receber pela prestação de serviços de dados e outros serviços.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada na Nota 13.

d) Saldos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica Resultado Financeiro quando incorridos. Os efeitos das variações cambiais estão detalhados na Nota 10.

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534 revisado pela Deliberação nº 624 de 28 de janeiro de 2010.

e) Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição reduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e referem-se, substancialmente, a “handsets” (aparelhos telefônicos digitais). As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

f) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas nas quais a Sociedade possui influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, inclusive aquelas no exterior, são consistentes com as adotadas pela Sociedade.

g) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição e/ou construção, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 16 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Quando aplicável, o imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e sua contrapartida registrada como impostos a recuperar.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade instalada ou da vida útil, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado. Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos vinculados a obras em andamento são registrados no imobilizado.

h) Intangível

Correspondem, principalmente, aos ágios, softwares, licenças regulatórias e direitos irrevogáveis de uso, cuja composição está demonstrada na Nota 17.

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 deixaram de ser amortizados, estando submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável ou caso algum fator interno ou externo evidencie a aplicação do teste durante o ano calendário.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e aqueles com vida útil indefinida não são amortizados, porém ambos são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável.

i) Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais e gastos de reestruturação. Esses ativos são amortizados linearmente pelo período de 10 anos.

A Sociedade optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado.

j) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

k) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação cambial ou monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados de acordo com as regras e alíquotas em vigor no exercício e contabilizados pelo regime de competência.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias, são avaliados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperação constituída de acordo com as regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 371/02, conforme demonstrados nas Notas 11, 14 e 19.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

m) Provisão para contingências

Constituída com base na opinião dos consultores jurídicos externos e internos, por montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. O saldo total é registrado no passivo circulante, uma vez que não é possível estimar o prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 22.

n) Passivo atuarial - Telos

As controladas Embratel, Star One, PMS e Tvsat, patrocinam uma entidade para administrar os fundos de pensão e outros benefícios de aposentadoria para seus empregados (Nota 23). As contribuições para os planos são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, os passivos atuariais estão sendo reconhecidos nas demonstrações financeiras desde 31 de dezembro de 2001.

o) Receitas antecipadas

Representadas, principalmente, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

Adicionalmente, compreende também o valor do deságio apurado na incorporação da Latam do Brasil Participações S.A. ("Latam"), e aquisição/aumento de participação de controladas.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

p) Reconhecimento de ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Reconhecimento das receitas

As receitas dos serviços de telecomunicações estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados à favor da Sociedade. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa da sua realização.

r) Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com Programa de Integração Social - "PIS", Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - "COFINS" (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio).

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

s) Participação de empregados nos resultados

As controladas Embratel, Star One, Click 21 Comércio e Publicidade Ltda. - "Click 21", BrasilCenter Comunicações Ltda - "BrasilCenter", PMS, TdB e Tvsat constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas empresariais e individuais. Estas controladas registraram esta despesa na demonstração do resultado, no grupo de despesas gerais e administrativas (R\$70.274 e R\$69.849 em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente). A controlada BrasilCenter classifica a referida provisão no grupo de comercialização de serviços, totalizando R\$2.228 em 31 de dezembro de 2009 (R\$2.309 em 31 de dezembro de 2008).

t) Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de remunerações baseadas em ações e de instrumentos financeiros; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

u) Participações minoritárias

Referem-se a participações de terceiros nas controladas Embratel e Star One.

v) Lucro líquido por lote de mil ações em circulação

O lucro líquido por lote de mil ações em circulação está calculado com base no número de ações em circulação nas datas das demonstrações financeiras.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

w) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC e revisado pela Deliberação 624 de 28 de janeiro de 2010. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

4. Critérios de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social/votante, como segue:

| | % | |
|---------------------------------|-------|-------|
| | 2009 | 2008 |
| Embratel | 99,2 | 99,2 |
| Star One | 80,0 | 80,0 |
| BrasilCenter | 100,0 | 100,0 |
| Click 21 | 100,0 | 100,0 |
| TdB | 100,0 | 100,0 |
| PMS | 100,0 | 100,0 |
| Tvsat | 100,0 | 100,0 |
| Embratel Internacional S.A. (1) | 100,0 | 100,0 |
| Embratel Uruguay S.A. (2) | - | 100,0 |

(1) Foi aprovada pelo Conselho de Administração, a liquidação/dissolução da referida empresa, porém o processo ainda encontra-se em andamento.

(2) Esta controlada foi liquidada em setembro de 2009.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

5. Receita operacional líquida

| | Consolidado | |
|-------------------------------|-------------------|-----------|
| | 2009 | 2008 |
| Voz | | |
| Longa distância nacional | 4.501.440 | 4.481.229 |
| Longa distância internacional | 425.541 | 475.436 |
| | 4.926.981 | 4.956.665 |
| Dados | 3.030.724 | 2.490.620 |
| Serviços locais (1) | 2.126.032 | 1.709.492 |
| DTH – TV por assinatura | 98.362 | - |
| Outros serviços (2) | 419.878 | 620.529 |
| | 10.601.977 | 9.777.306 |

(1) Inclui a receita com a venda de handsets.

(2) Referem-se principalmente a receitas de transmissão de televisão e rádio, telex e serviços de comunicações móveis de satélite.

6. Custo dos serviços prestados e produtos vendidos

| | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------|
| | 2009 | 2008 |
| Remuneração pelo uso de redes/facilidades (1) | (4.504.868) | (4.090.339) |
| Depreciação e amortização | (1.221.387) | (1.101.861) |
| Pessoal | (320.403) | (302.164) |
| Serviços de terceiros (2) | (430.552) | (401.189) |
| Outros (3) | (554.778) | (481.408) |
| | (7.031.988) | (6.376.961) |

(1) As despesas relacionadas à remuneração pelo uso de redes referem-se aos custos junto às companhias de telefonia fixa e móvel com as quais possui interconexão, de acordo com o estabelecido na Resolução nº 458, de 02 de fevereiro de 2007, e na Resolução nº 438, de 10 de julho de 2006, ambas emitidas pela ANATEL, e as despesas relacionadas as facilidades referem-se aos custos junto às prestadoras de serviços de telecomunicações pelo uso de circuitos dedicados para prestação de serviços aos usuários finais.

(2) Referem-se, substancialmente, a instalação e manutenção de equipamentos de telecomunicações e a serviços públicos (energia elétrica).

(3) Referem-se, substancialmente, ao FUST, FUNTTEL e taxa cobrada pela ANATEL para a renovação da concessão (Nota 1), locações e aluguéis e custos com a venda de handsets.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

7. Comercialização dos serviços

| | Consolidado | |
|---------------------------|--------------------|-------------|
| | 2009 | 2008 |
| Devedores duvidosos (1) | (389.211) | (358.439) |
| Serviços de terceiros (2) | (482.001) | (540.210) |
| Pessoal | (372.818) | (381.718) |
| Depreciação e amortização | (11.100) | (6.205) |
| Outros | (31.333) | (9.364) |
| Total | (1.286.463) | (1.295.936) |

- (1) Compreende também outras perdas relacionadas com o contas a receber.
- (2) Referem-se, substancialmente, a despesas com comissões, marketing e propaganda, faturamento e postagem, assessoria e consultoria.

8. Gerais e administrativas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|---------|------------------|-----------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Serviços de terceiros (1) | (2.074) | (5.218) | (316.320) | (335.620) |
| Pessoal | - | - | (193.484) | (183.057) |
| Depreciação e amortização | - | - | (78.938) | (105.392) |
| Participação dos empregados nos resultados (Nota 3) | - | - | (70.274) | (69.849) |
| Tributos | (19) | (481) | (30.715) | (40.095) |
| Outros | (830) | (863) | (30.078) | (48.251) |
| Total | (2.923) | (6.562) | (719.809) | (782.264) |

- (1) Referem-se a gastos com manutenção, conservação e limpeza, serviços públicos e de informática, auditoria, assessoria e consultoria.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

9. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

| | Consolidado | |
|--|-------------|-----------|
| | 2009 | 2008 |
| Provisão para contingências (Nota 22) | (109.326) | (58.232) |
| Despesa com multas, líquidas | (32.528) | (35.929) |
| Direito de uso de passagem | 12.079 | 6.121 |
| Cessão de redes de telecom | 495 | 3.082 |
| Recuperação de crédito | 34.338 | 26.754 |
| Baixas de imobilizado | (12.657) | (46.030) |
| Receita co-faturamento pós-pago e repasse pré-pago | 4.554 | 3.967 |
| Compensação de prejuízos (1) | 29.912 | - |
| Outros | 7.934 | 187 |
| Total | (65.199) | (100.080) |

(1) Decorrente de acordo com fornecedor, por atrasos na construção para entrega em órbita dos satélites C-1 e C-2.

10. Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|-------------|-----------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Receitas com operações financeiras | 634 | 457 | 149.049 | 109.743 |
| Variações monetárias ativas | 313 | - | 782 | 676 |
| Variações cambiais - contas ativas | - | - | (21.482) | 34.989 |
| Subtotal | 947 | 457 | 128.349 | 145.408 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Despesas com operações financeiras | (649) | (3.930) | (228.917) | (218.397) |
| Variações monetárias passivas | - | - | 4.500 | (27.141) |
| Variações cambiais - contas passivas (1) | - | 41 | 390.853 | (295.961) |
| Subtotal | (649) | (3.889) | 166.436 | (541.499) |
| Total | 298 | (3.432) | 294.785 | (396.091) |

(1) Valores líquidos dos resultados oriundos dos contratos de "hedge" e "forward de moeda", apurados no mesmo período (despesa de R\$238.855 e receita de R\$451.013, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente).

Em 2009, o dólar norte-americano acumulou desvalorização de 25,49% (valorização de 31,94% no mesmo período de 2008) em relação ao Real.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Sociedade e suas controladas optaram pela apuração do imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL com base no lucro real anual, utilizando-se da faculdade de suspender ou reduzir o pagamento destes tributos mediante comprovação através do levantamento de balancetes mensais.

O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência de exercício e calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido de 10% a título de adicional de imposto de renda, conforme previsto em lei. A CSLL, por sua vez, foi calculada à alíquota de 9%.

Os saldos de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social sobre o lucro da Sociedade e de suas controladas, compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual limitou a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos, são demonstrados como segue:

| Sociedade/ controladas | 2009 | | 2008 | |
|---------------------------|------------------|---|-----------------|---|
| | Prejuízo fiscal | Base negativa de contribuição social | Prejuízo fiscal | Base negativa de contribuição social |
| Embrapar (1) | 13.843 | 14.550 | 15.155 | 15.862 |
| Embratel (2) | 231.829 | 211.644 | 817.545 | 795.286 |
| TdB (1) | 547.321 | 564.022 | 554.852 | 564.059 |
| PMS (2) | 178.573 | 178.746 | 213.116 | 213.280 |
| Star One | - | - | 34.818 | 34.810 |
| Outras (1) (3) | 108.093 | 109.268 | 22.096 | 22.214 |
| Total | 1.079.659 | 1.078.230 | 1.657.582 | 1.645.511 |

- (1) Em razão da Sociedade e certas controladas não apresentarem histórico de lucros tributáveis e devido às incertezas quanto à sua realização, os respectivos créditos fiscais não foram contabilizados, conforme regras previstas na Instrução CVM nº 371/02. A Administração da Sociedade e destas controladas mantém monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas as condições previstas na referida Instrução.
- (2) Devido a dúvidas quanto a realização integral deste crédito fiscal foi constituído provisão para perda no montante de R\$22.890 em 31 de dezembro de 2009 na controlada Embratel e R\$26.573 em 31 de dezembro de 2009 (R\$26.512 em 31 de dezembro de 2008) na controlada PMS.
- (3) Saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social das controladas BrasilCenter, Click 21 e Tvsat.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

11.1. Despesa com imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido é formado pela despesa corrente, calculada sobre o lucro tributável apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com a legislação fiscal vigente, e, também, da despesa diferida líquida, calculada sobre as diferenças temporárias ativas e passivas originadas ou realizadas no exercício. O resultado consolidado diferido é resultante do cálculo do IRPJ e CSLL sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e outras despesas temporariamente indedutíveis, assim como receitas temporariamente não tributáveis (Notas 14 e 19).

Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social:

| | Controladora | Consolidado | |
|---------------------|---------------------|--------------------|-------------|
| | 2009 | 2009 | 2008 |
| Corrente | | | |
| Contribuição social | (276) | (134.826) | (612) |
| Imposto de renda | (741) | (369.764) | (2.367) |
| Total corrente | (1.017) | (504.590) | (2.979) |
| Diferido | | | |
| Contribuição social | - | (50.860) | (14.363) |
| Imposto de renda | - | (162.722) | (39.770) |
| Total diferido | - | (213.582) | (54.133) |
| Total das despesas | (1.017) | (718.172) | (57.112) |

A despesa corrente de imposto de renda e contribuição social apresentada no resultado consolidado de 2009 é, substancialmente, oriunda das controladas Embratel, Star One e PMS.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

11.2. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com as alíquotas nominais

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-----------|------------------|-----------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Lucro antes de impostos e participações minoritárias | 1.293.726 | 612.703 | 2.065.578 | 677.052 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34% (1) | (439.867) | (208.319) | (700.329) | (230.198) |
| Ajustes para obtenção da alíquota efetiva | | | | |
| Créditos fiscais não constituídos em função da Instrução CVM 371/02 (2) | 446 | (1.156) | (33.837) | 34.002 |
| Equivalência patrimonial e amortização de ágio | 440.781 | 207.155 | 92.574 | (52.016) |
| Incorporação das controladas VSA e VSP (Nota 1) | - | - | - | 179.376 |
| Reconhecimento inicial de crédito fiscal diferido (3) | - | - | - | 48.023 |
| Exclusões (adições) permanentes diversas (4) | (2.377) | 2.320 | (76.580) | (36.299) |
| Despesa de IRPJ e CSLL na demonstração do resultado | (1.017) | - | (718.172) | (57.112) |

- (1) No consolidado, a despesa de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2009, da controlada TdB, foi calculada pela alíquota nominal de 24%, uma vez que a mesma não auferiu lucros tributáveis sujeitos ao adicional de 10% do imposto de renda.
- (2) O consolidado em 31 de dezembro de 2009 é representado, substancialmente, pelos créditos não reconhecidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social das controladas BrasilCenter e Tvsat, em função das incertezas quanto à realização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2008 representava também a amortização do intangível na controlada PMS.
- (3) Seguindo as disposições da Instrução CVM nº 371/02, a controlada PMS reconheceu no mês de dezembro de 2008 créditos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL no montante de R\$48.023 líquidos oriundos, substancialmente, de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.
- (4) Exclusões (adições) permanentes no consolidado correspondem, principalmente, aos ganhos em operações com derivativos, as perdas no recebimento de crédito e provisão constituída para eventual não realização de ativos fiscais diferidos na controlada Embratel. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 correspondiam, também, aos ganhos obtidos pela controladora Embratel na alteração no percentual de participações na Net e GB.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

12. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------|-------------|---------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Disponibilidades e valores equivalentes | | | | |
| Caixa e bancos | 78 | 98 | 29.571 | 120.341 |
| Aplicações financeiras no exterior | - | - | 1.410 | 12.399 |
| Fundos de investimento financeiro (1) | 42.198 | 970 | 1.006.649 | 452.752 |
| Outras aplicações | - | - | 47.351 | - |
| Provisão para imposto de renda e outros | (38) | (4) | (1.790) | (905) |
| Total | 42.238 | 1.064 | 1.083.191 | 584.587 |

(1) Representam títulos do fundo exclusivo cujos vencimentos são inferiores a 90 dias a contar da data de encerramento do exercício.

Demonstrativo das aplicações financeiras no exterior e dos fundos de investimentos:

| 2009 | Controladora | | | Total |
|--------------------------|--------------|-------|---------------------------|--------|
| | Over SELIC | CDB | Provisão para IR e outros | |
| Instituição financeira | | | | |
| Fundo exclusivo Bradesco | 35.208 | 6.990 | (38) | 42.160 |
| Total | 35.208 | 6.990 | (38) | 42.160 |

| 2008 | Controladora | | | Total |
|--------------------------|--------------|-----|---------------------------|-------|
| | Over SELIC | LFT | Provisão para IR e outros | |
| Instituição financeira | | | | |
| Fundo Exclusivo Bradesco | 5 | 965 | (4) | 966 |
| Total | 5 | 965 | (4) | 966 |

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

| 2009 | Consolidado | | | | | |
|-------------------------|------------------------|------------|---------|----------------------|---------------------------|-----------|
| | Instituição financeira | Over SELIC | CDB | Aplicações off-shore | Provisão para IR e outros | Total |
| Fundo exclusivo | | | | | | |
| Bradesco | | 507.194 | 100.700 | - | (1.030) | 606.864 |
| Caixa Econômica Federal | | 398.755 | - | - | (760) | 397.995 |
| Subtotal | | 905.949 | 100.700 | - | (1.790) | 1.004.859 |
| Outras aplicações | | | | | | |
| Banco do Brasil | | - | - | 1.410 | - | 1.410 |
| Société Generale | | - | 8.163 | - | - | 8.163 |
| Votorantim | | - | 10.188 | - | - | 10.188 |
| HSBC | | - | 8.157 | - | - | 8.157 |
| BTG Pactual | | - | 10.174 | - | - | 10.174 |
| Safra | | - | 10.139 | - | - | 10.139 |
| Santander | | - | 530 | - | - | 530 |
| | | - | 47.351 | 1.410 | - | 48.761 |
| Total | | 905.949 | 148.051 | 1.410 | (1.790) | 1.053.620 |

| 2008 | Consolidado | | | | | |
|-------------------------|------------------------|------------|-------|----------------------|---------------------------|---------|
| | Instituição financeira | Over SELIC | LFT | Aplicações off-shore | Provisão para IR e outros | Total |
| Fundo exclusivo | | | | | | |
| Bradesco | | 214.442 | 1.075 | - | (325) | 215.192 |
| Caixa Econômica Federal | | 237.235 | - | - | (580) | 236.655 |
| Subtotal | | 451.677 | 1.075 | - | (905) | 451.847 |
| Outras aplicações | | | | | | |
| Banco do Brasil | | - | - | 12.399 | - | 12.399 |
| Total | | 451.677 | 1.075 | 12.399 | (905) | 464.246 |

Uma parcela substancial das aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas está representada por fundos de investimento exclusivos ("FIs"), classificados como Multimercado e Referenciado DI, ambos de curto prazo, destinados à Sociedade e empresas ligadas e controladas/controladoras, ou que tenham sua autorização para participar dos fundos. Foram constituídos sob a forma de condomínios abertos com prazo indeterminado de duração e possuem liquidez diária. A Administração da carteira dos FIs é realizada por gestores externos.

Integram a carteira dos fundos, Títulos Públicos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") de bancos de primeira linha e derivativos. Estes títulos e valores mobiliários estão registrados, conforme o caso, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, ou na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

13. Contas a receber

| | Consolidado | |
|---|------------------|-----------|
| | 2009 | 2008 |
| Serviços de voz | 1.457.223 | 1.580.666 |
| Dados, empresas de telecomunicações e outros serviços | 1.153.788 | 1.110.069 |
| Administradoras estrangeiras | 70.738 | 108.147 |
| Subtotal | 2.681.749 | 2.798.882 |
| Provisão para devedores duvidosos | (575.622) | (682.709) |
| Total | 2.106.127 | 2.116.173 |

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|------------------|-----------|
| | 2009 | 2008 |
| Serviços faturados | 1.933.168 | 1.924.451 |
| Serviços a faturar | 748.581 | 874.431 |
| Contas a receber bruto | 2.681.749 | 2.798.882 |
| Provisão para devedores duvidosos | (575.622) | (682.709) |
| Contas a receber líquido | 2.106.127 | 2.116.173 |

| | Consolidado | |
|--------------------------------------|------------------|-----------|
| | 2009 | 2008 |
| Vencimento do contas a receber bruto | | |
| A vencer | 1.436.641 | 1.435.984 |
| Vencido, com atraso de | | |
| 01 a 30 dias | 362.635 | 351.619 |
| 31 a 60 dias | 161.876 | 231.486 |
| 61 a 90 dias | 141.324 | 105.553 |
| Mais de 90 dias | 579.273 | 674.240 |
| Total | 2.681.749 | 2.798.882 |

A Sociedade e suas controladas monitoram suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 composto, substancialmente, por valores em atraso há mais de 90 dias, dos clientes usuários dos serviços de voz básica, voz avançada, dados e outros serviços, complementada ou reduzida por valores estimados com base em análises específicas.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A movimentação na provisão para devedores duvidosos foi como segue:

| | <u>Consolidado</u> |
|---|-------------------------|
| Saldo final em 31 de dezembro de 2007 | 674.673 |
| Despesa para devedores duvidosos | 331.045 |
| Redução decorrente de outras contas a receber | (362) |
| Baixa da provisão ⁽²⁾ | <u>(322.647)</u> |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2008 | 682.709 |
| Despesa para devedores duvidosos | 356.810 |
| Redução decorrente de outras contas a receber (1) | (36.897) |
| Baixa da provisão (2) | <u>(427.000)</u> |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2009 | <u>575.622</u> |

(1) Redução ocorrida principalmente em função dos acordos com operadoras.

(2) Decorrente de baixa de faturas oriundas de serviços de voz e dados, após período de intensas ações de cobrança e reconhecimento da perda.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

14. Tributos diferidos e a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------|-------------|---------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Tributos diferidos | | | | |
| Prejuízo fiscal | - | - | 60.091 | 246.750 |
| Base negativa de contribuição social | - | - | 28.181 | 86.826 |
| Provisão para devedores duvidosos | - | - | 185.259 | 188.652 |
| Provisão para contingências | - | - | 104.975 | 116.663 |
| Provisão para ajuste ao valor de realização de ativo imobilizado e intangível (1) | - | - | 72.171 | 108.746 |
| Contratos de "SWAP" (2) | - | - | 59.563 | 41.140 |
| Plano de assistência médica - aposentadoria | - | - | 87.915 | 73.803 |
| Outros valores (demais provisões) | - | - | 125.918 | 103.352 |
| Total | - | - | 724.073 | 965.932 |
| Circulante | - | - | 342.563 | 376.019 |
| Não circulante | - | - | 381.510 | 589.913 |
| Tributos a recuperar | | | | |
| Imposto de renda/contribuição social a recuperar | 2.118 | 821 | 62.871 | 162.170 |
| Imposto sobre prestação de serviços - ICMS | - | - | 505.083 | 537.054 |
| Outros (3) | 712 | 1.149 | 43.834 | 34.569 |
| Total | 2.830 | 1.970 | 611.788 | 733.793 |
| Circulante | 2.830 | 1.970 | 396.027 | 484.129 |
| Não circulante | - | - | 215.761 | 249.664 |

(1) Como consequência da incorporação das controladas VSA e VSP (Nota 1), a controlada Embratel, na condição de incorporadora, seguindo as disposições da Instrução CVM nº 371/02, reconheceu no mês de março de 2008 créditos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL no montante de R\$179.376, substancialmente referentes a provisão para realização do ativo permanente ("impairment").

(2) Créditos sobre perdas em operações com derivativos, líquido de provisão constituída (R\$18.309 em 31 de dezembro de 2008), em decorrência de dúvidas quanto a realização, considerando as projeções atuais de comportamento do câmbio e das limitações impostas no art. 33, da IN SRF nº 25.

(3) No consolidado, representados, principalmente, pelos créditos fiscais INSS, ILL e do PIS e COFINS apurados de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03 e aqueles retidos na fonte por órgãos públicos federais, nos moldes do artigo 64 da Lei 9.430/96.

O ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias é reconhecido contabilmente pelas suas controladas Embratel, Star One e PMS, levando-se em consideração a geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 371/02.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os estudos técnicos realizados pelas referidas controladas, para constituir e suportar a manutenção dos valores contabilizados, indicam a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na referida Instrução. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados destas controladas. Nesse sentido, e devido a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual estas controladas estão inseridas, poderão gerar diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma projetado para realização total do ativo fiscal diferido consolidado:

| <u>Ano</u> | |
|----------------------|----------------|
| 2010 | 318.951 |
| 2011 | 139.311 |
| 2012 | 78.653 |
| 2013 e 2014 | 35.982 |
| 2015 a 2019 | 62.838 |
| Total ⁽¹⁾ | 635.735 |

(1) Crédito fiscal diferido ativo líquido do passivo fiscal diferido no montante de R\$88.338 (Nota 19).

15. Investimentos

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

| | <u>Saldos em 31.12.08</u> | | <u>Movimentação</u> | | | | <u>Saldos em 31.12.09</u> | |
|----------|---------------------------|-----------------|--|----------------------------|-------------------|------------------------------------|---------------------------|-----------------|
| | <u>Investimentos</u> | <u>Deságio</u> | <u>Resultado de equivalência patrimonial</u> | <u>Subscrição de ações</u> | <u>Dividendos</u> | <u>Juros sobre capital próprio</u> | <u>Investimentos</u> | <u>Deságio</u> |
| Embratel | 7.316.803 | (7.267) | 1.048.080 | - | (244.455) | (4.464) | 8.115.964 | (7.267) |
| NET | 399.462 | - | 119.300 | 9.143 | - | - | 527.905 | - |
| GB | 501.392 | (11.598) | 107.517 | 8.229 | - | - | 617.138 | (11.598) |
| TdB | 79.838 | - | 21.519 | - | (19.019) | (2.500) | 79.838 | - |
| Outros | - | (49.287) | - | - | - | - | - | (49.287) |
| | 8.297.495 | (68.152) | 1.296.416 | 17.372 | (263.474) | (6.964) | 9.340.845 | (68.152) |
| | 8.229.343 | | | | | | 9.272.693 | |

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2009, os detalhes do investimento nas principais controladas e coligadas diretas, são como se seguem:

| Controladas/ coligadas | Lucro líquido | Patrimônio líquido | Quantidade de ações/quotas (lotes de mil) | | % de participação | |
|---------------------------|------------------|-----------------------|--|---------------|-------------------|--------------------|
| | | | Ordinárias | Preferenciais | Total | Capital votante |
| Embratel | 1.056.513 | 8.181.276 | 7.209.719 | - | 99,2% | 99,2% |
| NET | 778.188 | 3.421.585 | 40.928 | 12.242 | 15,5% | 35,8% |
| GB | 130.993 | 751.874 | 9.429 | 38.484 | 82,1% | 48,5% |
| TdB | 21.519 | 79.838 | 79.838 | - | 100,0% | 100,0% |

O valor de mercado das ações da NET, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na BOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2009 a R\$23,62 (R\$13,29 em 31 de dezembro de 2008) por ação. As demais investidas não possuem ações negociadas em Bolsas de Valores.

Os investimentos no consolidado estão compostos como se seguem:

| | 2009 | 2008 |
|---|------------------|------------------|
| Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial | | |
| NET (1) | 723.739 | 547.651 |
| GB (1) | 624.056 | 507.010 |
| Deságio na aquisição de investimentos - GB | (11.598) | (11.598) |
| Outros | 19 | 19 |
| | 1.336.216 | 1.043.082 |

(1) Inclui os valores registrados na Embrapar e em sua controlada Embratel.

16. Imobilizado

| | Taxas anuais de depreciação (%) | Consolidado | | | |
|---|------------------------------------|-------------------|--------------------------|------------------|------------------|
| | | 2009 | | 2008 | |
| | | Custo | Depreciação acumulada | Valor residual | Valor residual |
| Equipamentos de comutação | 10 | 5.659.202 | (2.935.698) | 2.723.504 | 2.588.783 |
| Equipamentos de transmissão | 5 a 20 | 13.109.400 | (9.129.705) | 3.979.695 | 4.046.522 |
| Prédios e canalização | 4 | 1.453.079 | (946.474) | 506.605 | 547.454 |
| Terrenos | - | 191.472 | - | 191.472 | 191.472 |
| Outros ativos | | | | | |
| Bens de uso geral (1) | 10 e 20 | 983.652 | (835.369) | 148.283 | 158.649 |
| Infra-estrutura de telecomunicações | 4, 5 e 10 | 1.170.308 | (969.163) | 201.145 | 226.184 |
| Ajuste ao valor de realização | - | (1.361.864) | 1.101.087 | (260.777) | (404.442) |
| Obras em andamento | - | 702.305 | - | 702.305 | 747.660 |
| Equipamentos de transmissão | | 52.400 | - | 52.400 | - |
| Serviços de dados e internet | | 82.804 | - | 82.804 | 56.816 |
| Acesso, infra-estrutura e serviços locais | | 212.910 | - | 212.910 | 319.942 |
| Infra-estrutura de rede | | 142.448 | - | 142.448 | 199.423 |
| Tecnologia da informação | | 13.031 | - | 13.031 | 55.056 |
| Estoque de investimento | | 184.230 | - | 184.230 | 98.771 |
| Outras | | 14.482 | - | 14.482 | 17.652 |
| Total | | 21.907.554 | (13.715.322) | 8.192.232 | 8.102.282 |

(1) Veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

a) Bens vinculados aos contratos de concessão

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

b) Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2009, a controlada Embratel possui imóveis e outros ativos imobilizados, arrolados e/ou nomeados à penhora em processos judiciais, no montante de R\$366.362 (R\$474.082 em 31 de dezembro de 2008).

c) Satélite Star One C3

A controlada Star One assinou em dezembro de 2009, contrato com a Orbital Sciences Corporation dos Estados Unidos para a entrega em órbita do satélite Star One C3. O investimento do projeto está estimado em US\$270 milhões.

O satélite Star One C3 terá configuração de 28 transponders em Banda C, faixa destinada à comunicação em geral, e 16 em Banda Ku, faixa destinada à transmissão de sinais de vídeo, dados, Internet e voz diretamente para os usuários. Sua cobertura abrangerá a América do Sul. O Star One C3, a exemplo de todos os demais satélites da controlada Star One, será operado da Estação Terrena de Guaratiba, no Estado do Rio de Janeiro, que é o maior centro de operações de satélites da América Latina, certificada pela ISO 9001:2008 para o controle, rastreamento e suporte para serviços de lançamento (a certificação original, a primeira no mundo, ocorreu em julho de 1998).

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

d) Avaliação da recuperação do valor contábil

A Sociedade avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento, são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Sociedade, bem como em dados de mercado comparáveis e representam a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Receitas - Projetadas com base no orçamento anual do próximo exercício e no plano de negócios da Sociedade que abrange o período entre 2010 e 2014, considerando a evolução histórica dos serviços de cada uma das controladas.
- Custos e despesas operacionais - Projetados com base no desempenho histórico da Sociedade em concordância com o modelo de remuneração de redes vigente e considerando os custos de aquisição necessários para sustentar os crescimentos previstos.
- Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento previsto para os próximos anos, o aumento em nossa capilaridade de acesso local, bem como os recursos necessários para a manutenção de nossa planta atual.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

17. Intangível

| | | Controladora | | | |
|-----------------------------------|---------|--------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | | 2009 | | 2008 | |
| | | Custo | Amortização acumulada | Valor residual | Valor residual |
| Ágio (1) | | 594.549 | (222.956) | 371.593 | 371.593 |
| | | Consolidado | | | |
| | | 2009 | | 2008 | |
| Taxas anuais de amortização (%) | | Custo | Amortização acumulada | Valor residual | Valor residual |
| Softwares | 20 | 1.423.749 | (1.253.823) | 169.926 | 137.907 |
| Direito de uso de passagem (2) | 3 a 20 | 1.263.618 | (164.151) | 1.099.467 | 189.062 |
| Licenças regulatórias | 5 e 6,7 | 59.951 | (9.953) | 49.998 | 21.926 |
| Ágio (1) | - | 921.625 | (308.023) | 613.602 | 613.602 |
| Outros | 3 a 20 | 75.383 | (50.745) | 24.638 | 4.460 |
| Ajuste ao valor de realização (3) | 6 a 20 | (163.233) | 161.443 | (1.790) | (2.547) |
| Intangível em andamento | | 11.705 | - | 11.705 | - |
| Total | | 3.592.798 | (1.625.252) | 1.967.546 | 964.410 |

- (1) Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 não são mais amortizados, devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.
- (2) Em 31 de dezembro de 2009, inclui aquisição de direito irrevogável de uso ("Indefeasible Rights of Use - IRU") da rede HFC da Net pela controlada Embratel, no valor original de R\$873.539 (Nota 25.2)
- (3) O ajuste ao valor de realização refere-se aos direitos de uso da controlada TdB e sistemas de processamento de dados (softwares) das antigas controladas VSA e VSP, incorporadas pela controlada Embratel em fevereiro de 2008 (Nota 1).

18. Contas a pagar

| | | Consolidado | |
|-----------------------------------|--|-------------|-----------|
| | | 2009 | 2008 |
| Fornecedores | | 984.737 | 1.121.486 |
| Administrações estrangeiras | | 37.655 | 59.468 |
| Consignações a favor de terceiros | | 114.136 | 100.414 |
| Total | | 1.136.528 | 1.281.368 |

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

19. Impostos, taxas e contribuições e impostos diferidos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------|----------------|---------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Impostos, taxas e contribuições | | | | |
| ICMS | - | - | 439.924 | 466.382 |
| PIS/COFINS (1) | 647 | 462 | 69.221 | 67.766 |
| FUNTTTEL | - | - | 84.836 | 64.239 |
| IRPJ e CSLL (2) | 1.017 | - | 72.547 | - |
| Taxa de renovação de concessão ANATEL (Nota 1) | - | - | - | 46.093 |
| ISS | - | - | 4.446 | 3.761 |
| Outros | 24 | 24 | 27.136 | 21.571 |
| FUST (3) | - | - | 6.912 | 2.373 |
| Total | 1.688 | 486 | 705.022 | 672.185 |
| Circulante | 1.688 | 486 | 702.434 | 669.504 |
| Não circulante | - | - | 2.588 | 2.681 |
| Tributos diferidos | | | | |
| IRPJ e CSLL Lei nº 8.200/91 - correção monetária complementar | - | - | 30.339 | 31.253 |
| IRPJ e CSLL - contrato SWAP/Hedge | - | - | 7.696 | 56.894 |
| IRPJ e CSLL - Depreciação dos satélites | - | - | 50.303 | 4.187 |
| Total | - | - | 88.338 | 92.334 |
| Circulante | - | - | 58.815 | 37.664 |
| Não circulante | - | - | 29.523 | 54.670 |

(1) Em 1999, as controladas questionaram a mudança introduzida pela Lei nº 9.718/98 que aumentava: (a) a receita tributável para cálculo de PIS e COFINS, incluindo receita financeira e variações cambiais e (b) a alíquota do COFINS de 2% para 3%. Apesar deste questionamento, a Sociedade e suas controladas continuaram a provisionar o valor total do passivo fiscal e efetuaram depósito judicial no período de agosto de 1999 a abril de 2001. Entretanto, a partir de maio de 2001, baseada em jurisprudência, as Sociedades decidiram descontinuar a prática dos depósitos, passando a recolher PIS e COFINS nos termos da legislação em vigor. Em 29 de agosto de 2002, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 66, que permitiu a liquidação das obrigações fiscais que estavam sendo discutidas judicialmente sem a incidência de multas. A controlada Embratel decidiu então, baseada na referida MP e na petição apresentada em juízo para liquidar a dívida, por apresentar os impostos e contribuições provisionados, no valor de R\$173.122, líquidos dos correspondentes depósitos judiciais no mesmo montante.

(2) No consolidado, provisão líquida das antecipações de IRPJ e CSLL, no montante de R\$359.717 em 31 de dezembro de 2009 (R\$224.392 em 31 de dezembro de 2008), recolhidas com base na apuração do lucro tributável pela sistemática do balancete de suspensão/redução.

(3) Valores líquidos de depósitos judiciais de R\$167.871 em 31 de dezembro de 2009 (R\$97.108 em 31 de dezembro de 2008), conforme Deliberação CVM nº 489/05.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

20. Empréstimos e financiamentos

| | Consolidado | | | | | |
|---------------------------------------|-------------|----------------|-----------|------------|----------------|-----------|
| | 2009 | | | 2008 | | |
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Moeda nacional | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 217.510 | 145.144 | 362.654 | 457.395 | - | 457.395 |
| Notas promissórias | - | - | - | 402.869 | - | 402.869 |
| Finame | 1.683 | 30.122 | 31.805 | 189 | 16 | 205 |
| Financiamento de ICMS | 6.110 | 7.580 | 13.690 | 6.131 | 13.644 | 19.775 |
| Subtotal | 225.303 | 182.846 | 408.149 | 866.584 | 13.660 | 880.244 |
| Moeda estrangeira | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 399.724 | 887.268 | 1.286.992 | 471.081 | 1.130.185 | 1.601.266 |
| Financiamento dos satélites C-1 e C-2 | 95.219 | 257.854 | 353.073 | 128.338 | 472.101 | 600.439 |
| Subtotal | 494.943 | 1.145.122 | 1.640.065 | 599.419 | 1.602.286 | 2.201.705 |
| Total da dívida | 720.246 | 1.327.968 | 2.048.214 | 1.466.003 | 1.615.946 | 3.081.949 |

Os empréstimos e financiamentos contratados são para cobertura das necessidades operacionais da Sociedade e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2009, a posição de endividamento era conforme tabela demonstrada abaixo:

| | Montante | % | Custo médio da dívida |
|----------------------|-----------|--------|-----------------------|
| Em moeda nacional | 225.303 | 11,0% | 116,01% CDI |
| Em moeda estrangeira | 494.943 | 24,2% | US\$ + 2,96% |
| Circulante | 720.246 | 35,2% | US\$ + 2,83% |
| Em moeda nacional | 182.846 | 8,9% | 104,29% CDI |
| Em moeda estrangeira | 1.145.122 | 55,9% | US\$ + 3,23% |
| Não circulante | 1.327.968 | 64,8% | US\$ + 2,91% |
| Em moeda nacional | 408.149 | 19,9% | 110,76% CDI |
| Em moeda estrangeira | 1.640.065 | 80,1% | US\$ + 3,15% |
| Total de dívida | 2.048.214 | 100,0% | US\$ + 2,88% |

Conforme descrito na Nota 21, as controladas Embratel e Star One contratam operações de “swap” com o objetivo de minimizar os riscos de oscilações relevantes na paridade da moeda e nas taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2009, 94,3% da dívida de curto prazo em moeda estrangeira encontra-se protegida por instrumentos deste tipo. Se considerado o montante total das dívidas em moeda estrangeira, a parcela protegida corresponde a 56,4% do valor (51,7% em 31 de dezembro de 2008).

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

a) Cronograma de pagamento

Em 31 de dezembro de 2009, a amortização do principal de longo prazo apresentava as seguintes composições por ano de vencimento:

| <u>Ano</u> | <u>Consolidado</u> |
|-------------|--------------------|
| 2011 | 600.579 |
| 2012 | 387.940 |
| 2013 | 226.622 |
| 2014 e 2015 | 112.827 |
| Total | 1.327.968 |

b) Composição percentual da dívida total por moeda de origem

| | <u>Consolidado (%)</u> | |
|-----------------------|------------------------|-------------|
| | <u>2009</u> | <u>2008</u> |
| Dólar norte-americano | 80,1 | 71,4 |
| Reais | 19,9 | 28,6 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

c) Empréstimos bancários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2009 e 2008, foram captados, respectivamente, R\$880.094 e R\$449.800, e liquidados, respectivamente, R\$820.147 e R\$751.733 de valores de principal que venceram nestes exercícios.

d) Notas promissórias

Em 10 de junho de 2009, no vencimento, a controlada Embratel resgatou o montante total de R\$400.000 referente às 16 notas promissórias comerciais emitidas e subscritas em dezembro de 2008, em série única, com valor nominal unitário de R\$25.000 e remuneradas ao equivalente à acumulação de 118,50% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

e) Financiamento do satélite Star One C-1

O satélite Star One C-1 foi financiado pelos bancos BNP Paribas (banco líder) e Société Générale, com valores correspondentes a 85% do preço final do satélite Star One C-1, a ser entregue em órbita e da estação de controle, acrescido de 100% do prêmio de seguro de crédito correspondendo ao valor total de US\$185.232.

Este financiamento possuía uma carência de 38 meses (finda em dezembro de 2006), está sendo amortizado em 14 parcelas semestrais, com juros de 3,93% a.a durante o período de amortização (durante o período de carência os juros incidentes foram Libor de 6 meses mais 0,75% a.a.). Até 31 de dezembro de 2009, a controlada Star One já havia amortizado seis parcelas de principal e juros, remanescendo o saldo devedor de principal de US\$106.075. O último serviço da dívida ocorrerá em 02 de dezembro de 2013.

O contrato de financiamento prevê as seguintes cláusulas de garantias e compromissos financeiros:

- e.1) Emissão de notas promissórias em favor do BNP Paribas, no montante em aberto do principal e dos juros em dólares norte-americanos. Tais notas promissórias são instrumentos legais perante às leis francesas que podem ser executadas judicialmente com o intuito de reforçar as garantias oferecidas aos credores, e representam um comprometimento de pagamento dos montantes relacionados, caso a controlada Star One atrase os pagamentos contratualmente programados.
- e.2) Compromisso da controlada Embratel em deter não menos que 51% do total de ações com direito a voto da controlada Star One.
- e.3) A controlada Star One assumiu alguns compromissos com os bancos credores, envolvendo o nível de endividamento, o lucro mínimo antes dos resultados financeiros, impostos, depreciação e amortização ("EBITDA"), os quais estão atendidos até 31 de dezembro de 2009.

f) Financiamento do satélite Star One C-2

O satélite Star One C-2 foi financiado pelos bancos BNP Paribas (banco líder) e Société Générale, com valores correspondentes a 85% do preço final do satélite Star One C-2, a ser entregue em órbita, e da estação de controle, acrescido de 100% do prêmio de seguro de crédito correspondendo ao valor total de US\$136.535.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Este financiamento possuía uma carência de 27 meses (finda em maio de 2007) e está sendo amortizado em 10 parcelas semestrais, com juros de 4,09% a.a (inclusive durante período de carência). Até 31 de dezembro de 2009, a controlada Star One amortizou três parcelas de principal e juros, remanescendo o saldo devedor de principal de US\$95.727. O último serviço da dívida ocorrerá em 21 de maio de 2013.

Este contrato de financiamento prevê cláusulas similares de garantias e compromissos financeiros ao do satélite C-1.

g) Financiamento ICMS

Em setembro de 2002, a controlada VSA (incorporada na controlada Embratel) deu início ao financiamento de 60% do valor do ICMS efetivamente apurado sobre receitas operacionais, através de convênio firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo o Banco do Brasil na qualidade de agente financeiro. A linha de crédito aprovada foi de R\$940.000, durante o período de 60 meses, com carência de 84 meses, prazo de amortização de 60 meses, taxa de juros de 4,5% a 6% a.a. e taxa de serviço equivalente a 1% sobre cada parcela liberada.

O montante principal do crédito efetivamente usufruído, R\$28.372, ficou bem abaixo do limite aprovado, e vem sendo amortizado conforme às previsões contratuais. O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2009 é de R\$13.690 (R\$19.775 em 31 de dezembro de 2008).

h) Garantias

As garantias concedidas em razão dos empréstimos e financiamentos constituem-se de notas promissórias, que apesar de não representarem garantias reais, dispõem de instrumentos executáveis em casos de falta de pagamento.

21. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição a esses riscos, ajustando-os periodicamente a níveis julgados adequados pela Administração. As receitas da Sociedade são geradas em Reais, ao passo que a Sociedade possui dívidas, juros e contas a pagar em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente do dólar norte americano.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando proteção, segurança e liquidez. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

b) Gerenciamento de riscos

A estimativa diária dos riscos de mercado é feita com a utilização de instrumentos estatísticos, como o Value at Risk (VaR) paramétrico, o que torna possível consolidar os riscos de juros e câmbio numa medida comum e integrada para todas as operações de financiamento. Além do cálculo do VaR, também é utilizado o conceito de Stress-Test, onde é possível estimar a perda numa situação extrema no cenário macroeconômico.

Todas as operações da Sociedade e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez e registradas em balcão, o que reduz seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente.

c) Swap de juros e moedas

Para mitigar os riscos a que estão expostas as controladas Embratel e Star One realizaram alguns contratos de *swap* de juros e moedas com característica de proteção, como segue:

| Descrição | 2009 | | | 2008 | | |
|-----------------------|--------------------------------------|-----------|--|--------------------------------------|-----------|--|
| | Valor de referência (milhares de) | | Valor justo a receber (a pagar) | Valor de referência (milhares de) | | Valor justo a receber (a pagar) |
| | R\$ | US\$ | | R\$ | US\$ | |
| Posição Ativa - USD | 1.009.585 | 530.238 | 930.539 | 923.498 | 484.877 | 1.087.756 |
| Posição Passiva - CDI | (1.009.585) | (530.238) | (1.077.726) | (923.498) | (484.877) | (992.473) |
| | - | - | (147.187) | - | - | 95.283 |

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Adicionalmente, as controladas Embratel e Star One praticaram operações de derivativos baseando-se em oportunidades de mercado, visando ajustar a posição de hedge a níveis julgados adequados pela Administração. Tais operações foram classificadas nas linhas de instrumentos financeiros como circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2009 e 2008, de acordo com seus vencimentos.

| Descrição | 2009 | | | 2008 | | |
|-----------------------|--------------------------------------|---------|--|--------------------------------------|-----------|--|
| | Valor de referência (milhares de) | | Valor justo a receber (a pagar) | Valor de referência (milhares de) | | Valor justo a receber (a pagar) |
| | R\$ | US\$ | | R\$ | US\$ | |
| Posição Ativa – USD | - | - | - | 206.980 | 108.913 | 262.609 |
| Posição Ativa – CDI | 4.741 | 2.155 | 5.034 | 873.755 | 376.919 | 883.751 |
| Posição Passiva – CDI | - | - | - | (206.980) | (108.913) | (232.895) |
| Posição Passiva – USD | (4.741) | (2.155) | (3.746) | (873.755) | (376.919) | (836.201) |
| Forward | - | - | - | - | - | 4.393 |
| | - | - | 1.288 | - | - | 81.657 |

Os ganhos (perdas) nas operações decorrem das diferenças das variações nos indexadores contratados e são registrados no Resultado Financeiro consolidado (Nota 10), de acordo com o período de competência.

d) Critérios, premissas e limitações nos cálculos do valor justo

- Disponibilidades, contas a receber e a pagar a curto prazo - Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos - O valor de mercado é calculado trazendo as projeções dos fluxos associados às dívidas contratadas em taxa fixa a valor presente, utilizando-se da estrutura a termo da curva de juros e de cupom cambial, vigente no mercado financeiro para a presente data.
- Operações de derivativos (swap) - O valor de mercado é calculado trazendo as projeções dos fluxos associados a cada instrumento a valor presente, utilizando-se da estrutura a termo da curva de juros e de cupom cambial, vigente no mercado financeiro para a presente data.
- Limitações - Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil, estão assim representados:

| | Consolidado | | | | | |
|------------------------------|------------------------------|-----------|------------------|------------------------------|-----------|------------------|
| | 2009 | | Valor de mercado | 2008 | | Valor de mercado |
| | Valor contábil (milhares de) | | | Valor contábil (milhares de) | | |
| R\$ | US\$ | R\$ | US\$ | R\$ | US\$ | |
| Empréstimos e financiamentos | 2.048.214 | 1.176.323 | 2.052.153 | 3.081.949 | 1.318.763 | 3.064.394 |

e) Análise de sensibilidade

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

| | | |
|-------------|--------------|-------------------------|
| Cenário I | Dólar - 5%: | R\$1,6541 para US\$1,00 |
| Cenário II | Dólar - 25%: | R\$1,2406 para US\$1,00 |
| Cenário III | Dólar - 50%: | R\$0,8271 para US\$1,00 |

Risco de alta do dólar

| | | |
|-------------|--------------|-------------------------|
| Cenário I | Dólar + 5%: | R\$1,8283 para US\$1,00 |
| Cenário II | Dólar + 25%: | R\$2,2853 para US\$1,00 |
| Cenário III | Dólar + 50%: | R\$2,7424 para US\$1,00 |

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Sociedade esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

| Operação | Ganho/(perda) | | |
|----------------|--------------------|------------|-------------|
| | Cenário I provável | Cenário II | Cenário III |
| Queda do dolar | | | |
| Swap DOL x CDI | (46.527) | (267.530) | (488.533) |
| Swap CDI x DOL | 187 | 1.077 | 1.967 |
| Dívida em US\$ | 101.725 | 584.921 | 1.068.117 |
| Total | 55.385 | 318.468 | 581.551 |
| Alta do dolar | | | |
| Swap DOL x CDI | 46.527 | 290.793 | 535.060 |
| Swap CDI x DOL | (187) | (1.171) | (2.154) |
| Dívida em US\$ | (101.725) | (635.784) | (1.169.842) |
| Total | (55.385) | (346.162) | (636.936) |

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

22. Provisão para contingências

No curso normal dos negócios, a Sociedade e suas controladas estão envolvidas em causas judiciais e discussões potenciais relevantes, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível, regulatória, fiscal, previdenciária e trabalhista.

Parte significativa das contingências envolvem questões de extrema complexidade, com características únicas da Sociedade e/ou do mercado de telecomunicações, que surgiram em função da possibilidade de diferentes interpretações causadas pelas legislações pertinentes e que até a presente data não apresentam jurisprudência consolidada.

Da mesma forma, algumas dessas questões são originadas de procedimentos já adotados anteriormente à privatização da Sociedade, alguns dos quais inclusive fundamentados em instruções de órgãos competentes da época.

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade e suas controladas acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Sociedade e suas controladas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constituiu provisão.

A Sociedade e suas controladas seguem a Deliberação CVM nº 489/05, que aprovou a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 emitido pelo IBRACON ("NPC 22"), divulgando toda e qualquer informação relevante em nota explicativa quando a chance de ocorrência de passivos contingentes é possível (valores históricos). É provisionada e divulgada a perda contingente sempre que for provável a existência de passivo e razoavelmente estimada.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Demonstramos a seguir os valores envolvidos:

| Natureza | Consolidado | | | |
|------------------------------|-----------------|----------|------------------|-----------|
| | Provável | | Possível | |
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Provisões | | | | |
| Trabalhistas | 85.155 | 87.096 | 157.193 | 115.908 |
| Tributárias | 60.888 | 72.648 | 3.630.829 | 3.160.406 |
| Cíveis | 193.799 | 180.320 | 508.714 | 408.570 |
| Total de provisões | 339.842 | 340.064 | 4.296.736 | 3.684.884 |
| Depósitos judiciais | | | | |
| Trabalhistas | (28.470) | (26.812) | | |
| Tributárias | (12.920) | (11.262) | | |
| Cíveis | (34.475) | (25.807) | | |
| Total de depósitos judiciais | (75.865) | (63.881) | | |
| Total de provisões líquidas | 263.977 | 276.183 | | |

A movimentação dos saldos consolidados de contingências prováveis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, está demonstrada a seguir:

| | Saldo em 31.12.2008 | Movimentação | | | Saldo em 31.12.2009 |
|--------------|------------------------|-------------------------|-----------------|--|------------------------|
| | | Adições/ (reversões) | Pagamentos | Atualizações monetárias (1) e outras | |
| Trabalhistas | 87.096 | 24.553 | (26.494) | - | 85.155 |
| Tributárias | 72.648 | 11.517 | (7.180) | (16.097) | 60.888 |
| Cíveis | 180.320 | 73.256 | (60.247) | 470 | 193.799 |
| | 340.064 | 109.326 | (93.921) | (15.627) | 339.842 |

(1) Registrado na rubrica Resultado Financeiro (Nota 10).

22.1. Contingências trabalhistas

As controladas Embratel, Star One, TdB, BrasilCenter e PMS constituíram provisão para ações envolvendo reclamações trabalhistas, principalmente no que se refere a questões salariais, como diferenças e equiparações, horas extras e outras causas.

A provisão foi constituída pela Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, e utiliza como parâmetros decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

22.2. Contingências tributárias

| Causas | Consolidado | | | |
|--------------------------------|-------------|--------|-----------|-----------|
| | Provável | | Possível | |
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| ICMS (a) | 21.969 | 37.975 | 1.613.415 | 1.197.401 |
| CSLL/IRPJ (b) | - | 824 | 134.631 | 86.923 |
| IRRF/CIDE (c) | 1.819 | 1.819 | 139.493 | 138.779 |
| INSS (d) | - | - | 20.636 | 6.884 |
| PIS (e) | 7.170 | 644 | 178.627 | 181.737 |
| COFINS (f) | 20.216 | 19.010 | 169.465 | 396.649 |
| FUST/FUNTTEL (g) | - | - | 486.866 | 283.649 |
| ILL/Saldo Negativo de IRPJ (h) | - | - | 390.397 | 390.397 |
| Outras (i) | 9.714 | 12.376 | 497.299 | 477.987 |
| Total | 60.888 | 72.648 | 3.630.829 | 3.160.406 |

Segue abaixo descrição das principais contingências tributárias da Sociedade e suas controladas:

a) ICMS

As controladas Embratel e TdB possuem contingências fiscais pelo não recolhimento de ICMS e referente a tomada de créditos supostamente indevidos. Aquelas cuja probabilidade de perda foram classificadas como provável totalizam R\$7.047 em 31 de dezembro de 2009 (R\$23.053 em 31 de dezembro de 2008) e aquelas cuja probabilidade de perda foram avaliadas como possível pela Administração e consultores jurídicos das controladas somam o valor de aproximadamente R\$149.762 em 31 de dezembro de 2009 (R\$140.949 em 31 de dezembro de 2008).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a controlada PMS foi autuada no valor de R\$288.763, referente ao ICMS sobre determinadas atividades, entendidas pela Administração como não integrantes dos serviços de comunicação de dados. A Administração desta controlada e seus consultores jurídicos julgam como possível a probabilidade de perda desta causa.

A controlada Star One possui autuações fiscais no valor total de R\$1.174.890 em 31 de dezembro de 2009 (R\$767.689 em 31 de dezembro de 2008), nas quais se exige ICMS sobre cessão de capacidade satelital e provimento de acesso à Internet. A Administração da controlada Star One e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b) CSLL/IRPJ

A controlada Embratel possui contingência fiscal de CSLL no valor de R\$85.564 em 31 de dezembro de 2009 (R\$76.855 em 31 de dezembro de 2008) e R\$39.243 de IRPJ em 31 de dezembro de 2009 referentes à não homologação de compensações. A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível em avaliação feita pelos consultores jurídicos e pela Administração da controlada Embratel.

c) IRRF/CIDE

A controlada Embratel possui autuações fiscais no valor total de R\$131.236 em 31 de dezembro de 2009 e 2008, sendo R\$84.072 de IRRF e R\$47.164 de CIDE, decorrentes de suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). A Administração desta controlada e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda desta causa.

d) INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)

As controladas Embratel, Brasilcenter e PMS possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no período de 1996 a 2009, no valor de R\$20.636 em 31 de dezembro de 2009 (R\$6.884 em 31 de dezembro de 2008), classificadas como de perda possível pela Administração das controladas.

e) PIS

As controladas Embratel, TdB e PMS possuem autuações de PIS no valor total R\$185.797 em 31 de dezembro de 2009 (R\$182.381 em 31 de dezembro de 2008), substancialmente decorrentes de suposto recolhimento a menor em períodos anteriores a 1995, com base na Lei Complementar nº 7/70. A Administração das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como provável a perda de R\$7.170 em 31 de dezembro de 2009 (R\$631 em 31 de dezembro de 2008) e como possível a perda de R\$178.627 em 31 de dezembro de 2009 (R\$181.737 em 31 de dezembro de 2008).

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

f) COFINS

As controladas Embratel, Star One e TdB possuem contingências de COFINS no valor total de R\$189.681 em 31 de dezembro de 2009 (R\$415.659 em 31 de dezembro de 2008), decorrentes substancialmente de glosas de compensações e supostos recolhimentos a menor das quais R\$20.216 em 31 de dezembro de 2009 (R\$19.010 em 31 de dezembro de 2008) foram avaliadas pela Administração das controladas e seus consultores jurídicos como de perda provável e R\$169.465 em 31 de dezembro de 2009 (R\$396.649 em 31 de dezembro de 2008) como de perda possível.

g) FUST/FUNTTEL

Em janeiro de 2006, as controladas Embratel, TdB e PMS impetraram Mandado de Segurança com pedido liminar, em razão da edição da Súmula nº 01/2005 da ANATEL, visando ter assegurado seu direito de continuar a recolher o FUST de acordo com a base de cálculo prevista na Lei nº 9.998/00 e Despacho nº 29/03 da Superintendência de Universalização da ANATEL. Nos meses de janeiro a abril de 2006, as controladas depositaram judicialmente a totalidade das parcelas vincendas do FUST, calculadas de acordo com a Súmula nº 01/2005. A partir de maio de 2006, as controladas passaram a depositar judicialmente a parcela em discussão e a efetuar o recolhimento da parcela remanescente. A probabilidade de perda dessa causa foi classificada como possível em avaliação feita pela Administração destas controladas e pelos seus consultores jurídicos.

Após a edição da citada Súmula nº 01/2005 da ANATEL, as controladas TdB, PMS, Embratel e Star One receberam autuações da ANATEL referentes a supostos recolhimentos a menor de FUST no valor de R\$406.574 em 31 de dezembro de 2009 (R\$233.677 em 31 de dezembro de 2008), principalmente em razão da exclusão dos custos de interconexão e EILD da base do FUST. A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível em avaliação feita pela Administração destas controladas e pelos seus consultores jurídicos.

As controladas Embratel, PMS, TdB e Star One possuem autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL no valor de R\$80.292 em 31 de dezembro de 2009 (R\$49.972 em 31 de dezembro de 2008). A probabilidade de perda destas causas é classificada como possível, na avaliação feita pela Administração destas controladas e seus consultores jurídicos.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em dezembro de 2006, as controladas TdB, PMS e a antiga controlada VSP foram intimadas por edital quanto a notificações de lançamento de débitos do FUNTTEL. Não é possível identificar o valor, origem dos débitos e período de autuação, uma vez que o edital não continha estes elementos. Desta forma, foi impetrado Mandado de Segurança com o objetivo de afastar os efeitos do mencionado edital, tendo sido concedida liminar em janeiro de 2007. Estes valores não estão provisionados nas demonstrações financeiras.

h) Imposto de Renda na Fonte sobre o Lucro Líquido ("ILL")/saldo negativo de IRPJ

As controladas Embratel e Star One possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de IRPJ, PIS, COFINS, CIDE, CSLL e IRRF com créditos de ILL e IRPJ no valor total de R\$390.397 em 31 de dezembro de 2009 e 2008. A Administração das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.

i) Outras contingências tributárias

A controlada Embratel possui contingências decorrentes de multas pela não entrega de arquivos magnéticos nos formatos previstos na Instrução Normativa nº 86/2001, referentes aos anos de 2001 a 2005, no valor total de R\$468.618 em 31 de dezembro de 2009 e 2008. A Administração desta controlada e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.

22.3. Contingências cíveis

| Causas | Consolidado | | | |
|---------------------------|-------------|---------|----------|---------|
| | Provável | | Possível | |
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| ANATEL (a) | 42.300 | 40.379 | 316.322 | 208.904 |
| Disputa com terceiros (b) | 151.499 | 139.941 | 192.392 | 199.666 |
| Total | 193.799 | 180.320 | 508.714 | 408.570 |

Segue abaixo descrição das principais contingências cíveis da Sociedade e suas controladas:

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

a) ANATEL

a.1) Implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica

Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia, ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a controlada Embratel possui contingências no valor total de R\$73.192 em 31 de dezembro de 2009 (R\$70.860 em 31 de dezembro de 2008), tendo a Administração desta controlada e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2009 o valor de R\$21.757 (R\$19.469 em 31 de dezembro de 2008) como perda provável e R\$51.435 em 31 de dezembro de 2009 (R\$51.391 em 31 de dezembro de 2008) como perda possível.

a.2) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência do descumprimento de metas definidas pela ANATEL foram instauradas pela ANATEL PADO's contra a controlada Embratel, tendo a Administração desta controlada e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2009 o valor de R\$20.543 (R\$20.910 em 31 de dezembro de 2008) como perda provável e R\$264.887 (R\$157.513 em 31 de dezembro de 2008) como perda possível.

b) Disputa com terceiros

As controladas Embratel, Star One, PMS, BrasilCenter, Tvsat e TdB possuem contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2009, R\$103.797 (R\$105.083 em 31 de dezembro de 2008) como perda provável e R\$95.032 (R\$112.549 em 31 de dezembro de 2008) como perda possível.

As controladas Embratel, BrasilCenter, Click 21, Tvsat e TdB, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos e utilizando como parâmetros decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, efetuaram análise sobre as disputas judiciais com clientes, classificando em 31 de dezembro de 2009 como perda provável R\$47.702 (R\$34.858 em 31 de dezembro de 2008) e como perda possível R\$97.295 (R\$87.117 em 31 de dezembro de 2008).

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em abril de 2009, a Administração da controlada Star One foi notificada acerca de processo arbitral movido por duas operadoras internacionais de telecomunicações, através do qual é pleiteado ressarcimento por alegados prejuízos comerciais decorrentes de contratos firmados entre 2002 e 2004. A Administração discorda da pretensão das autoras e, através de seus consultores legais, encontra-se em fase de preparação da defesa. Como a causa não explicita os valores pretendidos pelos autores, não é possível no estágio atual ter uma estimativa confiável do montante envolvido e das chances de êxito na causa.

23. Passivo atuarial - TELOS

A Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. Foi instituída pela controlada Embratel em 1º de agosto de 1975.

As controladas Embratel, Star One, PMS e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, nas modalidades de: (a) Contribuição Variável (Embratel, Star One, PMS e Tvsat); (b) Benefício Definido (Embratel); e (c) Plano de Assistência Médica para os aposentados participantes do plano de Benefício Definido (Embratel). Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício em consonância com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano (plano de benefício definido) para os exercícios de 2009 e 2008 é de 17,82%, incidente sobre o salário de participação dos participantes ativos deste plano (4 participantes em 31 de dezembro de 2009). Para o plano de contribuição definida, a contribuição da patrocinadora varia de 3% a 8% do salário aplicável do participante, além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os planos de benefícios previdenciários e de assistência médica mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

O plano de contribuição definida foi instituído pela controlada Embratel, através da Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998, passando a ser patrocinado também pela controlada Star One a partir de novembro de 2000, pela controlada PMS a partir de fevereiro de 2008 e pela controlada Tvsat a partir de julho de 2008. Os novos empregados contratados aderem, automaticamente, ao novo plano, estando interrompidas quaisquer adesões ao plano de benefício definido.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a controlada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo plano de contribuição definida. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto à Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2009, monta à importância de R\$57.679 (R\$82.436 em 31 de dezembro de 2008).

A partir da emissão da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, que aprova o Pronunciamento do IBRACON sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes desses benefícios foram instituídas e apresentadas no balanço das patrocinadoras.

Por conta da citada Deliberação, a controlada Embratel contabilizou em 31 de dezembro de 2001, um passivo adicional no valor de R\$193.424 (efeito na controladora - R\$191.050), em contrapartida ao patrimônio líquido como ajuste de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2009, tal obrigação montava R\$451.998 (R\$410.491 em 31 de dezembro de 2008).

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009:

| | Plano de Benefício Definido (PBD) | Plano de Contribuição Definida (PCD) | Plano Médico (AMAP) |
|--|--|---|---------------------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | (1.251.490) | (857.319) | (423.185) |
| Valor justo dos ativos do plano | 1.640.300 | 1.011.975 | 1.070 |
| Valor presente das obrigações atuariais líquido dos ativos do plano | 388.810 | 154.656 | (422.115) |
| Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos | (217.851) | 50.035 (2) | (29.883) |
| Ativo/(passivo) atuarial líquido apurado | 170.959 | 204.691 | (451.998) |
| Ativo atuarial não reconhecido | (170.959) (1) | (204.691) (3) | - |
| Dívida contratada | - | (57.679) | - |
| Total do passivo atuarial | - | (57.679) | (451.998) |

- (1) Ativo atuarial não contabilizado, principalmente, pelos seguintes motivos: (a) não há previsão de redução de contribuições futuras; e (b) não existem indícios que assegurem que este superávit será mantido nos próximos anos.
- (2) Referem-se substancialmente a ganhos apurados pelo não pagamento de juros e multa sobre o imposto de renda relativo ao período de 1º de janeiro de 1997 a 31 de agosto de 2001, conforme previsto na Instrução Normativa SRF nº 126, de 25 de janeiro de 2002, e na Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001. Tais ganhos estão sendo diferidos, em conformidade com os parágrafos 53 e 54 da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000.
- (3) Ativo atuarial não reconhecido por conta do acordo assinado em 1º de setembro de 1999 (Termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial). Por este acordo, a controlada Embratel se comprometeu a pagar o valor estipulado em até 20 anos, sem previsão de revisão da obrigação em caso de redução da insuficiência atuarial no futuro. O valor da dívida contratada em 31 de dezembro de 2009 era de R\$57.679 (R\$82.436 em 31 de dezembro de 2008).

Demonstrativo de movimentação do passivo atuarial consolidado:

| | |
|---|------------------------|
| Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2007 | 470.150 |
| Atualização e juros sobre as obrigações atuariais | 8.319 |
| Ajuste atuarial - Deliberação CVM nº 371 | 39.118 |
| Pagamentos efetuados durante o período (plano de contribuição definida) | <u>(24.660)</u> |
| Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2008 | 492.927 |
| Atualização e juros sobre as obrigações atuariais | (3.921) |
| Ajuste atuarial - Deliberação CVM nº 371 | 41.506 |
| Pagamentos efetuados durante o período (plano de contribuição definida) | <u>(20.835)</u> |
| Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2009 | 509.677 |
| Circulante | <u>29.078</u> |
| Não circulante | <u>480.599</u> |

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A receita (despesa) líquida consolidada referente aos planos de benefícios, segundo os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 371/00 e de acordo com cálculo atuarial realizado por atuário independente, inclui os seguintes componentes:

| | PBD | | PCD | | AMAP | |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Custo do serviço corrente (com juros) | (23) | (66) | (572) | (334) | (18) | (9) |
| Juros sobre as obrigações atuariais | (135.507) | (121.142) | (111.124) | (117.544) | (43.019) | (41.987) |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | 164.771 | 151.287 | 121.444 | 121.826 | 1.530 | 2.868 |
| Ganhos atuariais não reconhecidos | - | 6.245 | - | 228 | - | - |
| Eliminação antecipada de obrigações | - | - | 9.341 | - | - | - |
| Total da receita (despesa) líquida | 29.241 | 36.324 | 19.089 | 4.176 | (41.507) | (39.128) |

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

| | |
|---|----------------------|
| (i) Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial | 11,25% a. a. |
| (ii) Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano | 11,25% a. a. |
| (iii) Taxa anual de inflação a longo prazo | 4,50% a. a. |
| (iv) Capacidade salarial e de benefícios | 100% (1) |
| (v) Crescimento dos custos médicos por faixa etária | 12,00% a 6,00% a. a. |

(1) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

b) Fatores biométricos

| | |
|--|----------------------------|
| (i) Tábua de mortalidade geral | AT-83, específica por sexo |
| (ii) Tábua de mortalidade de inválidos | CSO41 |
| (iii) Tábua de entrada em invalidez | UP 84 Modificada |
| (iv) Rotatividade | Não utilizada |

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

24. Patrimônio líquido

a) Capital social realizado

Em 22 de outubro de 2009, a Reunião do Conselho de Administração aprovou o aumento do capital no montante de R\$302.039, mediante a emissão de 28.389.602.968 novas ações, sendo 14.714.524.206 ações ordinárias e 13.675.078.762 ações preferenciais. A integralização deste aumento de capital foi efetuada, principalmente, mediante a capitalização de créditos de dividendos de titularidade dos acionistas controladores da Sociedade (Telmex Solutions Telecomunicações Ltda. e Consertel - Controladora de Servicios de Telecomunicaciones S.A. de C.V.).

O capital autorizado é de 1 trilhão e duzentos bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito é de R\$5.618.699, representado por 1.050.508.959 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas (em lotes de mil ações): 544.485.935 mil ações ordinárias e 506.023.024 mil ações preferenciais. O valor patrimonial das ações é de R\$9,08 em 31 de dezembro de 2009 (R\$8,17 em 31 de dezembro de 2008), por lote de mil, expressos em reais.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

b.2) Reserva de lucros a realizar

Reserva oriunda da cisão da Telebrás (Nota 1), supostamente originada de resultados de correção monetária e de ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos da controlada Embratel. Em 31 de dezembro de 2009, o valor realizado foi de R\$401.146 (R\$650.695 em 31 de dezembro de 2008).

Em consonância com o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/Nº 01/2005, o saldo da Reserva de Lucros a Realizar formado sob a vigência da Lei nº 10.303/01 mantém as características originais, ou seja, a parcela realizada comporá a base de cálculo dos dividendos.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b.3) Reserva para investimentos

Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade constituiu reserva para investimentos com a destinação do lucro líquido ajustado remanescente do exercício e dividendos prescritos totalizando R\$1.224.052 (R\$927.601 em 31 de dezembro de 2008).

A proposta de Orçamento de Capital será submetida à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

c) Dividendos

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária.

| | |
|---|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.292.709 |
| Apropriação à reserva legal | (64.636) |
| Realização da reserva de lucros a realizar | 401.146 |
| | <hr/> |
| Lucro líquido ajustado - base para cálculo dos dividendos | 1.629.219 |
| Percentual de dividendos mínimos estatutários | 25% |
| Dividendos mínimos propostos | 407.305 |
| | <hr/> <hr/> |
| Total de ações | 1.050.508.959 |
| Valor unitário por lote de mil ações ordinárias | 0,3699033360 |
| Valor unitário por lote de mil ações preferenciais | 0,4068936696 |

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado (i) direito à prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Sociedade, ou (ii) recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária, o que for maior, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

Em 26 de junho de 2008, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da controlada Embratel a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$140.002, que foram pagos à Sociedade e seus acionistas minoritários durante o terceiro trimestre de 2008, com base no lucro líquido ajustado apurado no período de janeiro a maio de 2008.

d) Plano de opção de compra de ações

O plano de opção de compra de ações foi aprovado em AGE realizada em 17 de dezembro de 1998 e é regulamentado pela Comissão de Administração do plano de opção de compra de ações, nos limites de sua competência.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os contratos concedem a opção de compra de ações preferenciais a diretores e certos empregados a preço de exercício pré-definido na data da outorga, estabelecendo os prazos e condições em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção ("vesting period") e o limite máximo de 10 (dez) anos para o exercício deste direito.

As ações adquiridas por exercício da opção manterão todos os direitos pertinentes às ações de igual classe e espécie, inclusive quanto aos dividendos.

Conforme regras estabelecidas no Plano de Opções, com a mudança do controle acionário da Sociedade em 23 de julho de 2004, as opções concedidas se tornaram integralmente exercíveis, podendo ser exercidas dentro dos prazos originais das outorgas recebidas por cada beneficiário.

A Sociedade avaliou o pronunciamento CPC 10 Pagamentos Baseados em Ações, não encontrando efeitos relevantes ou outras divulgações adicionais necessárias.

Quantidade de opções de compra de ações preferenciais (lote de mil ações)

| | |
|---|-------------------------|
| Opções em aberto em 31 de dezembro de 2007 | 813.475 |
| Opções canceladas em 2008 | (28.000) |
| Opções vendidas em 2008 | (731.000) |
| Opções em aberto em 31 de dezembro de 2008 | <hr/> 54.475 |
| Opções canceladas em 2009 | (4.000) |
| Opções vendidas em 2009 | (4.000) |
| Opções em aberto em 31 dezembro de 2009 | <hr/> 46.475 |
| Preço médio ponderado de exercício das opções de compra em 31 de dezembro de 2009 (por lote de mil ações, expresso em reais) | <hr/> 7,71 <hr/> |

25. Transações com partes relacionadas

25.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado.

Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

25.2. Composição e natureza das transações

Os principais valores estão descritos a seguir:

| | Consolidado | |
|--|-------------|---------|
| | 2009 | 2008 |
| Ativo | | |
| Circulante | | |
| Contas a receber | | |
| Claro (a) | 452.175 | 388.371 |
| NET (b) | 166.668 | 84.239 |
| Telstar Uruguai | 1 | - |
| Contas a receber (call center) (c) | | |
| Claro | 3.125 | 7.963 |
| NET | 16 | 565 |
| Administrações estrangeiras (d) | | |
| Telmex - México | 1.709 | 726 |
| Telmex - Chile | 1.810 | 2.078 |
| Telmex - Argentina | 2.178 | 4.171 |
| Telmex - USA | 9.513 | 9.385 |
| Telmex - Colômbia | 106 | 183 |
| Telmex - Peru | 102 | 17 |
| Telmex - Uruguai | 17 | - |
| ATT - USA | 10.413 | 6.154 |
| UNINET - México | 1.203 | 1.489 |
| Despesas antecipadas | | |
| NET | 39.897 | 31.847 |
| Outros ativos circulantes | | |
| Telmex Solutions Telecomunicações Ltda. ("Telmex Solutions") | 1 | 6 |
| Não circulante | | |
| Realizável a longo prazo | | |
| Outros ativos | | |
| NET | 92.160 | 66.569 |
| Intangível | | |
| NET | 858.980 | - |

- (a) Valores a receber da Claro referem-se, principalmente, a tráfego telefônico de longa distância originado em terminais pós-pagos e pré-pagos de usuários desta prestadora, bem como originado em terminais internacionais visitantes na rede da Claro. Contempla também serviços de telecomunicações prestados diretamente à Claro, principalmente relacionados a fornecimento de capacidade de transmissão.
- (b) Valores a receber da NET referem-se, principalmente, a serviços de telefonia para assinantes da NET, bem como outros serviços de voz (0800 e VIPLINE) e de internet prestados pela controlada Embratel. Adicionalmente, compreende despesas antecipadas classificadas em outros ativos (circulante e não circulante), referentes a serviços de fornecimento de fibra óptica e compartilhamento de custos relativos ao serviços de telefonia para assinantes da NET.
- (c) Valores a receber de "call center" referem-se aos serviços de tele-atendimento prestados pela controlada BrasilCenter para a Claro e NET.
- (d) Valores a receber de administração estrangeira referem-se a tráfego telefônico de longa distância originado em terminais no exterior e destinado a terminais no Brasil.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

| | Consolidado | |
|---------------------------------|-------------|---------|
| | 2009 | 2008 |
| Passivo | | |
| Circulante | | |
| Contas a pagar | | |
| Claro (a) | 238.922 | 228.865 |
| NET (b) | 52.864 | 84.491 |
| Telmex - Chile | 100 | 113 |
| Telmex - USA | 2.533 | 1.357 |
| Telmex - Argentina | 461 | 558 |
| Telmex - Colômbia | 223 | 136 |
| Telmex - Peru | 8 | 25 |
| Telmex - Uruguai | 64 | 71 |
| UNINET - México | 171 | 28 |
| Procisa do Brasil | 520 | - |
| Administrações estrangeiras (a) | | |
| Telmex - México | 525 | 879 |
| Telmex - Chile | 295 | 690 |
| Telmex - USA | 2.243 | 3.075 |
| Telmex - Argentina | 529 | 218 |
| Telmex - Peru | 19 | 32 |
| Telmex - Uruguai | 1 | 7 |
| ATT - USA | 1.690 | 247 |
| UNINET - México | 57 | - |
| Receita antecipada (b) | | |
| NET | 169.926 | - |
| Outros | | |
| NET | 63.059 | - |
| Procisa do Brasil | 426 | - |
| Creo Sistemas, S.A.C. | 960 | - |
| Não Circulante | | |
| Receita antecipada | | |
| NET | 665.545 | - |

(a) Valores a pagar a NET, a Claro e administrações estrangeiras referem-se ao uso de rede dessas empresas para originar ou terminar chamadas telefônicas de longa distância.

(b) Receita antecipada está representada pela operação de venda de capacidade para NET.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

| | Consolidado | |
|---|-------------|-------------|
| | 2009 | 2008 |
| Resultado | | |
| Receitas operacionais | | |
| Tráfego nacional | | |
| Claro | 415.652 | 201.129 |
| NET | 337.729 | 205.077 |
| Tráfego internacional | | |
| Telmex - México | 2.107 | 1.296 |
| Telmex - Argentina | 2.861 | 3.214 |
| Telmex - USA | 16.073 | 12.004 |
| Telmex - Chile | 654 | 636 |
| Telmex - Colômbia | 456 | 371 |
| Telmex - Peru | 340 | 23 |
| Telmex - Uruguai | 128 | - |
| ATT - USA | 20.783 | 13.739 |
| UNINET - México | 2.578 | 1.836 |
| Internet banda larga | | |
| Telmex - Argentina | 1.324 | 861 |
| Telstar - Uruguai | 4 | - |
| Call Center | | |
| Claro | 38.517 | 87.176 |
| NET | 16 | 9.606 |
| Custo dos serviços prestados | | |
| Tráfego nacional | | |
| Claro | (1.285.841) | (1.019.598) |
| NET | (356.955) | (265.128) |
| Tráfego internacional | | |
| Telmex - México | (668) | (1.282) |
| Telmex - Argentina | (1.020) | (857) |
| Telmex - USA | (2.773) | (2.595) |
| Telmex - Chile | (537) | (835) |
| Telmex - Colômbia | (685) | (435) |
| Telmex - Peru | (86) | (78) |
| Telmex - Uruguai | (23) | (63) |
| ATT - USA | (8.335) | (6.051) |
| UNINET México | (530) | (226) |
| Comercialização de serviços | | |
| Claro | (54.896) | (80.642) |
| NET | (23.615) | (13.002) |
| Gerais e administrativas | | |
| Claro | (1.310) | (1.028) |
| Procisa do Brasil | (11.316) | - |
| Creo Sistemas, S.A.C. | (980) | - |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | | |
| Telmex Solutions | 5 | 47 |
| Telmex - México | (2.667) | - |
| Creo Sistemas, S.A.C. | (970) | - |

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

| | Consolidado | |
|---------------------------------------|-------------|---------|
| | 2009 | 2008 |
| Resultado financeiro | | |
| Receitas financeiras/variação cambial | | |
| Telmex - México | (283) | 188 |
| Telmex - Argentina | 837 | 1.413 |
| Telmex - USA | (1.202) | 2.307 |
| Telmex - Chile | (1) | 505 |
| Telmex - Colômbia | (71) | 10 |
| Telmex - Peru | (44) | 2 |
| Telmex - Uruguai | (11) | - |
| ATT - USA | (1.131) | 645 |
| UNINET - México | (228) | 322 |
| NET | 6.618 | - |
| Despesas financeiras/variação cambial | | |
| Telmex - México | 233 | (193) |
| Telmex - Argentina | (190) | (370) |
| Telmex - USA | (326) | (1.288) |
| Telmex - Chile | (282) | (231) |
| Telmex - Colômbia | 99 | (13) |
| Telmex - Peru | 9 | (8) |
| Telmex - Uruguai | 24 | (10) |
| ATT - USA | 292 | 51 |
| UNINET - México | (6) | (12) |

Em 31 de dezembro de 2008, foram registrados na controladora R\$3.497 de despesas de juros sobre mútuo com a controlada Embratel.

A controlada Embratel possui com a NET um modelo de negócio (NET Fone) que visa o compartilhamento de resultados, para proporcionar aos assinantes serviços integrados de vídeo, banda larga e voz (*triple-play*) através da rede bi-direcional da NET. A comercialização deste produto iniciou-se no final de março de 2006.

O contrato deste modelo do NET Fone tem como principal objetivo a exploração de serviços de voz com base nas outorgas de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) da controlada Embratel e/ou mediante outra estrutura que melhor se adapte à sua exploração pelas partes, mediante a utilização da rede da NET para acesso aos clientes finais, com a utilização simultânea da rede de comunicações da controlada Embratel.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Adicionalmente, foi celebrado entre as partes o Contrato de Locação de Fibra Óptica que permite a controlada Embratel alugar fibra óptica excedente da NET. Este contrato possibilita que a controlada Embratel amplie sua rede de acesso ao mercado e representa um passo importante para que a controlada Embratel amplie, de forma ágil, sua oferta de serviços de telecomunicações integrados (voz local e de longa distância, dados, banda larga, Internet, imagem e serviço de administração de redes) para vários segmentos.

As principais transações da Sociedade e de suas controladas envolvendo a NET estão registradas com base em preços e condições definidos conforme segue:

- Projetos especiais - Pagos com base no percentual de custos incorridos de cada projeto, de acordo com o contrato.
- Despesas de acesso à rede - Pagas de acordo com o aumento da base de assinantes do NET Fone.
- Despesas de aluguel de fibras ópticas - Pagas de acordo com contrato específico realizado em condições usuais de mercado.
- Despesa NET Fone - Pagos com base em 50% do resultado líquido apurado das contas faturadas pela controlada Embratel, deduzidos os custos de interconexão.
- A NET é responsável pela emissão de faturas dos clientes de NET Fone e por repassar os valores pertinentes à controlada Embratel.
- Despesa de pequenas e médias empresas - Pagas de acordo com cláusulas contratuais específicas, a 50% do resultado líquido apurado das contas faturadas pela controlada Embratel, deduzidos de impostos e interconexão.

Em dezembro de 2009, a controlada Embratel investiu o montante de R\$873.539 na aquisição irrevogável e irrevogável de direito de uso de capacidade de transmissão gerada pela rede coaxial Net pelo prazo de 5 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período mediante futura negociação comercial entre as partes. A Sociedade considera o valor do investimento como intangível, a ser amortizado pelo prazo do contrato.

Adicionalmente, em dezembro de 2009 foi formalizada operação de venda de capacidade, pelo valor de R\$849.632, através da qual é concedido a NET direito irrevogável de uso do backbone IP da controlada Embratel pelo prazo de 5 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período mediante futura negociação comercial entre as partes. Este valor foi registrado como receita antecipada e será apropriado a resultado de acordo com o prazo contratual.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os valores a receber e a pagar decorrentes destas transações estão demonstrados líquidos no balanço patrimonial.

A controlada Embratel também possui acordo celebrado com a Claro, desde outubro de 2006, tendo por objeto a aquisição pela Claro de Capacidade de Backbone para seu uso, composto de capacidade do Backbone Próprio da controlada Embratel, necessária à interligação das estações do Backbone Claro e demais estações que venham a ser adicionadas à Topologia deste Backbone. Não constitui objeto do acordo a capacidade destinada à conexão de estações rádio-base da Claro com os demais elementos de rede ou capacidades satelitais, que somente serão disponibilizadas mediante contratação específica. Em dezembro de 2008 as partes assinaram aditivo contratual para contemplar a possibilidade de variação na entrega mensal de capacidade.

25.3. Remuneração dos administradores

O valor das remunerações dos Administradores por serviços prestados é demonstrado a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------|-------------|--------|
| | 2009 | 2008 | 2009 | 2008 |
| Salários e demais benefícios de curto prazo | 461 | 502 | 7.656 | 12.798 |
| Outros benefícios (1) | - | - | 162 | 1.313 |
| Total | 461 | 502 | 7.818 | 14.111 |

(1) Compreende substancialmente rescisão de contrato de trabalho e remuneração com base em ações.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

26. Seguros

A Administração da Sociedade considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros, sendo que na modalidade de riscos operacionais os montantes em 31 de dezembro de 2009 são como seguem:

| Controlada | Valor em risco para danos materiais (1) | Limite máximo de indenização |
|-------------------|--|-------------------------------------|
| EBT | 16.557.035 | 600.683 |
| Star One (2) | 257.598 | 206.081 |
| TdB | 140.609 | 47.000 |
| PMS | 133.226 | 27.582 |
| BrasilCenter | 45.895 | 17.567 |
| Tvsat | 52.228 | 46.991 |

(1) As apólices de riscos operacionais contemplam cobertura para lucros cessantes conforme condições constantes das mesmas.

(2) Os seguros em órbita dos satélites B3, B4, C1 e C2 e dos 11 transponders do satélite C12 encontram-se renovados até 30 de junho de 2010, sendo objeto de apólices específicas.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Sociedade.

27. Evento subsequente

Em 13 de janeiro de 2010, a sociedade mexicana América Móvil, S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), integrante da cadeia de controle do Grupo Claro no Brasil, anunciou que promoverá uma oferta pública de permuta de ações aos acionistas da Carso Global Telecom, S.A.B. de C.V. Caso a oferta venha a ser aceita, a América Móvil irá adquirir, de forma indireta, 60,7% das ações em circulação da Telmex Internacional, S.A.B. de C.V. ("Telmex Internacional"), sendo essa sociedade integrante da cadeia de controle da Embrapar. Ainda na seqüência, a América Móvil anunciou que irá realizar oferta pública de permuta ou compra de ações a todos os acionistas remanescentes da Telmex Internacional.

Em anúncio divulgado no México, a América Móvil informou que "Com a combinação dessas empresas, a América Móvil poderá gerar sinergias importantes, desenvolvendo um maior esforço comercial e aproveitando de maneira mais eficiente suas redes, sistemas e processos de informação, o que se traduzirá na universalização de serviços integrados em benefícios de seus clientes em condições mais atrativas."

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF n.º 02.558.124/0001-12
NIRE 3330026237-7

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 15 de março de 2010, às 15:00 horas, na Sede Social da Companhia, sita na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Regente Feijó nº 166/1687-B – Centro – RJ.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Os membros do Conselho de Administração foram regularmente convocados, tendo participado da reunião os membros do Conselho de Administração e, nos termos do §3º do artigo 163 da Lei n.º 6.404/76, o membro do Conselho Fiscal ao final assinado.

ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: **1) Manifestação sobre o Relatório da Administração e as Contas dos Diretores e sobre as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.** Após a análise do Relatório da Administração e Contas da Diretoria e das Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, e tendo como subsídios os esclarecimentos prestados pela administração e pelos auditores independentes da Companhia presentes à reunião, bem como os pareceres favoráveis desses mesmos auditores e do Conselho Fiscal da Companhia, os Srs. Conselheiros manifestaram-se favoravelmente à submissão de tais documentos a apreciação e aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia. **2) Discussão e aprovação da proposta de destinação de resultado do exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2009.** Os Srs. Conselheiros aprovaram a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício, que inclui a distribuição de dividendos, a ser submetida à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral. **3) Aprovação da proposta de orçamento de capital da Companhia.** Foi aprovada à unanimidade a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício financeiro de 2010, conforme proposta da administração da Companhia. **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, é assinada pelos membros do Conselho de Administração participantes e pelo Secretário, passando a constar do livro próprio. Rio de Janeiro, 15 de março de 2010. **ASSINATURAS: CARLOS HENRIQUE MOREIRA – PRESIDENTE; JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ – VICE-PRESIDENTE; DILIO SERGIO PENEDO; JOEL KORN; ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA; E ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO - MEMBRO DO CONSELHO E SECRETÁRIO GERAL. CONSELHO FISCAL: RUY DELL'AVANZI – PRESIDENTE.**

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

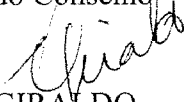
Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho
Secretário


Parecer do Conselho Fiscal da Embratel Participações S.A.

1. O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as demonstrações financeiras da controladora e consolidado da Embratel Participações S.A. ("Embrapar"), levantadas em 31 de dezembro de 2009, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração e auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Ernst & Young") conforme parecer emitido em 11 de fevereiro de 2010.
2. O Conselho Fiscal, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Valores Adicionados e as notas explicativas às Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, com base nas análises periódicas, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e, ainda, valendo-se do parecer dos Auditores Independentes, Ernst & Young, apresentado sem ressalvas, é de opinião que as demonstrações financeiras referidas acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da controladora e consolidada da Embrapar em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas.
3. Em consonância com o disposto no Art. 163 da Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal opina favoravelmente pela aprovação das referidas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2010.


RUY DELL'AVANZI
Presidente do Conselho


EDISON GIRALDO
Conselheiro Efetivo


ANDRÉ LEAL FAORO
Conselheiro Efetivo

Embratel Participações S.A.

CNPJ 02.558.124/0001-12

NIRE: 33.300.262.377

Destinação do Lucro Líquido e Comentários dos Diretores

Embratel Participações S.A.

Instrução CVM nº 481
Anexo 9-1-II
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Destinação do lucro líquido

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$1.292.709.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

| Provento | Ação | Montante global | Valor por ação (R\$) |
|-----------------|-------------|------------------------|-----------------------------|
| Dividendos | ON | 201.407 | 0,0003699033 |
| Dividendos | PN | 205.898 | 0,0004068937 |
| Total | | 407.305 | |

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os dividendos correspondem a 25% do lucro líquido ajustado, após apropriação da reserva legal e realização da reserva de lucros a realizar

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

| | Montante global | Valor por ação (R\$) |
|---------------------------------|------------------------|-----------------------------|
| Realização da reserva de lucros | 401.146 | |
| Dividendos distribuídos – 25% | 100.287 | |
| Ordinários | 49.590 | 0,000100185283 |
| Preferenciais | 50.696 | 0,000091077530 |

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

| Provento | Declaração | Ação | Montante global | Valor por ação (R\$) | Data de pagamento |
|--------------|------------|------|-----------------|----------------------|----------------------|
| Dividendos | 26/04/2010 | ON | 201.407 | 0,0003699033 | A partir de 30/06/10 |
| Dividendos | 26/04/2010 | PN | 205.897 | 0,0004068937 | A partir de 30/06/10 |
| Total | | | 407.305 | | |

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

| Anos | |
|------|-----------|
| 2009 | 1.292.709 |
| 2008 | 612.703 |
| 2007 | 840.788 |
| 2006 | 105.849 |

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

| | Ação | 2008 | 2007 | 2006 |
|-------------------------|-------------|----------------|----------------|----------------|
| Montante global | | | | |
| Lucro líquido | ON | 317.568 | 435.786 | 54.862 |
| Lucro líquido | PN | 295.135 | 405.002 | 50.987 |
| | | 612.703 | 840.788 | 105.849 |
| Dividendos | ON | 159.737 | 166.198 | 76.022 |
| Dividendos | PN | 148.454 | 154.458 | 70.652 |
| | | 308.191 | 320.656 | 146.674 |
| Montante por ação (R\$) | | | | |
| Lucro líquido | ON | 0,0005994434 | 0,0008335437 | 0,0001070519 |
| Lucro líquido | PN | 0,0005994440 | 0,0008335442 | 0,0001070530 |
| Dividendos | ON | 0,0003015206 | 0,0003178929 | 0,0001483413 |
| Dividendos | PN | 0,0003015225 | 0,0003178937 | 0,0001483418 |

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- Identificar o montante destinado à reserva legal
- Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

| | Valor |
|--------------------|--------------|
| Lucro líquido | 1.292.709 |
| Reserva legal - 5% | 64.636 |

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado (i) direito à prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia, ou (ii) recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária, o que for maior, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Companhia.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

| | Valor |
|------------------------------------|--------------|
| Lucro Líquido | 1.292.709 |
| Dividendos | 407.305 |
| Ordinários | 201.407 |
| Preferenciais | 205.898 |
| Capital social | 5.618.899 |
| Quantidade de ações (lotes de mil) | |
| Ordinárias | 544.485.935 |
| Preferenciais | 506.023.024 |
| Dividendos mínimos – 6% | 162.389 |

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Está sendo integralmente pago

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A proposta de destinação do resultado do exercício de 2009 da Companhia, conforme constante de suas Demonstrações Financeiras determina que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após os ajustes a que se referem os Arts. 193 e 202 da Lei 6.404/76, e o valor de Dividendos Prescritos, no montante total de R\$1.224.052.210,45 (um bilhão, duzentos e vinte e quatro milhões, cinqüenta e dois mil, duzentos e dez reais e quarenta e cinco centavos), sejam destinados para fazer face ao orçamento de capital do ano de 2010, com base nos orçamentos de capital de suas subsidiárias.

Tal proposta decorre do fato de que as subsidiárias da Companhia realizaram e realizarão maciços investimentos de capital para manter suas operações nos padrões de excelência em serviços, fundamentais para sobreviver e prosperar em ambiente altamente competitivo (ver quadro abaixo). Estes investimentos serão realizados com capital próprio e com financiamentos de longo prazo. Vide proposta de orçamento de capital conforme resumo abaixo, que está sendo submetida à aprovação dos Senhores Acionistas.

Assim, com o objetivo de atender o disposto no Art. 196 da referida Lei 6.404/76, é apresentada abaixo a seguinte proposta de orçamento de capital para a Companhia:

ORÇAMENTO DE CAPITAL E FONTES E USOS
Investimentos Previstos para 2010

| ÁREAS | R\$ Milhões |
|--------------------------|--------------------|
| Acesso Local | 796 |
| Dados / Internet | 27 |
| Expansão de Redes | 654 |
| Rede Internacional | 106 |
| Tecnologia da Informação | 59 |
| Star One | 148 |
| Outros | 2 |
| TOTAL | 1.792 |

Quadro Resumo de Fontes e Usos

| FONTES E USOS | R\$ Milhões |
|--|--------------------|
| Financiamento | 348 |
| Capital Próprio | 2.328 |
| TOTAL DE FONTES | 2.676 |
| Investimentos | 1.792 |
| Amortização e Juros sobre Empréstimos e Instrumentos Financeiros | 884 |
| TOTAL DE USOS | 2.676 |
| NECESSIDADE DE RECURSOS PRÓPRIOS | 2.328 |

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

Instrução CVM nº 480 Anexo 24

Item 10 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar o seu plano de negócio, cumprir as suas obrigações e necessidades de curto e longo prazo e prover com qualidade serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por satélite (DTH) e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital.

Seguem abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

| Consolidado | 2009 | 2008 | 2007 | Varição percentual 2009/2008 | Varição percentual 2008/2007 |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|------------------------------|------------------------------|
| Patrimônio líquido | 9.537.795 | 8.348.214 | 7.941.161 | 14,2 | 5,1 |
| Ativo Total | 16.478.932 | 15.185.259 | 14.530.844 | 8,5 | 4,5 |
| Receita líquida | 10.601.977 | 9.777.306 | 8.624.753 | 8,4 | 13,4 |
| Resultado bruto | 3.569.989 | 3.400.345 | 3.061.715 | 5,0 | 11,1 |
| Resultado líquido | 1.292.709 | 612.703 | 789.367 | 111,0 | (22,4) |
| Número de ações | 1.050.508.959 | 1.022.119.356 | 1.008.690.660 | | |
| Valor patrimonial da ação (R\$) | 0,00908 | 0,00817 | 0,00787 | | |
| Resultado líquido da ação (R\$) | 0,00123 | 0,00060 | 0,00078 | | |

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. Hipóteses de resgate
- ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

A Companhia é controlada da Telmex Internacional, S. A. B. de C. V. ("Telmex Internacional"), empresa mexicana oriunda de cisão da Telmex ocorrida em 2008, que detém atualmente 98,1% do capital total e votante da Companhia.

Em 2009, a Telmex Internacional realizou um aumento de capital, efetuado mediante a capitalização de créditos de dividendos. O capital social foi aumentado em R\$302.039 mediante a emissão de 14.714.524.206 ações ordinárias e 13.675.078.762 ações preferenciais.

O capital autorizado é de 1 trilhão e duzentos bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito é de R\$5.618.699, representado por 1.050.508.959 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas (em lotes de mil ações): 544.485.935 mil ações ordinárias e 506.023.024 mil ações preferenciais. O valor patrimonial das ações é de R\$9,08 em 31 de dezembro de 2009 (R\$8,17 em 31 de dezembro de 2008), por lote de mil, expressos em reais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado (i) direito à prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não

cumulativos, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia, ou (ii) recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária, o que for maior, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Companhia.

A possibilidade de resgate de ações ou quotas não é aplicável à Companhia.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia entende que esta possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

A Companhia finalizou o ano com uma posição de caixa de R\$1.083 milhões. A dívida total ao final de dezembro de 2009 era de R\$2.048 milhões, sendo 64,8% a longo prazo. A dívida líquida ao final de 2009 era de R\$965 milhões, representando uma redução de 61,4% em comparação ao final de 2008, quando a dívida líquida era de R\$2.497 milhões.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a Companhia se utiliza de linhas de financiamento junto a bancos comerciais de primeira linha.

Em 2009, os investimentos da Companhia foram da ordem de R\$1.521 milhões. Para financiar parte de seus investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia utilizou linhas de crédito de instituições financeiras, num total de R\$912 milhões, e R\$609 milhões de capital próprio.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2009, o endividamento total consolidado em aberto da Companhia era de R\$2.048.214, dos quais 80,1% (R\$1.640.065) eram em moeda estrangeira, e a dívida líquida era de R\$965.023.

Do valor total do endividamento acima, 35,2% (R\$720.246) tinha vencimento no curto prazo e 64,8% (R\$1.327.968) tinha vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía operações com derivativos (swaps) em moeda estrangeira, cujo valor nocional era US\$532.393 mil, representando 56,4% do saldo da dívida em moeda estrangeira.

Segue abaixo a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

| | 2009 | 2008 | 2007 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| Moeda nacional | | | |
| Empréstimos bancários | 362.654 | 457.395 | - |
| Notas promissórias | - | 402.869 | - |
| Finame | 31.805 | 205 | 2.433 |
| Financiamento de ICMS | 13.690 | 19.775 | 25.860 |
| Arrendamento | - | - | 27 |
| Subtotal | 408.149 | 880.244 | 28.320 |
| Moeda estrangeira | | | |
| Empréstimos bancários | 1.286.992 | 1.601.266 | 1.541.936 |
| Títulos de dívida no exterior – “Notes” | - | - | 318.327 |
| Financiamento dos satélites C-1 e C-2 | 353.073 | 600.439 | 477.273 |
| Subtotal | 1.640.065 | 2.201.705 | 2.337.536 |
| Total da dívida | 2.048.214 | 3.081.949 | 2.365.856 |

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A controlada Star One assumiu alguns compromissos com os bancos credores, envolvendo o nível de endividamento, o lucro mínimo antes dos resultados financeiros, impostos, depreciação amortização (“EBITDA”), os quais estão atendidos até 31 de dezembro de 2009.

E empréstimo obtido junto ao NIB, inclui cláusulas restritivas ao cumprimento de certos índices financeiros (“covenants”), tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Estas cláusulas restritivas são apuradas trimestralmente durante a vigência do contrato e foram totalmente cumpridas pela Companhia.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em setembro de 2002, a antiga controlada Vésper S.A. (incorporada na controlada Embratel em 2008) deu início ao financiamento de 60% do valor do ICMS efetivamente apurado sobre receitas operacionais, através de convênio firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo o Banco do Brasil na qualidade de agente financeiro. A linha de crédito aprovada foi de R\$940.000, durante o período de 60 meses, com carência de 84 meses,

prazo de amortização de 60 meses, taxa de juros de 4,5% a 6% a.a. e taxa de serviço equivalente a 1% sobre cada parcela liberada.

O montante principal do crédito efetivamente usufruído, R\$28.372, ficou bem abaixo do limite aprovado, e vem sendo amortizado conforme às previsões contratuais. O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2009 é de R\$13.690.

Adicionalmente, a Companhia possui 2 financiamentos no montante total de R\$121 milhões, destinados ao financiamento de equipamentos.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Receita Líquida

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida total cresceu 8,4% (R\$825 milhões) quando comparada com o ano anterior, principalmente devido ao crescimento de 24,4% (R\$417 milhões) na receita de serviços locais, crescimento de 21,7% (R\$540 milhões) na receita de comunicação de dados, uma redução de 0,6% (R\$30 milhões) na receita de longa distância e redução de 32,3% (R\$200 milhões) em outros serviços. Além disso, no período acumulado de doze meses de 2009, a receita de serviços de DTH totalizou R\$98 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a receita líquida total foi de R\$9.777 milhões, um crescimento de 13,4% (R\$1.152 milhões) quando comparada com o ano anterior, principalmente devido ao aumento de 33,2% (R\$426 milhões) na receita de serviços locais, crescimento de 14,7% (R\$319 milhões) na receita de comunicação de dados, crescimento de 8,1% (R\$372 milhões) na receita de longa distância, e crescimento de 5,8% (R\$34 milhões) em outros serviços.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a receita líquida total foi de R\$8.625 milhões, um crescimento de 4,9% (R\$405 milhões) comparado com o mesmo período de 2006, devido principalmente a um crescimento de 40,7% (R\$371 milhões) na receita de serviços locais. As receitas com outros serviços tiveram um aumento de 52,8% (R\$166 milhões) no mesmo período, em função da prestação de serviços de Atendimento a Clientes (call center) e Gerenciamento de Redes / Aluguel de Infra-estrutura a terceiros (co-location).

Em 2009, a receita de voz de longa distância representa 46,5% da receita total, comparado com 50,7% acumulado em 2008 e 53,2% em 2007.

Custos de Interconexão e Facilidades

No acumulado de 2009, os custos de interconexão e facilidades foram de R\$4.505 milhões apresentando um aumento de 10,1% (R\$415 milhões).

O custo de interconexão e facilidades como percentual da receita líquida aumentou para 42,5% no acumulado de 2009, comparado a 41,8% do ano anterior. Esse crescimento foi originado principalmente pelo crescimento do tráfego de origem móvel, assim como pela aplicação do reajuste na tarifa de rede móvel (VU-M) ocorrido em janeiro de 2009.

No acumulado de 2008, os custos de interconexão e facilidades interconexão foram de R\$4.090 milhões, um aumento de 19,1% (R\$656 milhões).

O custo de interconexão e facilidades como percentual da receita líquida aumentou para 41,8% no acumulado de 2008, comparado a 39,8% do ano anterior. Esse crescimento foi originado principalmente pelo crescimento do tráfego de origem móvel, assim como pela aplicação do reajuste na tarifa de rede móvel (VU-M) ocorrido em janeiro de 2008.

Em 2007, os custos de interconexão foram de R\$3.435 milhões, um aumento de 3,4% quando comparado com o ano anterior.

Em 2007, o custo de interconexão como percentual da receita líquida reduziu-se para 39,8% no acumulado de 2007 comparado a 40,4% do ano anterior. Essa redução dos custos de interconexão foi obtida principalmente com a queda nos custos de rede local (TU-RL), regida pelo novo contrato de concessão, que também previu a redução das tarifas de interconexão de rede interurbana (TU-RIU) e a implementação de modulação horária na tarifas de rede móvel (VU-M).

Custos dos Serviços e Produtos Vendidos (Excluindo interconexão e facilidades)

No acumulado de 2009, os custos dos serviços e produtos vendidos (excluindo interconexão e facilidades) aumentaram 10,2% (R\$121 milhões), totalizando R\$1.306 milhões, quando comparado com o ano anterior, principalmente, pela programação de canais (tendo em vista o início das operações da Via Embratel), tributos, serviços de terceiros e pessoal.

No acumulado de 2008, os custos dos serviços e produtos vendidos (excluindo interconexão e facilidades) foram de R\$1.185 milhões, um aumento de R\$65 milhões quando comparado com o ano anterior, devido ao aumento de R\$30 milhões em custos de serviços de terceiros, R\$20 milhões em outros custos, principalmente tributos, e R\$15 milhões em pessoal.

No acumulado de 2007, os custos dos serviços e produtos vendidos (excluindo interconexão) foram de R\$1.120 milhões, um aumento de R\$32 milhões quando comparado com o ano anterior, principalmente em relação aos custos de handset, registrados em outros custos de serviços e produtos vendidos.

Despesas de Vendas

No acumulado de 2009, as despesas de vendas foram de R\$1.275 milhões, representando uma redução de 1,1% (R\$14 milhões) comparada ao acumulado de 2008, principalmente pela redução em serviços de terceiros (R\$58 milhões).

Como percentual da receita líquida, as despesas de vendas apresentam uma pequena redução em 2009, comparadas ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado de 2008, as despesas de comercialização dos serviços foram de R\$1.290 milhões, representando um crescimento de 7,4% (R\$89 milhões) comparado ao acumulado de 2007, principalmente pelo crescimento em despesas com pessoal (R\$53 milhões), serviços de terceiros (R\$58 milhões) em contrapartida da redução da provisão para devedores duvidosos (R\$24 milhões).

Como percentual da receita líquida, as despesas de comercialização apresentaram uma pequena redução em 2008, comparadas a 2007.

No acumulado de 2007, as despesas de comercialização dos serviços foram de R\$1.200 milhões, representando um crescimento de 4,2% comparado ao acumulado de 2006, pelo crescimento em despesas com pessoal e serviços de terceiros. Como percentual da receita líquida, as despesas de comercialização dos serviços se mantiveram constantes em 2007 comparadas a 2006.

Despesas Gerais & Administrativas

No acumulado de 2009, as despesas gerais & administrativas foram de R\$641 milhões, representando uma redução de 5,3% (R\$36 milhões) comparada ao acumulado de 2008, principalmente pela redução em serviços de terceiros (R\$19 milhões).

No acumulado de 2007, as despesas gerais e administrativas foram de R\$649 milhões comparada com R\$885 milhões do ano anterior.

Outras receitas / (despesas) operacionais

No acumulado de 2009, outras receitas / (despesas) operacionais foram de R\$65 milhões, representando 0,6% da receita líquida total.

No acumulado de 2008, outras despesas operacionais líquidas foram de R\$76 milhões, representando 0,8% da receita líquida total.

No acumulado de 2007, outras despesas operacionais foram de R\$56 milhões comparado com R\$620 milhões em 2006. As despesas gerais e administrativas e outras operacionais em 2006 estavam afetadas pelo Convênio ICMS nº 72/06, no montante de R\$632 milhões, e outras operacionais pela provisão para contingências referente ao imposto de renda sobre receita entrante, no valor de R\$222 milhões.

EBITDA, EBIT e Resultado líquido

No acumulado de 2009, o EBITDA totalizou R\$2.810 milhões, um aumento de 14,2% (R\$350 milhões) quando comparados ao ano de 2008.

A margem EBITDA foi de 26,5% no acumulado de 2009 contra 25,2% em 2008.

O EBIT atingiu R\$1.771 milhões no ano de 2009, equivalendo a 16,7% da receita líquida, contra 11,2% em 2008.

O lucro líquido acumulado de 2009 foi de R\$1.293 milhões comparados a R\$613 milhões em 2008. Além das melhorias operacionais, o lucro líquido acumulado de 2009 está positivamente afetado pelo efeito líquido de variação cambial, substancialmente sobre contratos de empréstimos e derivativos (R\$375 milhões em 2009 contra resultado líquido negativo de variação cambial de R\$287 milhões em 2008) e pelo resultado positivo de equivalência patrimonial, oriundos dos resultados da Net (R\$272 milhões em 2009, contra resultado negativo de R\$153 milhões em 2008).

No acumulado de 2008, o EBITDA totalizou R\$2.460 milhões, um aumento de 13,6% (R\$295 milhões) quando comparados ao ano de 2007.

A margem EBITDA foi de 25,2% no acumulado de 2008.

O EBIT atingiu R\$1.094 milhões no ano de 2008, equivalendo a 11,2% da receita líquida.

O lucro líquido acumulado de 2008 foi de R\$613 milhões comparados a R\$789 milhões em 2007. Os resultados de 2008 estão afetados por R\$179 milhões pelo reconhecimento de créditos fiscais diferidos decorrentes da incorporação da Vésper S.A. e da Vésper São Paulo S.A. e em R\$168 milhões de efeito líquido negativo da variação cambial, substancialmente sobre os contratos de empréstimos e derivativos, em função da alta do dólar. O resultado de 2007, por sua vez, em R\$374 milhões, pelos ganhos de investimento na Net, em função da

incorporação das ações da Vivax S.A. no patrimônio. Excluindo esses efeitos, os lucros líquidos acumulados seriam de R\$602 milhões em 2008 e R\$415 milhões em 2007.

O EBITDA totalizou R\$2.165 milhões em 2007, um aumento de 87,5% quando comparado com o mesmo período de 2006. O EBITDA de 2006 foi afetado com os impactos do Convênio ICMS nº 72/06, imposto de renda sobre lucro inflacionário e da provisão para contingência referente ao imposto de renda sobre a receita entrante nas despesas gerais e administrativas e em outros resultados operacionais.

Excluindo os efeitos mencionados acima, o EBITDA teria sido de R\$2.012 milhões, e o lucro líquido teria sido de R\$654 milhões em 2006.

Em 2007, o resultado EBIT e o lucro líquido estão afetados, num total de aproximadamente R\$380 milhões, pelos ganhos de investimento na Net Serviços de Comunicações S.A., pela incorporação no patrimônio da Net das ações da Vivax S.A.

Investimento

Investimentos recorrentes

Os investimentos recorrentes, nos últimos 3 anos, são como se seguem:

| (R\$ milhões) | 2009 | % | 2008 | % | 2007 | % |
|---|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| Acesso, Infra-estrutura e Serviços Locais | 765,8 | 50,3 | 790,4 | 43,9 | 430,2 | 33,7 |
| Infra-estrutura de rede | 399,5 | 26,3 | 574,7 | 31,9 | 259,6 | 20,3 |
| Serviços de Dados e Internet | 228,6 | 15,0 | 326,4 | 18,1 | 416,8 | 32,6 |
| Star One | 62,2 | 4,1 | 39,6 | 2,2 | 122,4 | 9,6 |
| Outros investimentos (incluindo TI) | 65,4 | 4,3 | 71,4 | 4,0 | 48,5 | 3,8 |
| Investimento | 1.521,5 | 100,0 | 1.802,5 | 100,0 | 1.277,5 | 100,0 |

Em dezembro de 2009 a Star One investiu R\$52 milhões para início da construção de novo satélite (C3), que terá cobertura na América do Sul, e irá operar em Banda C, faixa destinada à comunicação em geral, e em Banda Ku, faixa destinada à transmissão de sinais de vídeo, dados, Internet e voz diretamente para os usuários. O investimento total neste projeto está estimado em US\$270 milhões.

Aquisição de capacidade de terceiros

Adicionalmente, em dezembro de 2009, dada a importância do Net Fone Via Embratel no portfólio de produtos e as perspectivas de crescimento deste produto, foi formalizada a aquisição, pelo valor de R\$874 milhões, de capacidade de transmissão da rede HFC da Net, o que assegura, pelo prazo de 5 anos, de forma irrevogável e irretroatável, o direito de uso desta rede pela Embratel.

10.2. Os diretores devem comentar:

- a. Resultados das operações do emissor, em especial:
- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita líquida consolidada da Companhia são:

| | 2009 | 2008 | 2007 |
|-------------------------------|-------------------|------------------|------------------|
| Voz | | | |
| Longa distância nacional | 4.501.440 | 4.481.229 | 4.084.341 |
| Longa distância internacional | 425.541 | 475.436 | 499.958 |
| | 4.926.981 | 4.956.665 | 4.584.299 |
| Dados | 3.030.724 | 2.490.620 | 2.171.150 |
| Serviços locais (1) | 2.126.032 | 1.709.492 | 1.283.056 |
| DTH – TV por assinatura | 98.362 | - | - |
| Outros serviços (2) | 419.878 | 620.529 | 586.248 |
| Total | 10.601.977 | 9.777.306 | 8.624.753 |

- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia tem investido em média R\$1,5 bilhão ao ano em infra-estrutura necessária ao crescimento de seus serviços de telefonia local, transmissão de dados, Internet banda larga, via satélite e TV por assinatura, e vem focando na diversificação de produtos e serviços, reduzindo gradualmente a dependência em relação às ligações de longa distância nacional e internacional, que em 2009 já estava reduzido a cerca de 46% da receita líquida total.

A receita líquida vem crescendo significativamente nos últimos anos, chegando a crescer 13,4% em 2008 quando comparado a 2007. Em 2009, apesar de todas as dificuldades decorrentes da crise econômica mundial, a Companhia atingiu 8,4% de crescimento comparado a 2008.

Além de crescimento de quase 40% na receita de dados anual de 2009, quando comparada com 2007, destaca-se neste processo de diversificação o crescimento na telefonia fixa local, que em 2009 já atingiu 20% da receita líquida total, tendo crescido mais de 65% se comparada à receita líquida anual verificada em 2007, impulsionado principalmente pelo produto NetFone. Na telefonia fixa a Embratel foi a empresa que mais cresceu com o processo de portabilidade.

Ao mesmo tempo, ao final de 2008 a Companhia ingressou no mercado de TV por assinatura via satélite, tendo atingido ao final de 2009 receita líquida de R\$ 98 milhões e base de assinantes superior a 300 mil clientes, sendo este serviço mais potencial de crescimento da Companhia.

Estes fatores, em conjunto com uma política de rigoroso monitoramento dos custos e das despesas operacionais, contribuíram para o aumento gradual e significativo dos resultados operacionais, tendo atingido no ano de 2009 lucro líquido de 1,3 bilhão e margem EBITDA de 26,5%.

Fatores relacionados ao negócio

Nossas concessões fornecem um mecanismo de preço-teto para definição e ajuste anual de tarifas. Estamos sujeitos a regulamentos abrangentes que podem limitar nossa capacidade de aumentar preços ou tornar não lucrativos alguns tipos de tráfego de clientes.

Para completar chamadas telefônicas de longa distância, devemos normalmente remunerar o uso de rede de acesso de operadoras locais. A Lei de Telecomunicações Brasileira e as concessões de serviços locais obrigam as concessionárias de serviços local a tratar todas as operadoras de longa distância igualmente. Isso significa que as concessionárias de serviço devem cobrar de sua própria concessionária de serviços de longa distância a mesma tarifa de interconexão cobrada de concorrentes como a Embratel. Além disso, a Lei de Telecomunicações Brasileira proíbe subsídios cruzados entre concessões locais e de longa distância, de modo que se uma concessionária de serviço local cobrasse de sua concessionária de serviço de longa distância uma tarifa de interconexão menor a que pagamos, ela estaria incorrendo em uma prática anticompetitiva, de acordo com a lei. No entanto, como algumas companhias possuem tanto concessões locais como de longa distância, evitar a fixação de preço discriminatório e subsídios cruzados pode ser difícil e a Anatel pode não ter os meios suficientes para realizar auditorias e comprovar tais práticas. Logo, enquanto pagamos tarifas de acesso às concessionárias de serviços locais, uma concessionária de serviço local poderá permitir que sua concessionária de longa distância evite efetivo o pagamento de tais tarifas. Embora tenhamos exigido e continuaremos a exigir que o regulamento competitivo do Brasil seja completamente cumprido para impedir as concessionárias de serviços locais de permitir que suas concessionárias de serviços de longa distância vendam serviços de longa distância abaixo do custo, não há nenhuma garantia de que seremos bem sucedidos em alcançar tal objetivo e podemos sofrer um comportamento anticompetitivo em certos segmentos do mercado de longa distância.

A partir de 2006, as tarifas de interconexão de acesso local e de longa distância foram limitadas a uma percentagem fixa para os usuários finais reduzindo a flexibilidade que as concessionárias locais tinham em adotar práticas discriminatórias, mas não podemos assegurar que essas medidas ou outras semelhantes que poderão ser adotadas no futuro serão efetivas em contrabalançar essas práticas.

De acordo com a regulamentação brasileira, os clientes de telefonia podem selecionar seus provedores de longa distância nacional e internacional a cada chamada. Assim, não temos contratos com a maioria de nossos clientes no segmento de longa distância nacional e internacional, e esses clientes podem trocar de provedor a qualquer momento. Não podemos assegurar a fidelidade de nossos clientes, podendo um número significativo de clientes selecionar outra empresa para utilizar seus serviços de telecomunicações, o que poderia ter um efeito material adverso sobre o nosso negócio e nossa condição financeira.

A regulamentação do setor exige que forneçamos acesso à nossa rede a todos os clientes com linha fixa ou celular, sem garantia prévia de que são usuários que merecem crédito e que não gerarão inadimplência. Somente após faturar os clientes e não tendo recebido pagamento, podemos bloquear a linha dos usuários de telefonia fixa e celular, respeitados os prazos legalmente estabelecidos.

Não podemos garantir que as estratégias adotadas continuarão sendo eficazes no combate ao uso fraudulento de nossa rede ou de nos permitir recuperar quantias não pagas faturadas pelo uso de nossas redes. Nosso nível de despesas com inadimplência poderá aumentar no futuro, o que pode prejudicar nossa lucratividade e nosso fluxo de caixa.

A Anatel exige que cumpramos certas metas de qualidade dos serviços de nossas concessões, incluindo, por exemplo, taxas mínimas de conclusão de chamadas, taxas máximas de circuito ocupado, disponibilidade de operadora e responsabilidade por solicitações de reparo. O não cumprimento das obrigações de qualidade de serviço pode resultar, e já resultou, na imposição de multas pela Anatel e outras entidades governamentais. Nossa capacidade de cumprir tais metas pode ser impedida por fatores além de nosso controle e nós não podemos garantir que cumpriremos essas metas no futuro ou que não seremos multados no futuro.

A indústria de telecomunicações está em constante mudança tecnológica. Nosso sucesso futuro depende, em parte, da nossa capacidade de prever e de nos adaptar em tempo hábil às mudanças tecnológicas. Esperamos que novos produtos e tecnologias apareçam e que produtos e tecnologias existentes se desenvolvam ainda mais. Esses novos produtos e tecnologias podem reduzir os preços que podemos cobrar pelos serviços ou podem aumentar e tornar obsoletos os produtos e serviços que oferecemos e as tecnologias que usamos. Eles podem conseqüentemente reduzir a receita gerada pelos produtos e serviços ou exigir investimentos em nova tecnologia. Logo, nossos principais concorrentes no futuro poderão ser novos estreantes nos mercados que não seriam onerados por uma base instalada de equipamentos mais antigos.

No curso normal de nossas atividades, estamos envolvidos em várias discussões potenciais e processos judiciais, alguns dos quais envolvem reivindicações monetárias significativas, para as quais, por conta da avaliação de consultores jurídicos, não estabelecemos nenhuma provisão. Não podemos assegurar que essas reivindicações em última instância serão resolvidas a nosso favor.

- b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia presta o Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade local (STFC Local), na modalidade longa distância nacional (STFC LDN) e na modalidade longa distância internacional (STFC LDI).

A Companhia possui uma autorização da Agência Reguladora para a prestação do STFC Local, o que permite que o reajuste tanto de seu plano básico quanto de seu plano alternativo ocorra sem qualquer necessidade de solicitação prévia à Agência e, conseqüentemente, dispensando qualquer ato que venha a homologar as alterações de preços dos planos de serviço destas modalidades. Para estes planos, aplica-se a regra geral, prevista do Regulamento do STFC, em que o reajuste dos valores máximos autorizados pode ocorrer a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo mínimo de 12 meses entre os reajustes, devendo-se considerar o IST acumulado desde a data-base da última alteração.

Já no caso do STFC LDN e do STFC LDI, a Companhia possui contrato de concessão assinado com a Administração Pública. Nestes casos, há uma diferença entre os reajustes dos valores máximos homologados dos planos alternativos e dos planos básico.

Para os planos alternativos de STFC LDN e STFC LDI, aplica-se a mesma regra dos planos de STFC Local, ou seja, a Companhia pode, a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo mínimo de 12 meses entre os reajustes, reajustar os valores máximos homologados do

plano alternativo, devendo considerar o IST acumulado desde a data-base da última alteração.

Por fim, o reajuste do plano básico do STFC LDN e do plano básico do STFC LDI deve seguir procedimento específico, estabelecido nos contratos de concessão, de homologação prévia dos valores.

O plano básico do STFC LDN consiste em: (i) dezesseis tarifas de chamadas originadas e terminadas em telefones fixos (quatro distâncias em quatro horários); (ii) quatro tarifas para chamadas envolvendo terminais do Serviço Móvel Pessoal – SMP (dois tipos em dois horários); e (iii) quatro tarifas para chamadas envolvendo terminais do Serviço Móvel Especializado – SME (dois tipos em dois horários).

Para o primeiro conjunto de tarifas, o contrato de concessão estabelece que o valor médio da cesta deva ser reajustado pela variação do IST no período descontada a produtividade (Fator X), que é estabelecida pela Agência com base nas informações das concessionárias do STFC Local, do STFC LDN e do STFC LDI. Uma tarifa individualmente pode aumentar a variação do IST mais 5%, desde que as demais sofram reajustes menores, ou mesmo redução, para que o reajuste médio seja respeitado.

Para o segundo e terceiro grupo de tarifas a Anatel não permite qualquer variação individual, devendo-se aplicar o IST no período, descontada a produtividade, que a pesar de não estar prevista expressamente sua aplicação nos regulamentos para estas chamadas, é imposta pela Anatel. O reajuste para estas tarifas está condicionado ainda demonstração perante a Agência que os valores de remuneração de rede entre as concessionárias do STFC LDN e as operadoras de SMP e SME foram acordados entre as prestadoras.

Por sua vez, o plano básico do STFC LDI consiste em dezoito tarifas internacionais (nove grupos em dois horários) e dez tarifas regionais (cinco grupos de dois horários), sendo que estas são utilizadas para chamadas específicas em área de fronteira. As tarifas do plano básico LDI são as mesmas, independentemente se originadas ou destinadas em terminais fixos ou móveis.

Assim como no primeiro grupo de chamadas do STFC LDN, o contrato de concessão estabelece que o valor médio da cesta deva ser reajustado pela variação do IST no período descontada a produtividade (Fator X), que é estabelecida pela Agência com base nas informações das concessionárias do STFC Local, do STFC LDN e do STFC LDI. Uma tarifa individualmente pode aumentar a variação do IST mais 5%, desde que as demais sofram reajustes menores, ou mesmo redução, para que o reajuste médio seja respeitado.

Nos últimos três anos os reajustes homologados pela Anatel para a Companhia foram:

- 17.JUL.2007 – Ato 66.031/07: Reajuste do STFC LDN Fixo-Fixo;
- 17.JUL.2007 – Ato 66.032/07: Reajuste do STFC LDI;
- 18.JAN.2008 – Ato 303/08: Reajuste do STFC SMP (exceto Grupo TIM);
- 29.SET.2008 – Ato 5.761/08: Reajuste do STFC LDI;
- 29.SET.2008 – Ato 5.764/08: Reajuste do STFC LDN Fixo-Fixo;
- 12.MAR.2009 – Ato 1.242: Reajuste do STFC SMP (exceto Grupo TIM);
- 03.JUN.2009 – Ato 3.015: Reajuste do STFC SMP (Grupo TIM);
- 30.OUT.2009 – Ato 6.280/09: Reajuste do STFC LDI;
- 30.OUT.2009 – Ato 6.280/09: Reajuste do STFC LDI.

A empresa manteve a estratégia de diversificação de receitas e menor dependência da linha de negócios Longa Distância, através de investimentos para o crescimento das linhas de negócios Serviços Locais e TV por Assinatura.

TV por Assinatura via Satélite –

A nova linha de negócios TV por Assinatura Via Satélite (“Via Embratel”), cujo lançamento ocorreu em 1º de dezembro de 2008, encerrou o período de 12 meses em dezembro de 2009 com 382.321 vendas e 316.775 clientes instalados.

Ao final de 2009, a estrutura de vendas da Via Embratel está presente em 5.144 municípios e em todos os Estados do País.

No acumulado do ano, a receita líquida foi de R\$98 milhões.

- c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A paridade cambial entre o dólar norte americano e o real encerrou o ano de 2009 em R\$/US\$ 1,74, representando uma desvalorização de 25,5% da moeda norte americana quando comparada com a paridade do final de 2008 – R\$/US\$ 2,34. O efeito desta desvalorização do dólar norte americano sobre a dívida denominada em moeda estrangeira, instrumentos derivativos e outros passivos atrelados à variação cambial, foi um ganho no resultado financeiro de 2009 totalizando R\$391 milhões, em contrapartida de perdas em 2008 e 2007, de R\$296 milhões e R\$80 milhões, respectivamente.

A despeito da crise econômica mundial e da retração da economia brasileira no final de 2008 e início de 2009, o ano de 2009 foi um ano de bons resultados para a Companhia. A empresa foi capaz de aumentar suas receitas, gerir os custos e investimentos com eficiência, de forma a contribuir para uma melhora de sua margem EBITDA.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A nova linha de negócios TV por Assinatura Via Satélite (“Via Embratel”), cujo lançamento ocorreu em 1º de dezembro de 2008, encerrou 2009 com 382.321 vendas, mantendo o expressivo crescimento.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

- c. Eventos ou operações não usuais

Em 13 de janeiro de 2010, a companhia mexicana América Móvil, S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), integrante da cadeia de controle do Grupo Claro no Brasil, anunciou

que promoverá uma oferta pública de permuta de ações aos acionistas da Carso Global Telecom, S.A.B. de C.V. Caso a oferta venha a ser aceita, a América Móvil irá adquirir, de forma indireta, 60,7% das ações em circulação da Telmex Internacional, S.A.B. de C.V. ("Telmex Internacional"), sendo essa companhia integrante da cadeia de controle da Companhia. Ainda na seqüência, a América Móvil anunciou que irá realizar oferta pública de permuta ou compra de ações a todos os acionistas remanescentes da Telmex Internacional.

Em anúncio divulgado no México, a América Móvil informou que "Com a combinação dessas empresas, a América Móvil poderá gerar sinergias importantes, desenvolvendo um maior esforço comercial e aproveitando de maneira mais eficiente suas redes, sistemas e processos de informação, o que se traduzirá na universalização de serviços integrados em benefícios de seus clientes em condições mais atrativas."

10.4. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09 e com vista aos requerimentos estabelecidos pela Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, a Companhia estabeleceu o exercício mais antigo apresentado como data de transição, ou seja, encerramento em 31 de dezembro de 2006. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

Em 28 de janeiro de 2010 foi publicada a Deliberação CVM nº 624, a qual revisa os seguintes pronunciamentos:

- CPC 02 - Efeito das Mudanças de taxa de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis;
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- OCPC 01 - Entidades de Incorporação imobiliária; e
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Por se tratar de pronunciamentos vigentes, os três primeiros acima devem ser aplicados para o exercício findo em 31 de dezembro 2009.

A Companhia não encontrou nenhum impacto significativo nos itens revisados por essa deliberação.

Continuando o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a Comissão de Valores Mobiliários aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos técnicos alinhados com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board. Esses pronunciamentos deverão ser adotados no exercício de 2010, com aplicação retroativa a 2009 para fins de comparabilidade.

A aplicação antecipada dos pronunciamentos acima foi facultada às Companhias pela deliberação CVM nº 603 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários em 11 de novembro de 2009, desde que sua adoção fosse abrangente a todos os pronunciamentos emitidos, com

aplicação retroativa ao exercício de 2008 para fins de comparabilidade. A Companhia decidiu por não adotar esses pronunciamentos de forma antecipada.

A Administração está avaliando os potenciais efeitos com relação aos pronunciamentos técnicos e interpretações recentes, e entende que aqueles que poderão produzir efeitos em suas demonstrações financeiras são:

Pronunciamentos:

CPC 22 - Informação por Segmento.

CPC 26 - Apresentação das demonstrações Contábeis.

CPC 27 - Ativo Imobilizado.

CPC 30 - Receitas.

CPC 33 - Benefícios a Empregados.

CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

Interpretações:

ICPC 01 - Contratos de concessão.

ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos.

ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.

ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28.

As demonstrações financeiras na data de transição para a Lei nº 11.638/07, foram preparadas a partir da análise das isenções opcionais permitidas pelo pronunciamento técnico CPC 13, sendo elas:

a) Ativo diferido - despesas pré-operacionais e gastos com reestruturação

A Companhia optou por manter os saldos reconhecidos no grupo do ativo diferido até sua completa amortização, e conforme requerido pelo CPC 13, e efetuou análise sobre a recuperação desses saldos, nos termos do CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, não identificando nenhum indicador de perda de seu valor recuperável.

b) Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08, posteriormente regulamentada pela Lei nº 11.941/09

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 estão sendo registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371.

c) Exceção sobre amortização de ágios fundamentados por rentabilidade futura (*goodwill*)

Os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia foram amortizados linearmente até 31 de dezembro de 2008.

d) Primeira avaliação periódica da vida útil-econômica

A Companhia está revisando as estimativas de vida-útil econômica e valor residual de seus ativos imobilizados, utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação e do valor depreciável. A Companhia vai concluir esse levantamento no curso de 2010 e

eventuais mudanças na estimativa da vida-útil econômica dos ativos e nos seus respectivos valores residuais, decorrentes dessa revisão, se relevante, serão tratados como mudança de estimativa contábil a ser reconhecida de forma prospectiva.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2009 não houve mudança significativa nas práticas contábeis

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres dos auditores independentes.

As demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 contêm parágrafo de ênfase relativa à alteração das práticas contábeis em decorrência da Lei nº 11.638 e da Medida Provisória nº 449/08.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada encerramento mensal de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- b. Recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ganhos não realizados em operações com derivativos e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem os derivativos. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.
- b. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos, empréstimos e financiamentos.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

A Companhia detém instrumentos derivativos para proteção contra riscos relativos a moedas estrangeiras e taxas de juros.

b) Contas a receber

Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de telefonia local e de longa distância nacional e internacional, faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, bem como valores a receber pela prestação de serviços de dados e outros serviços.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

c) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição e/ou construção, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Quando aplicável, o imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e sua contrapartida registrada como impostos a recuperar.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade instalada ou da vida útil, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado. Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos vinculados a obras em andamento são registrados no imobilizado.

d) Intangível

Correspondem, principalmente, aos ágios, softwares, licenças regulatórias e direitos irrevogáveis de uso.

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 deixaram de ser amortizados, estando submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável ou caso algum fator interno ou externo evidencie a aplicação do teste durante o ano calendário.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e aqueles com vida útil indefinida não são amortizados, porém ambos são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável.

e) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados de acordo com as regras e alíquotas em vigor no exercício e contabilizados pelo regime de competência.

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias, são avaliados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperação constituída de acordo com as regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 371/02.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

g) Provisão para contingências

Constituída com base na opinião dos consultores jurídicos externos e internos, por montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. O saldo total é registrado no passivo circulante, uma vez que não é possível estimar o prazo de liquidação.

h) Passivo atuarial - Telos

As controladas Embratel, Star One, PMS e Tvsat, patrocinam uma entidade para administrar os fundos de pensão e outros benefícios de aposentadoria para seus empregados. As contribuições para os planos são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, os passivos atuariais estão sendo reconhecidos nas demonstrações financeiras desde 31 de dezembro de 2001.

i) Receitas antecipadas

Representadas, principalmente, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

Adicionalmente, compreende também o valor do deságio apurado na incorporação da Latam do Brasil Participações S.A. ("Latam"), e aquisição/aumento de participação de controladas.

j) Reconhecimento de ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Reconhecimento das receitas

As receitas dos serviços de telecomunicações estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados à favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa da sua realização.

l) Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a

provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de remunerações baseadas em ações e de instrumentos financeiros; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos referentes ao processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas.

Os controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas são processos desenvolvidos para fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros e à preparação das demonstrações contábeis para uso externo, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os controles internos da Companhia sobre o processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas incluem as políticas e os procedimentos que (1) se referem à manutenção dos registros que, com detalhe razoável, refletem com exatidão e satisfatoriamente as transações e disposições dos ativos da Companhia; (2) fornecem segurança razoável de que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis conforme os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e gastos da Companhia somente sejam feitos com autorizações da administração e dos diretores da Companhia e (3) fornecem segurança razoável relativa à prevenção ou detecção oportuna da aquisição, uso ou destinação não autorizada dos ativos da Companhia que possam afetar de maneira relevante as demonstrações contábeis consolidadas.

Devido às limitações próprias, os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros oportunamente. Portanto, mesmo os sistemas estabelecidos e considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2009, concluindo que os mesmos são eficazes.

Projeto Sarbanes Oxley ("SOX") - a Companhia está dando continuidade ao cumprimento da Lei Sarbanes Oxley, visando manter um elevado nível dos controles internos e, na condição de investimento relevante da Telmex, suportar o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. A Diretoria avalia que a aplicação das

exigências da SOX acabou por trazer relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos.

- b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve comentários significativos no relatório do auditor independente, sobre deficiências e recomendações que pudessem impactar a eficácia dos controles internos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:
- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ORÇAMENTO DE CAPITAL E FONTES E USOS

Investimentos Previstos para 2010

| ÁREAS | R\$ Milhões |
|--------------------------|--------------------|
| Acesso Local | 796 |
| Dados / Internet | 27 |
| Expansão de Redes | 654 |
| Rede Internacional | 106 |
| Tecnologia da Informação | 59 |
| Star One | 148 |
| Outros | 2 |
| TOTAL | 1.792 |

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

Quadro Resumo de Fontes e Usos

| FONTES E USOS | R\$ Milhões |
|--|--------------------|
| Financiamento | 348 |
| Capital Próprio | 2.328 |
| TOTAL DE FONTES | 2.676 |
| Investimentos | 1.792 |
| Amortização e Juros sobre Empréstimos e Instrumentos Financeiros | 884 |
| TOTAL DE USOS | 2.676 |
| NECESSIDADE DE RECURSOS PRÓPRIOS | 2.328 |

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

- c. novos produtos e serviços, indicando:
- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Até o desmembramento da Telebrás em 1998, a controlada Embratel e as outras companhias do Sistema Telebrás eram requeridas a contribuir para o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás - CPqD, além de conduzirem sua própria pesquisa e desenvolvimento independentes. Durante os três anos subsequentes à privatização do Sistema Telebrás, o CPqD continuou a contar com aporte financeiro da Companhia mediante um contrato de prestação de serviços. Durante este período, a controlada Embratel teve acesso aos programas de telecomunicações desenvolvidos

pelo CPqD e outros serviços tecnológicos, tais como teste de equipamento e serviços de consultoria e treinamento. Atualmente, o CPqD é uma fundação privada sem fins lucrativos e independente, e a Companhia continua a utilizar o CPqD em atividades eventuais onde o seu grau de conhecimento é reconhecidamente um diferencial e que nos trazem valor agregado nas soluções inovadoras sendo desenvolvidas.

A controlada Embratel, através de uma política de pré-qualificação de equipamentos e plataformas de prestação de serviços, incentiva o desenvolvimento e adequação de tecnologias nos seus fornecedores e parceiros tecnológicos. Esta política, associada ao desenvolvimento de soluções customizadas para clientes, objetiva a melhoria contínua dos serviços oferecidos ao mercado, com redução de custos, seguindo requisitos de um sistema internacional de gestão da qualidade.

Antes de virar produtos e ganhar o Brasil, todas as novas soluções desenvolvidas pela Embratel têm endereço certo: o Centro de Referência Tecnológica (CRT), na Ilha do Fundão, Rio de Janeiro. A empresa foi a primeira operadora de telecomunicações do País a ter um centro do gênero, criado em 2001 para colocar à prova a eficiência e a qualidade dos serviços de telefonia, redes e transmissão de dados.

O CRT é um laboratório de testes e simulações no qual a Embratel mantém um ambiente integrado com todas as tecnologias usadas em suas operações. Todos os equipamentos e redes que atendem aos clientes estão representados no centro. O local também integra fornecedores e clientes em torno de tecnologias de ponta que, depois, vão estar ao alcance de todos os brasileiros.

Para muitos fornecedores, o centro oferece oportunidade única para a adaptação de produtos ao sistema telefônico brasileiro. A telefonia nacional tem especificidades raras, como a discagem direta a cobrar. O CRT, com engenheiros e técnicos especializados, além de efetivo móvel de pesquisadores em diversas áreas da empresa, está certificado pela ISO 17025, o que atesta a qualidade da gestão do conhecimento que é marca na história da Embratel.

Ao longo dos anos de 2004 a 2006 a controlada Embratel implantou sua solução de Redes de Nova Geração (NGN), investiu na Supervisão de sua Rede Óptica, totalmente depuradas nos laboratórios o CRT, e investigou diversas tecnologias para chegar ao usuário final, a última milha: PLC, EPON/GPON, WiMax, GPRS/EDGE, entre outras. O fruto destes investimentos em pesquisa resultou em uma expansão de sua rede física com o atingimento e aumento de sua base de clientes e proporcionou novas e melhores oportunidades de serviços e soluções.

No ano de 2007, a controlada Embratel deu continuidade no conhecimento por novas tecnologias, como Metro Ethernet para anéis para acesso, Wimax (802.16e), Unified Communications (Comunicações Unificadas) uma evolução de serviços sobre redes de nova geração e utilização de IP-Direto sobre fibra óptica para a nova arquitetura do Backbone IP com realização de estudos e testes em seu laboratório.

Em 2007 foi iniciada a migração das redes de voz e dados para Redes Tudo IP (All IP Networks), oferecendo convergência para serviços de voz, dados e vídeo através de um único acesso e de equipamentos de usuário multifuncionais.

Em 2008, a controlada Embratel concluiu o lançamento de um projeto no segmento de pequenas e médias empresas através da oferta, em rede nacional, do acesso WiMax (Worldwide Interoperability for Microwave Access). Esse projeto da controlada Embratel é o resultado de um longo processo que se iniciou em abril de 2003, com obtenção da autorização para uso das radiofrequências da faixa de 3,5 GHz.

Ainda em 2008, a Embratel efetuou investimentos importantes no sentido de modernizar seu Backbone IP através da introdução de novas tecnologias que permitirão aumentar a capacidade de escoamento de tráfego com mais eficiência e menores custos.

A Embratel efetuou também investimentos em suas redes de fibras ópticas de modo a aumentar sua capacidade de escoamento e recuperação de tráfegos aumentando assim a confiabilidade para seus clientes. A rede hoje é capaz de, na maioria do território nacional, resistir a falhas duplas, sem prejuízo de interrupção presentida pelos seus clientes.

O grande projeto implantado em 2008 foi o da Portabilidade Numérica, e que se estende para 2009, criando excelente oportunidade para a Embratel aumentar sua participação no mercado principalmente com seus produtos residenciais, Livre e Net Fone.

Os direitos de propriedade intelectual são criteriosamente protegidos no Brasil e no exterior. A maioria de nossas marcas registradas, incluindo o nome comercial Embratel e outros nomes de produtos vinculados à controlada Embratel são protegidos através de legislação de marcas comerciais.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos com pesquisas e desenvolvimentos incorridos no Centro de Referência Tecnológica (CRT) em 2007, 2008 e 2009 montam em R\$1 milhão, R\$4 milhões e R\$7 milhões, respectivamente.

Adicionalmente, outros gastos indiretos desta natureza são incorridos no curso normal das atividades, dada à contínua inovação tecnológica necessária no setor de telecomunicações, sejam incorridos pela Companhia ou através de seus fornecedores e parceiros tecnológicos. Até por conta de determinados incentivos governamentais para gastos com pesquisas e desenvolvimento, que envolvam inovação tecnológica, a Companhia está realizando um mapeamento mais abrangente dos gastos desta natureza.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 10.10.c.i acima

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 10.10.c.ii acima

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.

**ESTATUTO SOCIAL DA
EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

**CAPÍTULO I
DAS CARACTERÍSTICAS DA COMPANHIA**

Art. 1º - EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A. é uma sociedade por ações, controladora da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL.

Art. 2º - A Companhia tem por objeto:

- I. exercer o controle da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL, bem como de suas demais controladas;
- II. promover, realizar ou orientar a captação, em fontes internas e externas, de recursos a serem aplicados pela Companhia ou pela EMBRATEL ou suas demais controladas;
- III. promover e estimular atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de serviços de telecomunicações de longa distância em âmbito nacional e internacional, incluindo serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens e telemática;
- IV. executar, através da EMBRATEL ou outras sociedades controladas ou coligadas, serviços de telecomunicações de longa distância em âmbito nacional e internacional, incluindo serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens e telemática;
- V. promover, estimular e coordenar, através de suas sociedades controladas ou coligadas, a formação e o treinamento do pessoal necessário ao setor de serviços de telecomunicações de longa distância em âmbito nacional e internacional, incluindo serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens e telemática;
- VI. realizar ou promover importações de bens e serviços para a EMBRATEL ou suas demais sociedades controladas e coligadas;
- VII. exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social; e
- VIII. participar do capital de outras sociedades.

Art. 3º - A Companhia tem sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, sendo o Presidente da Companhia competente para definir sua exata localização.

Parágrafo Único - A Companhia pode criar e extinguir, por decisão de seu Presidente, filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações em qualquer ponto do território nacional e no exterior.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL

Art. 5º - O capital social subscrito, totalmente integralizado, é de R\$5.316.660.021,02 (cinco bilhões, trezentos e dezesseis milhões, seiscentos e sessenta mil, vinte e um Reais e dois centavos), representado por 1.022.119.356.081 (um trilhão e vinte e dois bilhões, cento e dezenove milhões, trezentas e cinquenta e seis mil, oitenta e uma) ações, sendo 529.771.410.454 (quinhentas e vinte e nove bilhões, setecentas e setenta e um milhões, quatrocentas e dez mil, quatrocentas e cinquenta e quatro) ordinárias nominativas e 492.347.945.627 (quatrocentas e noventa e dois bilhões, trezentas e quarenta e sete milhões, novecentas e quarenta e cinco mil, seiscentas e vinte e sete) preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

Proposta de redação a ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas, refletindo o aumento de capital deliberado na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de outubro de 2009:

Art. 5º - O capital social subscrito, totalmente integralizado, é de R\$5.618.698.960,73 (cinco bilhões, seiscentos e dezoito milhões, seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta Reais e setenta e três centavos), representado por 1.050.508.959.049 (um trilhão e cinquenta bilhões, quinhentas e oito milhões, novecentas e cinquenta e nove mil, quarenta e nove) ações, sendo 544.485.934.660 (quinhentas e quarenta e quatro bilhões, quatrocentas e oitenta e cinco milhões, novecentas e trinta e quatro mil, seiscentas e sessenta) ordinárias nominativas e 506.023.024.389 (quinhentas e seis bilhões, vinte e três milhões, vinte e quatro mil, trezentas e oitenta e nove) preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

Art. 6º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, sempre que as atividades e negócios da Companhia assim o exigirem, até o limite de 1.200.000.000.000 (um trilhão e duzentas bilhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, competindo ainda ao Conselho de Administração definir as condições a que estarão sujeitas tais emissões.

Parágrafo Único - Dentro do limite do capital autorizado de que trata o “caput” deste artigo, a Companhia pode outorgar opção de compra de ações, conforme Plano aprovado em Assembléia

Geral, a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a empresas por ela controladas.

Art. 7º - O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, em qualquer emissão de ações, de se guardar proporção entre elas, observadas as disposições legais e estatutárias.

Art. 8º - Poderão ser emitidas, sem direito de preferência para os demais acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações, e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei nº. 6.404/76.

Art. 9º - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Art. 10 - As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto na hipótese do parágrafo segundo do art. 12 deste estatuto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e (a) prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia, ou (b) recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, prevalecendo sempre o que for maior no confronto entre as hipóteses (a) e (b).

Parágrafo Único - As ações preferenciais adquirirão o direito a voto se a Companhia, por um prazo de 3 (três) anos consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que façam jus nos termos do “caput” deste artigo.

Art. 11 - As ações da Companhia serão escriturais, sendo mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12 - A Assembléia Geral tem a competência para deliberar acerca das matérias expressamente previstas na Lei nº. 6.404/76.

§ 1º - Compete, ainda, à Assembléia Geral aprovar previamente a celebração de quaisquer contratos de longo prazo entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras

deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outra parte, salvo quando os contratos obedecerem a cláusulas uniformes.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 115 da Lei n.º 6.404/76, os titulares de ações preferenciais terão direito a voto nas deliberações assembleares referidas no parágrafo primeiro deste artigo, assim como naquelas referentes à alteração ou revogação dos seguintes dispositivos estatutários:

- I. Parágrafo 1º do art. 12;
- II Parágrafo Único do art. 13; e
- III. Art. 42.

Art. 13 - A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, cabendo ao seu Presidente, ou ao seu Vice-Presidente, na forma estabelecida no Artigo 20 abaixo, consubstanciar o respectivo ato. A Assembléia Geral também poderá ser convocada de acordo com o Parágrafo Único do Art. 123 da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo Único - Nas hipóteses do art. 136 da Lei n.º 6.404/76, a primeira convocação da Assembléia Geral será feita com 30 (trinta) dias de antecedência, no mínimo, e com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em segunda convocação.

Art. 14 - A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, ou por seu Vice-Presidente, conforme previsto no Artigo 20 abaixo, que procederá à eleição do secretário, escolhido dentre os acionistas presentes.

Art. 15 - Dos trabalhos e deliberações da Assembléia Geral será lavrada ata, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

§ 1º - Salvo decisão contrária pelo Presidente da Assembléia, a ata será lavrada na forma de sumário dos fatos.

§ 2º - Salvo deliberação em contrário da Assembléia, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 16 - A Administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

SEÇÃO I DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 17 - Além das matérias que lhe comete a lei, bem como aquelas previstas no Artigo 6º deste estatuto, compete ao Conselho de Administração:

- I. aprovar os planos gerais da Companhia;
- II. aprovar a dotação orçamentária anual de recursos financeiros necessários para o pagamento dos auditores independentes, advogados externos, contadores ou qualquer outro consultor cuja contratação venha a ser solicitada pelo Conselho Fiscal da Companhia;
- III. aprovar o Regimento Interno da Companhia, definindo sua estrutura organizacional, especificando as atribuições de cada diretor e fixando os limites das autorizações a que se referem os itens VIII, IX, X e XI deste Artigo, observadas as disposições legais e estatutárias;
- IV. autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- V. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- VI. deliberar, por delegação da Assembléia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures;
- VII. autorizar a emissão de notas promissórias comerciais (*commercial papers*);
- VIII. autorizar a venda, comodato, doação, aluguel ou constituição de ônus de quaisquer ativos fixos da Companhia cujo valor exceda o limite estabelecido no Regimento Interno da Companhia;
- IX. autorizar a contratação de empréstimos, assunção de dívida ou prestação de garantias pela Companhia em favor de terceiros, exceto no caso de operações contratadas com e/ou garantias prestadas em favor de sociedades controladas pela Companhia, cujo valor exceda o limite estabelecido no Regimento Interno da Companhia;
- X. autorizar a celebração de contratos ou a prática de outros atos que resultem em obrigações para a Companhia em limite superior àquele estabelecido no Regimento Interno da Companhia;
- XI. autorizar a constituição e a extinção de subsidiárias integrais e/ou Controladas da Companhia, a aquisição e a alienação de participações acionárias da Companhia no capital de outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como a aquisição e a alienação de investimentos ou direitos que possam ser classificados

- como investimento no ativo permanente da Companhia, cujo valor exceda o limite estabelecido no Regimento Interno da Companhia;
- XII. autorizar a distribuição de dividendos intermediários, bem como o levantamento de balanço e distribuição de dividendos em períodos menores, na forma prevista na legislação aplicável;
 - XIII. elaborar a política interna da Companhia relativa à divulgação de informações ao Mercado;
 - XIV. submeter os contratos referidos no § 1º do Artigo 12 deste estatuto à deliberação da Assembléia Geral, assegurando que suas subsidiárias façam o mesmo;
 - XV. indicar os representantes da Companhia nos órgãos de administração de sociedades nas quais tenha participação;
 - XVI. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, considerando para este fim, dentre outros, a recomendação do Conselho Fiscal;
 - XVII. administrar o Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pela Assembléia Geral;
 - XVIII. definir os termos e condições de quaisquer aumentos de capital dentro do capital autorizado; e
 - XIX. deliberar sobre quaisquer assuntos que não sejam de competência privativa da Assembléia Geral, nos termos da Lei 6.404/76.

Art. 18 - O Conselho de Administração será composto de 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral.

Art. 19 - Eleitos pela Assembléia Geral, os membros do Conselho de Administração terão mandato de 3 (três) exercícios anuais, considerando-se exercício anual o período compreendido entre 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Art. 20 – O Conselho de Administração elegerá seu Presidente e Vice-Presidente. O Presidente e o Vice-Presidente substituirão automaticamente um o outro em suas ausências temporárias, impedimentos, sem que haja necessidade de delegação formal de poderes. Ao substituto serão conferidos todos os poderes e autoridade do substituído, sem exceções.

Art. 21 - Observado o disposto no Art. 20 acima, em caso de vacância de cargo no Conselho de Administração, seu substituto será indicado pelos Conselheiros remanescentes e exercerá suas funções até a próxima Assembléia Geral Ordinária. Em caso de vacância da maioria dos cargos, será convocada Assembléia Geral para deliberar acerca da eleição de tais membros. Neste caso, os novos Conselheiros eleitos completarão o mandato dos Conselheiros substituídos.

Parágrafo Único - Caso a vacância da maioria dos membros do Conselho inclua o Presidente e o Vice-Presidente, qualquer membro do Conselho de Administração poderá convocar e presidir tal Assembléia Geral.

Art. 22 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente, pelo Vice-Presidente ou por quaisquer dois de seus membros, lavrando-se ata de suas deliberações.

§ 1º - A reunião do Conselho de Administração poderá ser instalada e deliberar validamente acerca dos assuntos de sua competência, desde que presentes a maioria dos Conselheiros eleitos.

§ 2º - Independentemente de qualquer formalidade, será considerada regular a reunião do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros.

Art. 23 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria absoluta dos votos dos Conselheiros em exercício, tendo o Presidente, além do voto comum, o de qualidade, e cabendo ao Presidente, ou seu Vice-Presidente, ou ao Secretário baixar os atos que consubstanciem essas deliberações, quando for o caso.

Art. 24 - Os Conselheiros poderão constituir procuradores com poderes para votar em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração, desde que tal procurador seja também um membro do Conselho, e ainda que o instrumento de mandato especifique o voto do membro ausente.

Art. 25 - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas através de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônica ou tecnologicamente disponível. Os membros do Conselho poderão expressar seu voto em tal reunião através de carta, declaração ou mensagem encaminhada à Companhia, anteriormente ou durante a realização da reunião, por fax, telex, correio eletrônico ou qualquer outro meio eletrônica ou tecnologicamente disponível. O Conselheiro, agindo conforme disposto acima, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art. 26 - A Diretoria será composta de um mínimo de 2 (dois) e um máximo de 9 (nove) Diretores, sendo um deles o Presidente e outro o Vice-Presidente, não tendo os demais qualquer designação, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Um dos Diretores da Companhia será o Diretor de Relações com Investidores.

Art. 27 - É de 3 (três) exercícios anuais o mandato da Diretoria, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, considera-se como exercício anual o período compreendido entre duas assembléias gerais ordinárias.

Art. 28 - Em suas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, independentemente de qualquer designação, e o Vice-Presidente será substituído pelo Presidente. Na ausência ou impedimento de quaisquer outros Diretores, seu substituto será indicado pelo Presidente. Em caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretoria, o Conselho de Administração elegerá um novo Diretor.

Art. 29 - Compete aos membros da Diretoria, observada a necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração para os casos previstos neste estatuto, representar a Companhia conforme descrito nos parágrafos abaixo.

§ 1º - Compete ao Presidente:

i - a condução de todas as atividades da Companhia, com a colaboração dos demais Diretores;

ii - isoladamente ou em conjunto com outro Diretor ou com um procurador, representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social da Companhia, bem como perante suas controladas, acionistas e o público em geral, e no relacionamento com quaisquer entidades governamentais e/ou regulatórias;

iii - nomear procuradores e designar prepostos da Companhia, definindo nos respectivos instrumentos os poderes outorgados e o prazo do mandato, o qual não poderá ser superior a um ano, exceto quanto àqueles outorgados para representação judicial, os quais poderão vigorar por prazo indeterminado;

iv. - criar e extinguir filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações da Companhia em qualquer ponto do território nacional e no exterior; e

v. - contratar os serviços previstos no Parágrafo único do Art. 31, em atendimento à solicitação do Conselho Fiscal.

§ 2º - Compete ao Vice-Presidente:

i - na ausência ou impedimento do Presidente, a condução de todas as atividades da Companhia, com a colaboração dos demais Diretores;

ii - isoladamente ou em conjunto com outro Diretor ou com um procurador, representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social da Companhia, bem como perante suas controladas, acionistas e o público em geral, e no relacionamento com quaisquer entidades governamentais e/ou regulatórias;

iii - nomear procuradores e designar prepostos da Companhia, definindo nos respectivos instrumentos os poderes outorgados e o prazo do mandato, o qual não poderá ser superior a um ano, exceto quanto àqueles outorgados para representação judicial, os quais poderão vigorar por prazo indeterminado;

iv - auxiliar o Presidente no exercício de suas funções, bem como a condução de outras atividades por ele delegadas;

v. – criar e extinguir filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações da Companhia em qualquer ponto do território nacional e no exterior.

§ 3º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

i - disponibilizar as informações necessárias à comunidade de Investidores, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), à *Securities and Exchange Commission* (SEC) norte-americana, bem como às Bolsas de Valores;

ii - manter atualizados os registros da Companhia na CVM e na SEC, bem como assegurar o cumprimento dos dispositivos regulamentares emitidos por essas Comissões, e aplicáveis à Companhia;

iii - observar as exigências de disponibilização de informações aplicáveis à Companhia;

iv - auxiliar o Presidente no exercício de suas funções, bem como a condução de outras atividades por ele delegadas.

§ 4º - Os demais Diretores terão os poderes e competências a eles atribuídos pelo Conselho de Administração, podendo, em conjunto de 02 (dois) ou em conjunto com um procurador, representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, nos atos necessários à condução do objeto social da Companhia.

§ 5º - A Companhia também será validamente representada por procurador constituído de acordo com o disposto nos Parágrafos 1º e 2º acima, até o limite dos poderes a ele outorgados, nos termos do respectivo instrumento de mandato.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Art. 30 - O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente.

Parágrafo Único. Para o pleno exercício de suas atribuições, notadamente a função de Comitê de Auditoria, deverão ser observados os requisitos previstos nas legislações aplicáveis, o disposto no presente Estatuto e no Regimento Interno do Conselho Fiscal aprovado pela assembléia geral de acionistas.

Art. 31 – Sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação brasileira, o Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições:

- I. fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia geral;
- III. recomendar e auxiliar o Conselho de Administração no processo de contratação, determinação de remuneração e destituição dos auditores externos da Companhia;
- IV. supervisionar e avaliar os trabalhos do auditor externo e auxiliar na solução de eventuais divergências entre a administração e o auditor externo a respeito das demonstrações financeiras da Companhia;
- V. revisar periodicamente as políticas da Companhia para a contratação de serviços de auditoria e de não-auditoria a serem prestados pelos auditores independentes e a respectiva remuneração;
- VI. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- VII. revisar periodicamente a eficácia dos processos de gestão de risco e controles internos da Companhia, de forma a, dentre outros, monitorar o cumprimento (i) das disposições legais que afetem a apresentação dos relatórios financeiros; e (ii) das disposições estatutárias;
- VIII. estabelecer procedimentos para receber, processar e apurar as denúncias de fraudes, anônimas ou não, relacionadas a questões contábeis, de controles internos e de auditoria da Companhia;

- IX. denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- X. convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- XI. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;
- XII. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- XIII. exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Parágrafo único. Para o exercício de suas funções, o Conselho Fiscal poderá solicitar à administração da Companhia a contratação de auditores, advogados, consultores e contadores, sendo certo que os respectivos honorários deverão ser estabelecidos em condições razoáveis e dentro dos limites de dotação orçamentária específica, a ser fixada conforme proposta da administração da Companhia, observados os termos do Art. 43 abaixo.

Art. 32 - O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com observância das normas do Parágrafo 4º do Artigo 161 da Lei n.º 6.404/76.

§ 1º - A destituição dos membros do Conselho Fiscal realizar-se-á da mesma forma de sua eleição, vinculando-se cada membro do Conselho Fiscal ao respectivo grupo de acionistas que o tenha eleito.

§ 2º - Eleitos pela Assembleia Geral, os membros do Conselho Fiscal terão o mandato de 1 (um) exercício anual, assim considerado o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos.

§ 3º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente e o seu Secretário.

Art. 33 O Conselho Fiscal se reunirá quando necessário, mas, não menos do que 04 (quatro) vezes ao ano, devendo tais reuniões corresponder ao ciclo de apresentação dos relatórios financeiros da Companhia.

§ 1º - Além das formas previstas legalmente, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, a qualquer tempo, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 02 (dois) membros,

pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Presidente da Companhia, ou sempre que for solicitado pelos auditores externos e internos.

§ 2º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. O quorum mínimo para a instalação de uma reunião do Conselho Fiscal é de 02 (dois) membros.

§ 3º - O Conselho se manifesta por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros.

§ 4º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas através de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. Os membros do Conselho poderão expressar seu voto em tal reunião através de carta, declaração ou mensagem encaminhada à Companhia, anteriormente ou durante a realização da reunião, por fax, telex, correio eletrônico ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. O Conselheiro agindo conforme disposto acima será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

Art. 34 - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Art. 35 - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a próxima Assembléia Geral procederá à eleição de membro para o cargo vago.

Art. 36 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral Ordinária que os eleger, observado o Parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei n.º 6.404/76.

§ 1º - A remuneração será paga de forma como o for aos membros da Diretoria.

§ 2º - O suplente em exercício fará jus à remuneração do efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 37 - O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, iniciando-se a 1º (primeiro) de janeiro de cada ano e terminando no último dia do mês de dezembro.

Art. 38 - Juntamente com as demonstrações financeiras, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembléia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

§ 1º - Os lucros líquidos terão a seguinte destinação:

- i) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado;
- ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido acrescido ou diminuído dos valores referidos nas alíneas a) e b) do inciso I do art. 202 da Lei n.º 6.404/76 serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas, respeitado o disposto no artigo seguinte, sendo este valor aumentado até o montante necessário para o pagamento do dividendo prioritário das ações preferenciais.

§ 2º - Após as destinações obrigatórias do lucro líquido, previstas na Lei 6.404/76, e as acima previstas, o saldo do lucro líquido não alocado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório ou ao dividendo prioritário das ações preferenciais terá a destinação que lhe der a Assembléia Geral, a qual deverá destiná-lo integralmente.

Art. 39 – Na hipótese dos dividendos serem calculados na forma do item (a) do Artigo 10, o valor correspondente ao dividendo mínimo obrigatório será destinado prioritariamente ao pagamento do dividendo prioritário das ações preferenciais até o limite da preferência; a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferenciais; o saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

§ 1º - Os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio nos termos da legislação e regulamentação pertinentes.

§ 2º - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da Companhia.

Art. 40 - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, podendo ainda levantar balanços em períodos menores e declarar por deliberação do Conselho de Administração, dividendos a conta do lucro apurado nesses balanços por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 41 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - A aprovação, pela Companhia, através de seus representantes, de operações de fusão, cisão, incorporação ou dissolução de suas controladas será precedida de análise econômico-financeira por empresa independente, de renome internacional, confirmando estar sendo dado tratamento eqüitativo a todas as sociedades interessadas, cujos acionistas terão amplo acesso ao relatório da citada análise.

Art. 43 – A cada exercício financeiro, a administração da Companhia, deverá submeter ao Conselho de Administração uma proposta de dotação orçamentária anual que deverá conter a previsão dos recursos financeiros necessários para o pagamento dos auditores independentes, advogados externos, contadores ou qualquer outro consultor cuja contratação venha a ser solicitada pelo Conselho Fiscal.

Embratel Participações S.A. - EMBRAPAR
Item 12.6 a 12.10

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária – 26 de abril de 2010

Eleição de Membros do Conselho de Administração – Caso eleitos, os Conselheiros exercerão o mandato de 26 de abril de 2010 até a data da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2013.

1) CARLOS HENRIQUE MOREIRA

| | |
|---|--|
| Idade: | 74 anos |
| Profissão: | Engenheiro |
| CPF ou número do passaporte: | 005.215.077-15 |
| Cargo eletivo ocupado: | Conselheiro de Administração da Embratel Participações S/A, no mandato em curso |
| Data da eleição: | 25 de abril de 2007 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | 26 de abril de 2010 |
| Data da posse: | 25 de abril de 2007 (Conselheiro) |
| Caso reeleito, a data da posse: | 26 de abril de 2010 |
| Prazo do mandato em curso: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2010. |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2013 |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Presidente do Conselho de Administração, no mandato em curso, eleito em 02/05/2007. |
| Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel; Ex-Diretor Presidente da Embratel Participações S/A; Ex-Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel; Ex-Administrador não sócio da BrasilCenter Comunicações Ltda.; Ex-Diretor Presidente da Embratel TVSAT Telecomunicações Ltda.; Ex-Diretor Presidente da Primesys Soluções Empresariais S/A e Ex-Presidente do Conselho de Administração da Primesys Soluções Empresariais S/A; Ex-Presidente do Conselho de Administração da Star One S/A; Ex-Diretor Presidente da Telmex do Brasil Ltda; e Ex-Administrador não sócio da Click 21 Comércio de Publicidade Ltda.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Ex- Diretor Presidente da Telmex Solutions Telecomunicações Ltda.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo do candidato:

Data de Nascimento: 26 de dezembro de 1935

Formação Acadêmica:

- Engenheiro Eletrônico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA

Experiência Profissional:

- Presidente do Conselho de Administração da Embratel Participações S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A – Embratel
- Ex-Presidente da Embratel Participações S.A.
- Ex-Presidente da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A – Embratel
- Ex-Presidente da ATL – Algar Telecom Leste S.A.
- Ex-Principal Executivo no Brasil da Telecom Americas
- Ex-Vice-Presidente Executivo da Xerox do Brasil Ltda.
- Ex-Vice-Presidente da Associação Brasileira de Marketing – ABM – Rio de Janeiro
- Ex-Diretor Executivo de Operações da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel
- Ex-Conselheiro do Conselho de Administração da TELERJ – Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A.
- Ex-Conselheiro do Conselho de Administração da TELESP – Telecomunicações de São Paulo S.A.
- Ex-Diretor Executivo de Operações da Standard Electrica S.A – Subsidiária do ITT.
- Ex-Vice-Chairman, eleito, do Comitê do Plano Mundial de Telecomunicações da União Internacional de Telecomunicações – UIT – Genebra, Suíça
- Ex-Membro do Brasil na Intelsat – Washington D.C. (EUA), representando o governo brasileiro de 1966 a 1974

2) JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ

| | |
|---|---|
| Idade: | 51 anos |
| Profissão: | Engenheiro |
| CPF ou número do passaporte: | 059.557.727-07 |
| Cargo eletivo ocupado: | Conselheiro de Administração da Embratel Participações S/A, no mandato em curso |
| Data da eleição: | 25 de abril de 2007 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | 26 de abril de 2010 |
| Data da posse: | 25 de abril de 2007 (Conselheiro) |
| Caso reeleito, a data da posse: | 26 de abril de 2010 |
| Prazo do mandato em curso: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2010. |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2013 |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Vice-Presidente do Conselho de Administração, no mandato em curso, eleito em 02/05/2007; Presidente da Embratel Participações S/A, eleito em 29/01/2008; e Vice-Presidente da Embratel Participações S/A, eleito em 26/06/2008. |
| Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Vice-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel; Presidente e Diretor Geral da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel; Administrador não sócio da BrasilCenter Comunicações Ltda.; Diretor Presidente da Embratel TVSAT Telecomunicações Ltda.; Diretor Presidente da Primesys Soluções Empresariais S/A e Presidente do Conselho de Administração da Primesys Soluções Empresariais S/A; Presidente do Conselho de Administração da Star One S/A; Diretor Presidente da Telmex do Brasil Ltda; e Administrador não sócio da Click 21 Comércio de Publicidade Ltda.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Diretor Presidente da Telmex Solutions Telecomunicações Ltda.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo do candidato:

Data de Nascimento: 10 de outubro de 1958

Formação Acadêmica:

- Engenheiro Mecânico pela Universidad La Salle, México
- Pós-graduado em Direção de Empresas pelo Instituto Panamericano de Alta Dirección de Empresas, México

Experiência Profissional:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Embratel Participações S.A.
- Vice- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A - Embratel
- Presidente da Embratel Participações S.A. e Vice-Presidente da Embratel Participações S.A.
- Presidente e Diretor Geral da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A - Embratel
- Presidente do Conselho de Administração da Star One S. A.
- Ex-Vice-Presidente da Telmex América Latina
- Ex-Presidente da Telecom El Salvador
- Ex-Diretor Geral da PCS Nicarágua
- Ex-Presidente da Telgua S.A.
- Ex-Diretor Geral da Cablevisión
- Ex-Gerente de Operações e Ex-Gerente Comercial da Condumex

3) DILIO SERGIO PENEDO

| | |
|---|--|
| Idade: | 67 anos |
| Profissão: | Engenheiro |
| CPF ou número do passaporte: | 024.211.787-20 |
| Cargo eletivo ocupado: | Conselheiro de Administração da Embratel Participações S/A, no mandato em curso |
| Data da eleição: | 25 de abril de 2007 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | 26 de abril de 2010 |
| Data da posse: | 25 de abril de 2007 (Conselheiro) |
| Caso reeleito, a data da posse: | 26 de abril de 2010 |
| Prazo do mandato em curso: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2010. |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2013 |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Não aplicável |
| Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel e Ex- Membro do Conselho de Administração da Star One S/A.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo do candidato:

Data de Nascimento: 05 de julho de 1942

Formação Acadêmica:

- Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho de Administração da Embratel Participações S.A.
 - Membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A – Embratel
 - Membro do Conselho do Instituto Sergio Motta
 - Membro do Conselho da Fundação do Prêmio Nacional da Qualidade - FPNQ
 - Membro do Conselho de Responsabilidade Social da FIRJAN
 - Ex-Membro do Conselho de Administração da Star One S.A.
 - Ex-presidente do Consórcio do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro
 - Ex-presidente da Embratel Participações S.A.
 - Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro
 - NIFE do Brasil Sistemas Elétricos Ltda. - Diretor-Superintendente, de fevereiro de 1992 a fevereiro de 1995
 - Indesul-Saft Equiptos. Elétricos Ltda. - Diretor-Superintendente de julho de 1992 a fevereiro de 1995
 - NIFE Argentina - Presidente Executivo, de abril de 1992 a fevereiro de 1995
 - Telemulti S.A. – Presidente, de maio de 1987 a fevereiro de 1992
 - Telesp – Diretor Técnico, de julho de 1985 a março de 1987, Vice-Presidente de maio de 1985 a julho de 1985
 - Telebahia – Diretor Técnico, de abril de 1974 a abril de 1985
 - Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A – Embratel – Engenheiro, agosto de 1968 a abril de 1974
 - Centro de Estudos de Comunicações da PUC. Engenheiro pesquisador, de 1967 a 1968
- Comissões:
- SINAEEES – Diretor, de 1992 a 1995
 - ABINEE – Diretor do sub-grupo de Transmissão, de 1989 a 1992
 - COMAI – Membro do comitê de assuntos industriais
 - GRUSERV – Membro do grupo de trabalho (portaria nº 124/84 de 07/06/84)

4) ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA

| | |
|---|--|
| Idade: | 52 anos |
| Profissão: | Advogado |
| CPF ou número do passaporte: | 416.047.507-82 |
| Cargo eletivo ocupado: | Conselheiro de Administração da Embratel Participações S/A, no mandato em curso |
| Data da eleição: | 25 de abril de 2007 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | 26 de abril de 2010 |
| Data da posse: | 25 de abril de 2007 (Conselheiro) |
| Caso reeleito, a data da posse: | 26 de abril de 2010 |
| Prazo do mandato em curso: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2010. |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2013 |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Não aplicável |
| Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel e Ex- Membro do Conselho de Administração da Star One S/A.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo do candidato:

Data de Nascimento: 23 de junho de 1957

Formação Acadêmica:

- Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Pós-graduado em Direito Econômico no Instituto de Estudos de Direito Econômico – IEDE

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho de Administração da Embratel Participações S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A - Embratel
- Sócio da Xavier, Bernardes, Bragança, Sociedade de Advogados
- Associado estrangeiro no departamento jurídico da Organização Marítima Internacional
- Professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro
- Residente junto ao escritório de advocacia Norton Rose – Londres, Inglaterra
- Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seções do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal
- Membro da Ordem dos Advogados Portugueses
- Membro do Sub-Comitê G da Seção de Direito Empresarial da International Bar Association
- Vice-Presidente do Sub-Comitê M7 da SBL da International Bar Association do Rio de Janeiro
- Vice-Chairman do Sub-Comitê Brasileiro da Seção Internacional do American Bar Association
- Membro do Inter-American Bar Association no Rio de Janeiro
- Consultor de Direito Internacional da OAB, Seção do Rio de Janeiro

5) JOEL KORN

| | |
|---|--|
| Idade: | 63 anos |
| Profissão: | Economista |
| CPF ou número do passaporte: | 042.864.568-20 |
| Cargo eletivo ocupado: | Conselheiro de Administração da Embratel Participações S/A, no mandato em curso |
| Data da eleição: | 25 de abril de 2007 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | 26 de abril de 2010 |
| Data da posse: | 25 de abril de 2007 (Conselheiro) |
| Caso reeleito, a data da posse: | 26 de abril de 2010 |
| Prazo do mandato em curso: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2010. |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2013 |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Não aplicável |
| Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo do candidato:

Data de Nascimento: 10 de maio de 1946

Formação Acadêmica:

- Economista pela Universidade Mackenzie (São Paulo) e pela Harvard Business School (Boston, EUA)

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho de Administração da Embratel Participações S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A – Embratel
- Presidente e sócio controlador da WKI Brasil, empresa de consultoria e investimentos
- Vice Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro
- Diretor da Câmara de Comércio Americana para o Brasil
- Coordenador Geral do Grupo de Investidores Estrangeiros – GIE
- Membro do Conselho Diretor da Conservation International – Estados Unidos
- Membro do Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos
- Membro do Conselho de Administração da Teletech – São Paulo
- Membro do Conselho de Administração da ACOM Comunicações – Rio de Janeiro
- Membro do Conselho de Responsabilidade Social da Ford Motor Co. – Brasil
- Membro da World Presidents' Organization (WPO)
- Membro do Conselho Consultivo do Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getulio Vargas
- Diretor do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
- Cônsul Geral Honorário da Turquia
- Conselheiro do Instituto Brasil – Estados Unidos (IBEU)
- Ex-Presidente do Bank of America no Brasil
- Ex-Diretor responsável para a América Latina da Young Presidents' Organization (YPO)
- Ex-Presidente do Conselho Consultivo do Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas
- Ex-Presidente da Câmara de Comércio Americana para o Brasil – Rio de Janeiro
- Ex-Membro do Conselho de Administração da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos – Investe Brasil
- Ex-Membro do Conselho de Administração do Multibanco de Investimentos S.A.
- Ex-Membro do Conselho de Administração do Unibanco, Brasil (International Advisory Council)
- Ex-Membro do Conselho de Administração do European-Brazilian Bank, London
- Ex-Membro do Conselho de Administração do Club Med – Brasil
- Ex-Membro do Conselho de Administração da Rio de Janeiro Refrescos (Coca-Cola)
- Ex-Conselheiro do Theatro Municipal do Rio de Janeiro
- Ex-Membro do Conselho de Curadores do "Projeto do Ar" – Varig
- Ex-Membro do Grupo de Trabalho constituído pelo Presidente do Banco Inter Americano de Desenvolvimento, com o objetivo de redefinir a estratégia de sua subsidiária, Inter American Investment Corporation

6) OSCAR VON HAUSKE SOLIS

| | |
|---|--|
| Idade: | 52 anos |
| Profissão: | Administrador |
| CPF ou número do passaporte: | Passaporte mexicano n.º 07390032596 |
| Cargo eletivo ocupado: | Conselheiro de Administração da Embratel Participações S/A, no mandato em curso |
| Data da eleição: | 25 de abril de 2007 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | 26 de abril de 2010 |
| Data da posse: | 25 de abril de 2007 (Conselheiro) |
| Caso reeleito, a data da posse: | 26 de abril de 2010 |
| Prazo do mandato em curso: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2010. |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2013 |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Não aplicável |
| Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Diretor Geral da Telmex Internacional S.A.B, de CV
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo do candidato:

Data de Nascimento: 01 de setembro de 1957

Formação Acadêmica:

- Mestre em Administração pelo ITAM (México)
- Contador Público pela Escuela Bancaria y Comercial (México)

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho de Administração da Embratel Participações S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A – Embratel
- Diretor Geral da Telmex Internacional, S. A. B. de C.V.
- Ex-Diretor Corporativo de Sistemas e Processos da Teléfonos de México S.A de C.V.
- Ex-Assessor da Direção Geral da Teléfonos de México de C.V.
- Ex-Controller da Fundición y Mecánica Susano Solís S.A e da Tenería Company, S.R.L e C.V.

7) ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO

| | |
|---|--|
| Idade: | 38 anos |
| Profissão: | Advogado |
| CPF ou número do passaporte: | 276.546.358-18 |
| Cargo eletivo ocupado: | Conselheiro de Administração da Embratel Participações S/A, no mandato em curso |
| Data da eleição: | 25 de abril de 2007 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | 26 de abril de 2010 |
| Data da posse: | 25 de abril de 2007 (Conselheiro) |
| Caso reeleito, a data da posse: | 26 de abril de 2010 |
| Prazo do mandato em curso: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2010. |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | 03 anos – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2013 |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Não aplicável |
| Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel, Membro do Conselho de Administração da Star One S/A, Diretor Executivo Corporativo da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel, Presidente do Instituto Embratel 21, e Ex-Administrador não sócio da Click 21 Comércio de Publicidade Ltda.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo do candidato:

Data de Nascimento: 06 de fevereiro de 1972

Formação Acadêmica:

- Pós-Graduado em Direito Público pela Sociedade Brasileira de Direito Público
- Graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com ênfase nas áreas de Direito Público Internacional, Direito Comercial Internacional e Direito Econômico
- Graduação em Ciências Econômicas pela Fundação Armando Álvares Penteado

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho de Administração da Embratel Participações S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – Embratel
- Membro do Conselho de Administração da Star One S. A.
- Presidente do Instituto Embratel 21
- Diretor Executivo Corporativo da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel
- Ex-Diretor Executivo de Assuntos Jurídicos e Corporativos da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel
- Diretor da Associação Brasileira de Direito de Informática e Telecomunicações - ABDI
- Ex-Diretor Jurídico Regulatório da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel
- Ex-Sócio do escritório Carvalho de Freitas e Ferreira Advogados Associados

Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária – 26 de abril de 2010

Eleição de Membros do Conselho Fiscal – Caso eleitos, os Conselheiros exercerão o mandato de 26 de abril de 2010 até a data da Assembléia Geral Ordinária de 2011.

MEMBROS EFETIVOS

1) RUY DELL'AVANZI

| | |
|---|--|
| Idade: | 74 anos |
| Profissão: | Contador |
| CPF ou número do passaporte: | 107.137.438-91 |
| Cargo eletivo ocupado: | Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Embratel Participações S/A, no mandato em curso |
| Data da eleição: | 28 de abril de 2009 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | 26 de abril de 2010 |
| Data da posse: | 28 de abril de 2009 (Conselheiro) |
| Caso reeleito, a data da posse: | 26 de abril de 2010 |
| Prazo do mandato em curso: | 01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2010. |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | 01 anos – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2011 |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Membro do Comitê de Auditoria |
| Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo do candidato:

Data de Nascimento: 17 de julho de 1935

Formação Acadêmica:

- Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo
- Pós-graduação em Engenharia Econômica pela Universidade Federal da Bahia

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho Fiscal (Efetivo) da Embratel Participações S.A.
- Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo) da Embratel Participações S.A.
- Sócio aposentado de Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes
- Professor de Auditoria – Curso de Administração Diretiva “Entrepreneurs” – Escola de Alta Administração de Empresas – ESALAE
- Professor de Auditoria, Contabilidade de Custos, Análise de Demonstrações Financeiras e Controladoria – Faculdade de Ciências Contábeis de Itapetinga
- Condecorado com a Comenda outorgada pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, em reconhecimento por relevantes contribuições na área de Ciências Contábeis

2) EDISON GIRALDO

| | |
|---|--|
| Idade: | 68 anos |
| Profissão: | Contador |
| CPF ou número do passaporte: | 041.564.478-04 |
| Cargo eletivo ocupado: | Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Embratel Participações S/A, no mandato em curso |
| Data da eleição: | 28 de abril de 2009 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | 26 de abril de 2010 |
| Data da posse: | 28 de abril de 2009 (Conselheiro) |
| Caso reeleito, a data da posse: | 26 de abril de 2010 |
| Prazo do mandato em curso: | 01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2010. |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | 01 anos – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2011 |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Membro do Comitê de Auditoria |
| Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo do candidato:

Data de Nascimento: 16 de setembro de 1941

Formação Acadêmica:

- Ciências Contábeis – Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho Fiscal (Efetivo) da Embratel Participações S.A.
- Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo) da Embratel Participações S.A.
- Diversas funções na Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga (Empresa Aberta) tais como: Auditor Interno, Contador, Gerente do Depto. Contábil, Gerente da Divisão Contábil, Gerente de Assessoria Contábil e Fiscal Corporativa e Coordenador do Grupo de trabalho Contábil-Fiscal, formado pelos Contadores das Empresas que compõem o Grupo Petróleo Ipiranga
- Membro da CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da ABRASCA
- Membro do Conselho Fiscal do IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
- Membro do Conselho Fiscal da FFMB – Fundação Francisco Martins Bastos de Previdência Privada
- Professor da UFF – Universidade Federal Fluminense, nas áreas Contábil e Tributária, nos cursos de Graduação e Pós Graduação.

3) ANA MARIA DE ALMEIDA NOVELLO

| | |
|---|---------------------|
| Idade: | 49 anos |
| Profissão: | Contadora |
| CPF ou número do passaporte: | 707.729.167-72 |
| Cargo eletivo ocupado: | Não aplicável |
| Data da eleição: | 26 de abril de 2010 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | Não aplicável |
| Data da posse: | Não aplicável |
| Caso reeleito, a data da posse: | Não aplicável |
| Prazo do mandato em curso: | Não aplicável |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | Não aplicável |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Não aplicável |
| Indicação pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo da candidata:

Data de Nascimento: 21 de outubro de 1960

Formação Acadêmica:

- Bacharel em Ciências Contábeis - UFRJ (1983)
- Pós Graduação em Finanças Corporativas - PUC-RJ (1994)
- Pós Graduação em Marketing - FGV/RJ (2000)

| | |
|-------------------|---|
| Desde 09/2006 | Consultora Independente |
| 05/2000 a 08/2006 | SHV Gas Brasil Ltda. (resultante da incorporação da Supergasbras pela Minasgas Distribuidora de Gás) faturamento US\$1,5bilhão/ano <ul style="list-style-type: none">· <i>Gerente de Controladoria – 07/2004</i> Supergasbras Distribuidora de Gás S.A. <ul style="list-style-type: none">· <i>Gerente de Controladoria – 01/2003</i>· <i>Gerente de Planejamento e Tesouraria – 05/2000</i> |
| 05/1999 a 04/2000 | Embratel – Empresa Brasileira de Telecom. S.A. <ul style="list-style-type: none">· <i>Especialista USGaap</i> |
| 10/1994 a 12/1998 | Caemi Mineração e Metalurgia S/A <ul style="list-style-type: none">· <i>Gerente de Relações com Investidores – 07/1996</i> Cadam – Caulim da Amazônia S/A (empresa controlada da Caemi) <ul style="list-style-type: none">· <i>Gerente Financeira – 10/1994</i> |
| 12/1991 a 09/1994 | Digital Equipment do Brasil Ltda. <ul style="list-style-type: none">· <i>Gerente Financeira</i> |
| 11/1987 a 11/1991 | Coopers & Lybrand Auditores Independentes <ul style="list-style-type: none">· <i>Gerente Senior de Auditoria – 11/1987</i> |
| 02/1986 a 10/1987 | <i>Intercâmbio profissional C&L Boston, USA, 10/1989 a 04/1991</i> Xerox do Brasil S/A <ul style="list-style-type: none">· <i>Auditora Senior para America Latina</i> |
| 07/1981 a 01/1986 | Coopers & Lybrand Auditores Independentes <ul style="list-style-type: none">· <i>Auditora Senior de Auditoria</i> |

MEMBROS SUPLENTES

1) EDUARDO FELIPE DA SILVA SOARES

| | |
|---|---|
| Idade: | 46 anos |
| Profissão: | Contador |
| CPF ou número do passaporte: | 776.754.877-53 |
| Cargo eletivo ocupado: | Membro Suplente do Conselho Fiscal da Embratel Participações S/A, no mandato em curso |
| Data da eleição: | 28 de abril de 2009 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | 26 de abril de 2010 |
| Data da posse: | 28 de abril de 2009 (Membro Suplente do Conselho Fiscal) |
| Caso reeleito, a data da posse: | 26 de abril de 2010 |
| Prazo do mandato em curso: | 01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2010. |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | 01 anos – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2011 |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Membro Suplente do Comitê de Auditoria |
| Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo do candidato:

Data de Nascimento: 29 de julho de 1963

Formação Acadêmica:

- Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Embratel Participações S.A.
- Membro do Comitê de Auditoria (Suplente) da Embratel Participações S.A.
- Consultor da LatinTech Capital Inc.
- Diretor de Controladoria e Operações da Área de Fundos Ilíquidos (Private Equity) da GIF – Gestão de Investimentos e Participações Ltda., pertencente ao grupo Gávea Investimentos
- Diretor Financeiro e Administrativo da Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. (2002-2004)
- Responsável por diversas atividades administrativas e de auditoria do escritório da Coopers & Lybrand S/C no Rio de Janeiro (1983-2000)

2) VALTER NOGUEIRA

| | |
|---|---|
| Idade: | 58 anos |
| Profissão: | Advogado |
| CPF ou número do passaporte: | 119.894.916-34 |
| Cargo eletivo ocupado: | Membro Suplente do Conselho Fiscal da Embratel Participações S/A, no mandato em curso |
| Data da eleição: | 28 de abril de 2009 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | 26 de abril de 2010 |
| Data da posse: | 28 de abril de 2009 (Membro Suplente do Conselho Fiscal) |
| Caso reeleito, a data da posse: | 26 de abril de 2010 |
| Prazo do mandato em curso: | 01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2010. |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | 01 anos – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2011 |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Membro Suplente do Comitê de Auditoria |
| Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo do candidato:

Data de Nascimento: 18 de dezembro de 1951.

Formação Acadêmica:

- Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas - RJ
- Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Finanças do RJ
- Graduação em Técnico em Contabilidade pelo Colégio Comercial Nestor Gomes - MG

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Embratel Participações S.A.
- Membro do Comitê de Auditoria (Suplente) da Embratel Participações S.A.
- Gerente de Controladoria do Instituto Brasileiro de Petróleo Gás e Bicomustíveis.
- Diversas funções na Supergasbrás Indústria & Comércio S.A. (Empresa Aberta) tais como:
 - Gerente do Deptº Contábil da Cia de Gás, Contador Geral do Grupo,
 - Gerente Geral de Contabilidade e Finanças,
 - Gerente do Deptº Financeiro,
 - Coordenador do Comitê Contábil-Tributário formado pelos Contadores das Empresas do Grupo Supergasbrás.
- Ex-membro do Conselho Fiscal do IBP-Instituto Brasileiro de Petróleo de 1995 a 2006.

3) VERA KEMPERS DE MORAES ABREU

| | |
|---|---------------------|
| Idade: | 50 anos |
| Profissão: | Administradora |
| CPF ou número do passaporte: | 708.861.217.87 |
| Cargo eletivo ocupado: | Não aplicável |
| Data da eleição: | 26 de abril de 2010 |
| Caso reeleito, a data da reeleição: | Não aplicável |
| Data da posse: | Não aplicável |
| Caso reeleito, a data da posse: | Não aplicável |
| Prazo do mandato em curso: | Não aplicável |
| Caso reeleito, o prazo do mandato: | Não aplicável |
| Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A: | Não aplicável |
| Indicação pelo controlador ou não: | (X) SIM () NÃO |

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

Currículo da candidata:

Data de Nascimento: 01/12/1959

Formação Acadêmica:

- Faculdade Cândido Mendes – Ipanema
- Administração de Empresas - Setembro/1987
- Universidade Cândido Mendes – Ipanema
- Direito – Junho/2002 – Carteira da OAB/RJ desde fev/03

Experiência Profissional:

- Home-Office – Desde fevereiro/07 até a presente data presta consultoria a pequenas empresas e pessoas físicas. Atua em aproximadamente 20 processos nas áreas Cível, Trabalhista, Previdenciária e Tributária - IRRF. Consultoria em Contratos Cíveis. Divórcio e Inventário Administrativo.
- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-CARF- Mandato de Conselheira Suplente dos Contribuintes Mandato fev/2010 até fev/2013 na 2ª Seção -3ª Câmara.
- Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga
Assessora Área Trabalhista - Departamento Jurídico - (jan/06 até fev/2007)
Elaboração de peças processuais, consultas e representação em juízo nas esferas administrativa (Delegacia Regional do Trabalho, Instituto Nacional da Seguridade Social) e judicial Trabalhista, revisão de contratos de temporários e de prestação de serviço, bem como resposta às consultas de empresas do grupo sobre assuntos trabalhistas de maneira geral, administração das contingências trabalhistas do grupo Ipiranga (US\$30,000,000.00).
Advogado Junior – Departamento Jurídico nas Assessorias Tributárias e Operacional (jan/03 até jan/2006)
Elaboração de peças processuais e representação em juízo nas esferas administrativa (Secretaria da Receita Federal e Agência Nacional do Petróleo) e judicial (Tributário e Cível), elaboração de contratos nas diversas atividades do petróleo, revisão de contratos em língua inglesa, bem como resposta às consultas de empresas do grupo sobre assuntos tributários e cíveis.
Analista Fiscal Senior - Departamento Jurídico (jan/96 até jan/03)
Cadastramento e organização das Contingências do Grupo Ipiranga, bem como seu monitoramento posterior, análise dos autos de infração tributários para auxiliar a preparação das defesas, obtenção de certidões de quitação de tributos (Federal, Estadual e Municipal); abertura e encerramento de empresas e filiais, registro de contratos no Instituto Nacional de Propriedade Industrial-INPI e Agência Nacional do Petróleo relacionadas à atividade de Petróleo.
Supervisor Contábil – Departamento de Controladoria (fev/92 até jan/96)
Revisão de procedimentos contábeis com enfoque em controles e constantes em normas internas. Monitoramento dos valores provisionados e pagos com relação aos tributos diretos e indiretos, planejamento fiscal, respostas às consultas sobre assuntos tributários e contábeis.
Auditor Senior Interno – Departamento de Auditoria (set/88 até fev/92)
Auditorias financeiras e operacionais nas empresas do grupo com enfoque em riscos potenciais, desenvolvimento e execução dos planos de trabalho de auditoria, elaboração do relatório final de auditoria e desenvolvimento em conjunto com auditores internacionais do Grupo ARCO (Los Angeles/USA).
- Coopers & Lybrand Auditores Independentes
Trainee a Senior (nov/83 até set/88) – Treinamento intensivo em auditoria contábil e impostos.
- Bamerindus Credito Imobiliário S.A
Auxiliar de Serviços Gerais a Supervisor de Seção (set/81 até jul/83) – Cálculos e monitoramento dos empréstimos da Carteira Imobiliária juntos às construtoras.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A. – EMBRAPAR
(CONSOLIDADO)
ITEM 13 - INSTRUÇÃO CVM No. 480

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. - Objetivos da política ou prática de remuneração:

O objetivo da política de remuneração da Companhia é oferecer uma justa remuneração financeira aos seus administradores, considerando as competências aplicáveis aos seus respectivos cargos e a performance e desempenho esperados, seguindo como parâmetros as condições de mercado aplicáveis ao segmento da Companhia, condições essas que são obtidas através de pesquisa realizada por empresa especializada de primeira linha, em bases anuais. Assim, a Companhia visa reter talentos e incentivar a alta performance de seus profissionais.

b. - Composição da remuneração, indicando:

i. - Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração mensal fixa, à exceção de 7 (sete) membros, que não recebem remuneração como membros por exercerem outros cargos executivos em empresas do grupo controlador. O objetivo é remunerar as atividades por eles desempenhadas no exercício dos cargos ocupados na administração da Companhia, seguindo como parâmetros os valores praticados no mercado.

Comitê de Auditoria: É formado por 3 (três) membros do Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal:

Os membros do Conselho Fiscal recebem como remuneração um valor fixo mensal, alinhado aos valores praticados no mercado.

- Acumula a função de Comitê de Auditoria

Diretoria:

A remuneração da Diretoria, tanto a Estatutária como a Não Estatutária, é composta pelos seguintes elementos:

Parte fixa: Composta de salário mensal, cujo objetivo é garantir a retribuição pelos serviços prestados levando em consideração a responsabilidade do cargo, alinhada aos valores praticados no mercado de acordo com pesquisa realizada por empresa especializada, em bases anuais.

Parte variável: Compreende a participação anual nos resultados, aferida a partir das metas da Companhia, cujo objetivo é estimular a alta performance e a sustentabilidade do negócio.

ii. - A proporção de cada elemento na remuneração total

Diretoria Estatutária: Considerando a média de remuneração dos administradores, a parte fixa da remuneração equivale a 70% e a parte variável corresponde a 30% da remuneração, considerando os objetivos do programa de remuneração.

Conselhos de Administração e Fiscal: a remuneração dos membros de tais órgãos é 100% fixa.

iii. - Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A parte fixa da remuneração é paga mensalmente e calculada com base nos valores praticados no mercado. O reajuste da parte fixa baseia-se no desempenho individual, na inflação e em pesquisa de mercado realizada periodicamente e que, como já mencionado anteriormente, é realizada por empresa especializada de primeira linha em bases anuais.

A parte variável (não aplicável ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal) é apurada e paga uma vez ao ano, de acordo com o alcance das metas da Companhia, previamente estabelecidas para o exercício base. O reajuste da parte variável somente ocorre nos casos de mudança na política de remuneração variável, fundamentada em pesquisas de mercado.

O cálculo da parte variável relativa às metas da Companhia é baseado no resultado de seus indicadores financeiros, operacionais e de qualidade.

iv. - Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é baseada nas práticas adotadas pelo mercado, verificadas por meio de pesquisas periódicas e buscam manter o alinhamento à estratégia da Companhia, bem como incentivar a alta performance.

c. - Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Os indicadores para a determinação da parte variável, quando aplicável, são os elencados acima, compostos por indicadores da Companhia (Financeiros, Operacionais e de Qualidade) e de metas harmonizadas com os objetivos e indicadores da Companhia.

d. - Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Na parte variável da remuneração, anualmente é feita uma avaliação individual, com base nos critérios de desempenho específicos para cada executivo, conforme acima descritos. Adicionalmente, a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia (financeiros, operacionais e de qualidade) também é utilizada para fins de determinação da parte variável da remuneração. Cada indicador possui um objetivo e um peso percentual na composição total, que é independente dos demais. A soma dos percentuais obtidos é aplicada sobre o alvo anual do variável. Em relação à parte fixa os valores são baseados nas pesquisas de mercado, e no desempenho individual, não havendo evolução refletindo indicadores de desempenho.

e. - Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

As metas definidas anualmente são atreladas a planos plurianuais prevendo evolução em escala crescente para os negócios da Companhia.

f. - Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

A remuneração reportada dos executivos da Companhia, por se tratar de holding, é suportada pelas respectivas controladas onde os mesmos efetivamente atuam.

g. - Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não aplicável.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

| EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 | | | | |
|--|----------------------------------|------------------------------|------------------------|---------------------|
| (Em reais) | | | | |
| | CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | DIRETORIA ESTATUTÁRIA | CONSELHO FISCAL | TOTAL |
| Número de Membros | 11 | 4 | 3 | 18 |
| Remuneração fixa anual | 864.000,00 | 4.784.658,34 | 368.220,00 | 6.016.878,34 |
| Salário / Pró-labore | 864.000,00 | 4.049.187,60 | 368.220,00 | 5.281.407,60 |
| Benefícios diretos e indiretos | - | 735.470,74 | - | 735.470,74 |
| Participação em Comitês | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| Remuneração variável | - | 2.169.293,04 | - | 2.169.293,04 |
| Bônus | - | 489.216,00 | - | 489.216,00 |
| Participação nos resultados | - | 1.680.077,04 | - | 1.680.077,04 |
| Participação em Reuniões | - | - | - | - |
| Comissões | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| Benefícios pós-emprego | - | - | - | - |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | - | - | - | - |
| Remuneração baseada em ações | - | - | - | - |
| TOTAL DA REMUNERAÇÃO | 864.000,00 | 6.953.951,38 | 368.220,00 | 8.186.171,38 |

(1) Nos termos facultados pelo artigo 35 da Instrução CVM nº481/09, as informações disponibilizadas são relativas somente ao exercício de 2009.

(2) Embora atualmente sejam 11 os membros do Conselho de Administração, apenas 4 recebem remuneração fixa mensal reconhecida nos resultados da Companhia, tendo em vista que os demais já exercem outros cargos executivos em empresas do grupo controlador.

| PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO A SER ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 | | | | |
|--|----------------------------------|------------------------------|------------------------|---------------------|
| (Em Reais) | | | | |
| | CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | DIRETORIA ESTATUTÁRIA | CONSELHO FISCAL | TOTAL |
| Número de Membros | 11 | 4 | 3 | 18 |
| Remuneração fixa anual | 864.000,00 | 4.815.094,89 | 368.220,00 | 6.047.314,89 |
| Salário / Pró-labore | 864.000,00 | 4.110.070,66 | 368.220,00 | 5.342.290,66 |
| Benefícios diretos e indiretos | - | 705.024,23 | - | 705.024,23 |
| Participação em Comitês | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| Remuneração variável | - | 2.512.853,16 | - | 2.512.853,16 |
| Bônus | - | 596.892,73 | - | 596.892,73 |
| Participação nos resultados | - | 1.915.960,43 | - | 1.915.960,43 |
| Participação em Reuniões | - | - | - | - |
| Comissões | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| Benefícios pós-emprego | - | - | - | - |
| Benefícios pela cessação do exercício do cargo | - | - | - | - |
| Remuneração baseada em ações | - | - | - | - |
| TOTAL DA REMUNERAÇÃO | 864.000,00 | 7.327.948,05 | 368.220,00 | 8.560.168,05 |

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Vide quadros no item 13.2.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Item não aplicável.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

| 31.12.2009 | Companhia | | Controladas | |
|---------------------------|------------------|---------------------|------------------|--------|
| | Ações Ordinárias | Ações Preferenciais | Ações Ordinárias | Quotas |
| Conselho de Administração | 7 | 7 | 16 | - |
| Conselho Fiscal | 636 | 636 | - | - |
| Diretoria | - | - | - | 1 |

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela

Item não aplicável para 2009 e 2010. Nos termos facultados pelo artigo 35 da Instrução CVM nº481/09, as informações relativas aos anos de 2008 e 2007 não estão sendo apresentadas.

13.7 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela

Item não aplicável para 2009 e 2010. Nos termos facultados pelo artigo 35 da Instrução CVM nº481/09, as informações relativas aos anos de 2008 e 2007 não estão sendo apresentadas.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Item não aplicável para 2009 e 2010. Nos termos facultados pelo artigo 35 da Instrução CVM nº481/09, as informações relativas aos anos de 2008 e 2007 não estão sendo apresentadas.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Item não aplicável para 2009 e 2010. Nos termos facultados pelo artigo 35 da Instrução CVM nº481/09, as informações relativas aos anos de 2008 e 2007 não estão sendo apresentadas.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

| TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social | | |
|--|----------------------------------|--|
| a) Órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| b) nº Membros | Não aplicável | 4 |
| c) Nome do Plano | | Plano de Contribuição Definida – PCD |
| d) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar | | 0 |
| e) Condições para se Aposentar antecipadamente | | Ter a idade mínima de 50 anos e um mínimo de 5 anos de contribuição. Renda mensal com limitação de valores. |
| f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores | | R\$6.276.414,59 |
| g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores | | R\$492.792,98 |
| h) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições | | Participante que se desligar ou que seja desligado, desde que não esteja recebendo benefício e não opte pelo instituto do autopatrocínio e do benefício proporcional diferido, terá direito, mediante termo de opção, a receber 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Participante acrescido de um percentual do saldo da Conta de Patrocinadora (conforme regulamento). |

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria estatutária e ao Conselho Fiscal:

Item não divulgado em razão da liminar concedida pelo MM Juiz da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Item não aplicável.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Item não aplicável.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Item não aplicável.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Item não aplicável

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

(i) De acordo com o Estatuto Social da Companhia a Assembléia Geral de Acionistas deverá fixar a remuneração global dos administradores da Sociedade, incluindo os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, sendo o Conselho de Administração competente para distribuir essa remuneração entre os seus membros e os da Diretoria.

(ii) Não há diferenças nas políticas e práticas aplicadas para definição da remuneração dos Diretores Estatutários e dos Não Estatutários.

(iii) A eventual diferença de remuneração entre os executivos está baseada em conceitos apontados em estudos realizados por empresa especializada e no desempenho individual.